



diálogo
empresarial
das américas

AÇÃO PARA O CRESCIMENTO:

Recomendações de Políticas e
Plano de Ação 2018-2021 para o
Crescimento nas Américas

Facilitado pelo



BID

Banco Interamericano
de Desenvolvimento

As opiniões expressas nesta publicação são dos membros do Diálogo Empresarial das Américas e não refletem necessariamente os pontos de vista do Banco Interamericano de Desenvolvimento nem da sua Diretoria Executiva.

Copyright © 2018
Todos os direitos reservados.

Sumário

INTRODUÇÃO	04
RESUMO EXECUTIVO	10
RECOMENDAÇÕES E AÇÕES PARA O CRESCIMENTO	24
FORTALECIMENTO DA TRANSPARÊNCIA E DA INTEGRIDADE	26
DIGITALIZAÇÃO DO CRESCIMENTO	46
COMÉRCIO PARA O AMANHÃ	58
ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO	72
QUALIFICAÇÕES PARA O FUTURO	92
CONCLUSÃO	100
ANEXO	104
CONTRIBUIÇÕES DO BID PARA AS RECOMENDAÇÕES 2015-2018	
MEMBROS DO ABD	
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	
NOTAS DE FIM DE TEXTO E REFERÊNCIAS	

INTRODUÇÃO

O Diálogo Empresarial das Américas (ABD) é uma iniciativa liderada pelo setor privado e facilitada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Seu objetivo é promover um diálogo público-privado de alto nível entre os líderes empresariais e governamentais das Américas sobre as prioridades, desafios e oportunidades para o desenvolvimento e o crescimento econômico da região. No seu papel de facilitador, o BID oferece apoio técnico a todos os grupos de trabalho do ABD. Para tanto, atua de modo a reunir as autoridades governamentais das Américas para explorar possíveis áreas de colaboração público-privada e apoia a implementação das recomendações do ABD. Além disso, facilita as reuniões plenárias anuais do ABD e a participação dos seus membros em reuniões ministeriais de alto nível nas Américas. Por último, o BID coordena a Cúpula Empresarial das Américas, com o apoio do país anfitrião da Cúpula das Américas, na qual os membros do ABD apresentam suas recomendações de políticas aos Chefes de Estado e de Governo.

O ABD agradece a oportunidade de apresentar suas recomendações de políticas e seu plano de ação 2018-2021 aos Chefes de Estado e de Governo na VIII Cúpula das Américas em Lima, Peru.

Neste relatório, o ABD propõe 42 recomendações em cinco eixos temáticos fundamentais.

1. Fortalecimento da transparência e da integridade
2. Digitalização do crescimento
3. Comércio para o amanhã
4. Energia para o desenvolvimento
5. Qualificações para o futuro

Essas recomendações são feitas com o objetivo de consolidar a governança democrática contra a corrupção e aumentar a transparência na região. O ABD

reconhece que, para serem sustentáveis, as iniciativas de desenvolvimento e crescimento econômico devem ser levadas a cabo da forma mais transparente possível. Todos os grupos de trabalho do ABD estão unidos em torno desse compromisso, que constitui a força motriz por trás de cada uma das recomendações.

As recomendações também estão alinhadas com os temas centrais da VIII Cúpula das Américas, “Governança Democrática contra a Corrupção”, e da III Cúpula Empresarial, “Made in the Americas”. É forte a ligação entre esses dois temas, uma vez que um contexto de governança transparente é necessário para alcançar um crescimento econômico sustentável e aumentar a produtividade.

O objetivo do ABD é colaborar com os governos em uma agenda público-privada robusta e construtiva, com o compromisso de melhorar a infraestrutura e fortalecer o comércio, promover a transparência e a integração financeira, estimular a inovação e o capital humano, apoiar a economia digital e maximizar o potencial dos recursos naturais e energéticos da região. O ABD começará a trabalhar nessa agenda público-privada por meio das recomendações de políticas e do plano de ação 2018-2021.

O ABD é composto por dez grupos de trabalho: Agronegócio, Comércio e Economia Digital, Energia, Finanças, Capital Humano e Inovação, Infraestrutura e Logística, Recursos Naturais, Cooperação Regulatória, Facilitação do Comércio e Transparência. Os grupos de trabalho do Agronegócio e do Comércio e Economia Digital foram criados após a II Cúpula Empresarial das Américas, realizada no Panamá, em 2015, com o intuito de identificar novas oportunidades de crescimento na região. O grupo de trabalho Transparência foi criado para dar seguimento ao tema central da VIII Cúpula das Américas

2018, “Governança Democrática contra a Corrupção”.

Cada grupo de trabalho elaborou um conjunto de recomendações que reflete um consenso baseado nas ideias, discussões, experiência e conhecimentos técnicos de mais de 300 empresas líderes e grandes associações empresariais das Américas que compõem o ABD (uma lista completa consta do Anexo 1). O ABD também reconhece o importante trabalho de definição de metas feito até o momento na região e no mundo, como a elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, e acredita que suas recomendações apoiam esses objetivos mundiais.

ações conjuntas que promovam a transparência e a integridade no continente.

De maneira análoga, reconhece que o compromisso do setor privado é essencial para aumentar a transparência na região, pois se trata de um elemento central para alcançar um crescimento econômico sustentável e melhorar a vida nas Américas.

Compromisso de colaboração para o desenvolvimento e o crescimento transparentes nas Américas:

O ABD está convencido de que, por meio de políticas públicas eficazes e parcerias público-privadas (PPP) sólidas, a região das Américas pode alcançar um crescimento econômico sustentado e inclusivo, aumentar a produtividade e melhorar a competitividade. Os membros do ABD acreditam firmemente que é possível ir bem mais longe se os setores público e privado trabalharem juntos. O ABD está disposto a compartilhar sua experiência coletiva com o setor público para ajudar a identificar oportunidades de colaboração público-privada em busca da concretização dos nossos objetivos comuns.

O ABD reafirma seu compromisso de atuar como um parceiro proativo dos governos, apoiando o fortalecimento das suas políticas públicas e oferecendo a experiência do setor privado da região para levar à frente

OS CINCO EIXOS TEMÁTICOS DAS RECOMENDAÇÕES DO ABD PARA 2018-2021

As recomendações dos dez grupos de trabalho do ABD foram agrupadas de acordo com cinco eixos temáticos estratégicos. Cada grupo de trabalho elaborou recomendações e, embora elas estejam incluídas no relatório, o ABD também formulou planos de ação para áreas prioritárias a fim de gerar ideias para sua implementação. Essa priorização se baseou nas recomendações que melhor promovem práticas transparentes e o crescimento na região. Cada grupo de trabalho do ABD preparou um documento-quadro independente em apoio às suas recomendações específicas. Esses documentos estão disponíveis no site do ABD.



www.americasbd.org

FORTALECIMENTO DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

DIGITALIZAÇÃO DO CRESCIMENTO

COMÉRCIO PARA O AMANHÃ

ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO

QUALIFICAÇÕES PARA O FUTURO



FORTALECIMENTO DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Tanto o setor público como o privado desempenham um papel decisivo na construção de uma economia transparente que possibilite o crescimento sustentável. A produtividade, a transparência e a prestação de contas efetiva estão intrinsecamente ligadas. Da mesma forma, a qualidade institucional e o respeito pelo estado de direito, que abrange a transparência e a prestação de contas, são fundamentais para aumentar a eficácia da prestação de serviços públicos, bem como para criar um clima de negócios que incentive o investimento e apoie o desenvolvimento do setor privado.^{1,2,3} Evidências empíricas mostram que a falta de transparência e integridade pode afetar a produtividade e o crescimento econômico de um país.⁴ Estudos apontam para diversos determinantes desse desafio, como os sistemas e processos que restringem o acesso à informação por parte dos cidadãos, agentes econômicos e órgãos públicos responsáveis pelo controle, e as instituições, leis e regulamentos com falhas técnicas ou de concepção que abrem espaço para decisões discricionárias. Quando a corrupção é desenfreada, ela corrói a alocação eficiente dos gastos públicos, incentiva a evasão fiscal, gera custos adicionais no financiamento e nas operações, desestimula o investimento produtivo e exerce um impacto negativo sobre a competitividade e o crescimento econômico.⁵ Todos os grupos de trabalho do ABD propõem um conjunto detalhado de recomendações destinadas a servir de alicerce para um crescimento transparente em múltiplos setores. Essas recomendações visam não apenas frear a corrupção, mas também contribuir para a existência de um ambiente regulatório que proteja as empresas e os consumidores e, ao mesmo tempo, estimule o crescimento. O ABD está empenhado não só em apoiar os governos e o setor privado nas suas ações para promover a transparência e a integridade, mas também em ajudar a criar maior coerência regulatória para fortalecer as ações de combate à corrupção e impulsionar o crescimento econômico na região.



DIGITALIZAÇÃO DO CRESCIMENTO

A América Latina e Caribe (ALC) é uma das regiões onde o uso da Internet vem apresentando o maior crescimento (sobretudo por meio da banda larga móvel) nos últimos cinco anos. Enquanto no início de 2000, menos de 5 % da população da ALC usava a Internet, em 2015, metade da região já estava *on line*.⁶ Esse fenômeno apresenta excelentes oportunidades para a inclusão social e financeira, os serviços digitais e a expansão do comércio e da economia de formas inovadoras. Um acesso mais amplo à economia digital oferece inúmeras oportunidades de crescimento econômico pessoal para os 250 milhões de pessoas da região que, segundo estimativas, não estão bancarizadas.⁷ Para a economia como um todo, uma melhoria de 10 % na digitalização do fluxo monetário poderia transferir mais de US\$ 1 trilhão à economia formal.⁸ Essa transição do dinheiro e das pessoas para a economia formal impulsionada pela Internet apoia a inclusão financeira e aumenta a transparência ao longo do ciclo de vida das transações financeiras. A economia digital e o comércio eletrônico também apresentam oportunidades valiosas para as micro, pequenas e médias empresas (MPME) da região, abrindo mercados novos e diversificados para essas empresas e, por sua vez, oferecendo oportunidades de crescimento. Por último, é possível agregar valor por meio do desenvolvimento de uma oferta competitiva de serviços e conteúdos digitais, transformando a região em uma produtora de serviços, em vez de continuar a ser apenas uma consumidora. O objetivo do ABD é aumentar a competitividade da região por meio da digitalização, fortalecer seus mercados financeiros e, ao mesmo tempo, promover a transparência.



COMÉRCIO PARA O AMANHÃ

Melhorias na eficiência e infraestrutura (física e digital) do comércio representam oportunidades de crescimento econômico tanto para as empresas de maior porte quanto para as MPME. Uma redução de um ponto percentual nos custos do comércio em todo o mundo geraria um aumento de US\$ 40 bilhões na renda mundial.⁹ Além disso, segundo estimativas, o Acordo de Facilitação do Comércio (TFA, na sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC) poderia reduzir os custos comerciais em quase 17 % para os países de baixa renda e em 12 % para os países de alta renda.¹⁰ A pronta ratificação desse acordo e sua implementação são relevantes para a região, e o ABD está disposto a apoiar essas iniciativas. Quanto à importância de melhorar a logística na região, o BID estima que uma redução de 1 % nos custos de transporte no Peru e Chile facilitaria um aumento entre 4 % e 5 % das exportações das suas regiões remotas!¹¹ Essas estatísticas mostram que o valor do que é produzido nas Américas pode aumentar se o comércio transfronteiriço dentro e fora da região for mais eficiente e menos dispendioso. Simplificar e acelerar os procedimentos alfandegários na região deve ser um elemento central dessa iniciativa. Duas outras medidas importantes para tornar os processos comerciais mais eficientes e lucrativos são aumentar a transparência e erradicar a corrupção. Entre outros objetivos, o ABD busca contribuir para a eficiência, modernização, crescimento e integração da infraestrutura e ampliar tanto o comércio como as práticas comerciais transparentes na região. Juntos, esses dois objetivos têm o propósito comum de facilitar a prosperidade econômica na ALC.



ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO

A riqueza em recursos naturais da ALC (entre eles, os recursos renováveis, como a energia eólica, hidráulica e solar, e os não renováveis, como os minerais e o petróleo) oferece grande potencial para, de forma sustentável, suprir as necessidades globais em termos de energia e segurança alimentar, e a demanda da indústria extrativa mundial. A ALC tem a oportunidade de não apenas assumir um papel de liderança na solução desses desafios mundiais, mas também de obter ganhos econômicos significativos. Segundo estimativas, no período 2016-2025, as iniciativas digitais no setor de energia elétrica poderiam gerar US\$ 1,3 trilhão a mais em todo o mundo.¹² O ABD busca propor métodos para aproveitar, de maneira responsável e transparente, todos os recursos da região, desde suas terras cultiváveis e minerais até seus recursos renováveis, sem deixar de promover a integração e o crescimento sustentável. O aproveitamento desses recursos ajudará a região a melhorar sua segurança, resiliência, competitividade e crescimento econômico nos anos vindouros.



QUALIFICAÇÕES PARA O FUTURO

A ALC investe aproximadamente 0,7% do seu produto interno bruto (PIB) em pesquisa e desenvolvimento (P&D), enquanto o investimento mundial nessa área é de 1,7%, em média. A título de comparação, a América do Norte e a Europa Ocidental investem cerca de 2,4% do seu PIB em P&D.¹³ O Índice Global de Inovação (GII, na sigla em inglês) de 2017 revela que a região somou 31,73 pontos de um total de 100, posicionando-se entre as três regiões de menor pontuação no mundo, à frente apenas da Ásia Central e Meridional (28,53) e da África Subsaariana (24,88). A América do Norte foi o líder mundial com um GII de 57,3.¹⁴ A criação de um clima de negócios que promova de forma decisiva o investimento em inovação é um fator essencial para aumentar a competitividade na economia mundial. No entanto, para manter a inovação na ALC com o passar do tempo, a região precisa de uma força de trabalho qualificada, capacitada e dotada das habilidades necessárias para garantir os empregos do futuro. O ABD busca promover a inovação como uma estratégia de longo prazo, bem como fomentar políticas que apoiem a capacitação da força de trabalho e estejam voltadas para os conjuntos de qualificações necessários ao mercado de trabalho do amanhã.

GRUPOS DE TRABALHO DO ABD:





RESUMO EXECUTIVO



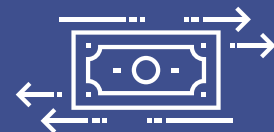
FORTALECIMENTO DA TRANSPARÊNCIA E DA INTEGRIDADE

Evidências empíricas mostram que a falta de transparência e integridade pode afetar a produtividade e o crescimento econômico dos países.¹⁵ Estima-se que haja uma perda de 10% a 25% do valor dos contratos públicos por causa da corrupção.¹⁶ Segundo a ONU, as compras e contratações pelo setor público podem representar entre 15% e 30% do PIB em muitos países, o que mostra que o prejuízo econômico resultante da corrupção pode ser substancial.¹⁷

O caso quantitativo contra a corrupção também encontra respaldo nas estatísticas sobre compras e contratações. No entanto, os impactos intangíveis da falta de transparência, como a erosão da confiança dos consumidores e do empresariado nas transações econômicas e estruturas governamentais e societárias, também podem ser prejudiciais para o crescimento econômico. O ABD trabalha para enfrentar essa realidade por meio das suas recomendações sobre transparência e, mais especificamente, sobre as que tratam dos proprietários beneficiários finais (PBF). Assim, o ABD considera que a implementação de um cadastro de PBF, com informações precisas e atualizadas, além de acessível às autoridades competentes, é um importante componente para elevar a confiança nas transações econômicas, aumentar a transparência nas estruturas societárias e coibir o uso de pessoas jurídicas e outras entidades legais na condução de atividades e transações ilícitas.

As causas e os efeitos da corrupção não se limitam apenas ao setor público ou privado. Antes, trata-se de uma questão de responsabilidade comum que exige uma solução conjunta. Esse princípio orienta as

recomendações do ABD para aumentar a transparência e a aplicação das melhores práticas regulatórias nas Américas. O forte compromisso do setor privado com a adoção e aplicação de mecanismos de integridade abrangentes é um componente essencial da estratégia para erradicar a corrupção. O setor privado também pode avançar bastante no reforço da transparência e da confiança entre os cidadãos e consumidores, tanto nos governos quanto nas estruturas societárias, por meio da divulgação dos pagamentos das empresas ao setor público.



Em muitos países, as compras e contratações pelo setor público podem representar entre

**15-30%
do PIB.**

A capacidade e a transparência das instituições são fundamentais para a prestação eficaz de serviços públicos e para a construção de um clima de negócios que incentive o investimento e apoie o desenvolvimento do setor privado.¹⁸ Enquanto os governos e o setor privado fomentam o crescimento na região, as recomendações

a seguir oferecem sugestões sobre como promover a transparência e práticas livres da corrupção em vários setores. Além disso, abordam questões regulatórias, como a coerência regional, e sugerem ações para garantir que a regulamentação não apenas proteja, mas também efetivamente atenda os consumidores.



1

Alinhar a regulamentação sobre os proprietários beneficiários finais com as normas internacionais.

2

Fortalecer e modernizar os sistemas de compras e contratações públicas para garantir a integridade, a transparência e a concorrência nas diversas etapas dos processos de compras e contratações ao longo do ciclo de vida da relação contratual.

3

Implementar mecanismos para garantir a legitimidade, transparência e solidez técnica da regulamentação e adotar planos de simplificação administrativa.

4

Fortalecer os mecanismos de governo aberto de modo a incluir a transparência, a participação e colaboração dos cidadãos, e os sistemas de integridade pública como parte de uma política abrangente destinada a aumentar a confiança no governo e na democracia.

5

Incentivar o setor privado a adotar mecanismos abrangentes para proteger a integridade, como códigos de conduta corporativa, acompanhados da implementação eficaz e revisão periódica dos planos de conformidade.

6

Divulgar os pagamentos das empresas ao setor público, usando as principais práticas de divulgação de despesas, como as implementadas pelo setor extrativo.

7

Desenvolver um mecanismo de coordenação intergovernamental com o setor privado para projetos de cooperação regulatória para ajudar as economias a implementar um conjunto comum de Boas Práticas Regulatórias (BPR), com o objetivo de desenvolver economias competitivas e apoiar democracias participativas e transparentes.

8

Elaborar uma certificação das melhores práticas para a concessão de licenças, coordenada por uma parceria público-privada multilateral, e torná-la disponível por meio de cursos on line abertos (MOOC) a governos e a funcionários públicos atuais ou em potencial que desejem melhorar suas qualificações.



DIGITALIZAÇÃO DO CRESCIMENTO

À medida que o acesso à Internet e às tecnologias digitais continua a se expandir nas Américas, os setores público e privado enfrentam o mesmo desafio de acompanhar as inovações e tirar proveito das oportunidades geradas em um mundo em constante evolução. Melhorias na conectividade e serviços interligados trazem muitas oportunidades, como levar as MPME da ALC a mais de 150 milhões de consumidores até 2019,¹⁹ permitir que uma população não bancarizada estimada em 250 milhões de habitantes²⁰ tenha acesso pela primeira vez à economia formal na região e reduzir o tempo necessário para as interações digitais entre os cidadãos, o governo e as empresas. Na ALC, as taxas de crescimento do uso da Internet nos últimos anos estão entre as mais altas do mundo, e a região está bem posicionada para aproveitar a oportunidade de desenvolver mecanismos inovadores para alcançar o crescimento econômico e a inclusão social na região simultaneamente.

Uma das maiores oportunidades associadas à adoção das tecnologias digitais, tanto na região como no mundo, é a incorporação de fluxos financeiros digitalizados e meios de pagamento digitais. Algumas estimativas indicam que o sucesso na adoção das finanças digitais poderia gerar um crescimento da ordem de 6% (US\$ 3,7 trilhões) do PIB das economias emergentes até 2025.²¹ Se as oportunidades específicas associadas aos fluxos financeiros digitais forem analisadas, o setor público poderia economizar cerca de US\$ 110 bilhões por ano com a redução das perdas nos gastos públicos e na arrecadação de impostos se esses fluxos fossem usados.²² Os pagamentos digitais também aumentam a transparência ao longo de todo o ciclo das transações financeiras, garantem que os

pagamentos sejam feitos na sua totalidade ao beneficiário a que se destinam e limitam o valor perdido para a corrupção durante o processo.

As oportunidades para as MPME na região também crescerão à medida que a adoção das tecnologias digitais se expandir e a digitalização dos fluxos financeiros aumentar. O ABD vê a adoção digital no segmento das MPME como um componente crucial do crescimento. Estima-se que 77% das grandes empresas da região tenham um website, enquanto isso ocorre com apenas 32% das pequenas empresas.²³ Assim, é de importância vital que as MPME adotem práticas comerciais digitais (websites, email, etc.), passem a oferecer seus produtos e serviços aos consumidores on line e contem com um ambiente propício e os incentivos corretos.

Em sintonia com a ampliação do acesso à Internet na ALC, o número de pessoas que compram on



O sucesso na adoção das finanças digitais poderia gerar um crescimento

6% (US\$ 3,7 trilhões)
do PIB das economias emergentes
até 2025.

line também está subindo. O número de pessoas da ALC que compraram na Internet cresceu de 97 milhões em 2014 para 131 milhões em 2017 e deve superar os 150 milhões até 2019.²⁴ Esses números também apontam para um futuro promissor para o comércio eletrônico.

Para aumentar a adoção digital nas Américas e obter os respectivos benefícios, o ABD considera que a regulamentação em apoio ao crescimento digital e às inovações resultantes é um aspecto importante para que a região acompanhe o ritmo do resto do mundo. Dadas as rápidas mudanças resultantes de novas e diferentes tecnologias, o setor privado pode ajudar a garantir que a região esteja posicionada para o sucesso digital, por exemplo, ao melhorar as tecnologias existentes ou criar novas tecnologias. O setor privado

também pode colaborar com o setor público no processo de elaboração da regulamentação sobre tópicos como finanças e tecnologia (Fintech) e oferecer casos de uso e informações adicionais sobre as mais recentes tecnologias para dar contexto aos órgãos reguladores. O setor privado pode fazer o mesmo para apoiar as negociações comerciais, ajudando a assegurar que a economia digital e a integração regional estejam refletidas nos acordos comerciais atuais e futuros.

As recomendações do ABD sobre a digitalização do crescimento priorizam as ações voltadas para a expansão digital e, ao mesmo tempo, para o crescimento econômico transparente, a fim de aumentar a competitividade da região de maneira sustentável.



9

Incentivar a aceitação dos meios de pagamento digitais para o desenvolvimento do comércio digital e assegurar o compromisso de digitalizar os fluxos financeiros do setor público a fim de aumentar a transparência e a inclusão.

10

Incorporar disposições sobre o comércio digital de alta qualidade às negociações comerciais e aos processos de integração regional para apoiar o desenvolvimento de uma economia digital sustentável na região, inclusive com compromissos destinados a facilitar os fluxos de dados transfronteiriços e evitar a implementação de exigências quanto à localização dos dados.

11

Aumentar o número de MPME em todo o continente que participam do comércio eletrônico e usam tecnologias digitais para melhorar seus negócios.

12

Formular uma agenda para promover a conectividade e preparar a região para a tecnologia 5G.

13

Garantir a participação do setor privado nas reuniões regionais dos órgãos reguladores do mercado financeiro para estimular uma maior colaboração entre esses órgãos e o setor privado. O foco inicial dessa colaboração deve recair sobre a capacitação em finanças e tecnologia (Fintech), segurança cibernética e combate à lavagem de dinheiro.



COMÉRCIO PARA O AMANHÃ

A infraestrutura física e as políticas e procedimentos comerciais da região constituem a base que facilita o comércio, as viagens e o acesso, além de manterem a região segura. Essas pontes, aeroportos, estradas, postos de fronteira, acordos comerciais e procedimentos de segurança têm enorme influência na criação e estímulo do crescimento econômico — ou no seu impedimento. Embora o progresso nessa área seja medido em anos ou décadas, o ABD está convencido de que uma ação rápida e coletiva para enfrentar os desafios prementes da infraestrutura e modernizar os procedimentos comerciais na região é fundamental para garantir a base que conseguirá apoiar as futuras gerações nas Américas. A globalização física se tornou possível graças ao desenvolvimento infraestrutural da “conectividade física” que permitiu uma redução nos prazos e custos de transporte (por ex., estradas, portos, aeroportos, postos de fronteira). A “globalização digital” exige uma infraestrutura de “conectividade digital” que facilite o comércio de serviços e conteúdo digital.

O desenvolvimento da infraestrutura é um passo fundamental para alcançar o objetivo de elevar o PIB a níveis equivalentes aos dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Isso se deve a vários fatores, como: a melhoria da produtividade, a minimização dos custos de produção e logística e a criação de novos empregos, entre outros. Em âmbito mundial, o investimento global em infraestrutura (público e privado) variou entre 4,0% e 8,5% do PIB entre 1992 e 2013, enquanto na região da ALC a média foi de 2,4% nesse mesmo período.²⁵ O déficit de infraestrutura na ALC já foi examinado amplamente e as estimativas mostram que, para eliminá-lo, a região precisa investir aproximadamente 5% do seu PIB, ou cerca de US\$ 150 bilhões por ano, nos próximos 20 a 30 anos.²⁶ Em vista do tamanho, complexidade e duração dos projetos de infraestrutura, é essencial

gerir esses projetos de forma eficaz e transparente para atrair o financiamento necessário para eliminar o déficit de investimento e concretizar novos projetos de infraestrutura na região.

Além da infraestrutura, as políticas e procedimentos comerciais da região que regem a forma como os bens e serviços entram e saem das Américas são essenciais para a competitividade do comércio na região. Em um mundo cada vez mais interconectado, o êxito econômico depende mais e mais da capacidade das empresas de levar bens e serviços aos consumidores mais rapidamente. Nos Estados Unidos, para cada dia a mais que um bem manufaturado leva para chegar ao seu destino, a probabilidade de uma empresa adquirir esse bem daquele local específico cai 1,5%.²⁷ Assim, o crescimento econômico sustentado depende da capacidade da região de transportar produtos e serviços de forma eficiente, dentro e fora da região. A Gestão Coordenada de Fronteiras, uma coleção das melhores práticas internacionais para simplificar os procedimentos de fronteira, é fundamental para ajudar a transportar bens e serviços tanto para



Para eliminar o déficit de infraestrutura na ALC, a região precisa investir **aproximadamente 5% do seu PIB,** ou cerca de **US\$ 150 bilhões por ano,** nos próximos 20 a 30 anos.

dentro e fora do continente, como em todo o seu interior, de forma eficiente e econômica. Para o ABD, um foco estratégico na implementação de um sistema interoperável e de última geração de guichês únicos de comércio exterior na região, além de um programa robusto de Operador Econômico Autorizado (AEO), é o caminho para a criação de uma cadeia produtiva segura e altamente eficiente na ALC.

As recomendações a seguir oferecem ideias sobre como fazer face a alguns dos desafios comerciais mais complexos enfrentados pela região, desde maneiras de gerir com eficiência mega projetos de infraestrutura até estratégias para assegurar que o comércio intra e inter-regional nas Américas esteja de acordo com as melhores práticas internacionais.



14

Desenvolver infraestrutura e logística multimodais interconectadas, passando pela gestão coordenada de fronteiras, para apoiar o transporte eficiente e de baixo custo de bens ao longo de toda a cadeia produtiva.

15

Formular e implementar estratégias de gerenciamento e uso do solo nas cidades para melhorar o fluxo eficiente de passageiros e carga.

16

Elaborar perfis de risco para todos os projetos de infraestrutura (em andamento e em potencial) que abranjam estratégias para mitigar os obstáculos identificados.

17

Criar um centro de infraestrutura regional para o desenvolvimento e implementação de projetos viáveis e, ao mesmo tempo, promover as melhores práticas para aumentar a transparência no setor de infraestrutura. Por meio desse centro, possibilitar mecanismos inovadores para estimular o financiamento da infraestrutura, com foco em PPP que gerem valor incremental para o investimento.

18

Garantir o pleno apoio do governo para levar a cabo processos de licenciamento ambiental e consulta à comunidade para ajudar no desenvolvimento de obras de infraestrutura que se ajustem aos contextos locais e estejam respaldadas pelo estado de direito.

19

Promover o uso da ferramenta SOURCE em todos os futuros projetos de infraestrutura a fim de melhorar a preparação dos projetos, administrar riscos e possibilitar oportunidades para obter mais financiamento.

20

Avançar estrategicamente na implementação do sistema interoperável e de última geração de guichês únicos de comércio exterior.

21

Fortalecer o programa Operador Econômico Autorizado (OEA) e implementar sistemas automatizados de gestão de risco para promover uma "cadeia logística segura para as Américas".

22

Implementar medidas de facilitação do comércio para promover o crescimento das MPME por meio da participação no comércio internacional, inclusive com a simplificação de procedimentos para agilizar as remessas de baixo valor.

23

Facilitar a implementação e aumentar o uso de decisões antecipadas na região.

24

Oferecer capacitação às MPME para ajudá-las a participar do comércio internacional.



ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO

As Américas são ricas em recursos naturais. A região abriga 40% da diversidade biológica mundial, 30% da água doce disponível no mundo e quase 50% das florestas tropicais mundiais.²⁸ A ALC é a principal fonte de metais e minerais do mundo²⁹, a quarta maior fonte de petróleo (com uma produção diária de 9,4 milhões de barris, atrás apenas do Oriente Médio, da antiga União Soviética e dos EUA)³⁰ e recebe um terço dos investimentos em minerais feitos em todo o mundo.³¹ Essa riqueza em recursos traz grandes oportunidades econômicas, mas também o desafio sempre presente de extrair e usar esses recursos de maneira responsável e sustentável. O ABD faz recomendações sobre o tema da energia para o desenvolvimento na tentativa de vencer esses desafios e, ao mesmo tempo, alcançar o crescimento econômico.

A região já é líder em consumo de energia renovável, empregando 65% da energia elétrica mundial produzida a partir de fontes renováveis (a média mundial é 25%).³² Com esse potencial de recursos existentes na região, a ALC está preparada para manter sua posição de liderança mundial no campo da energia renovável. De fato, estudos recentes mostram que a região tem um potencial anual para produzir 54.050 TWh (terawatts hora) de energia solar, 22.751 TWh de energia eólica e 3.267 TWh de energia hidrelétrica. Isso é significativo, considerando que a demanda anual da região em 2015 foi de 1.504 TWh.³³ À medida que fontes de energia novas e diferentes forem integradas à rede, o mesmo ocorrerá com os avanços na forma como a região acessa, armazena e mantém a eletricidade. O potencial econômico dessas oportunidades é enorme. Até 2025, estima-se que as iniciativas

digitais no setor elétrico possam gerar 3,45 milhões de empregos, o equivalente a uma taxa de crescimento do emprego de aproximadamente 10,7% nesse setor.³⁴

A região abriga



40%
da diversidade biológica mundial



30%
da água doce disponível no mundo

e quase



50%
das florestas tropicais mundiais

A região tem um potencial anual para produzir...



54,050 TWh
de Energia
Solar



22,751 TWh
de Energia
Eólica



3,267 TWh
de Energia
Hidrelétrica

... o que é significativo, considerando que a demanda anual da região em 2015 foi de 1.504 TWh.



25

Facilitar melhorias em termos da eficiência, custo, confiabilidade e emissões na produção de eletricidade por meio da integração física e regulatória dos mercados regionais, permitindo a compra e venda eficiente de eletricidade e aplicando regulamentos favoráveis ao mercado que ampliem o acesso à energia renovável e ao gás natural.

26

Manter a condição da ALC de uma das regiões mais verdes do mundo por meio do investimento contínuo no aproveitamento do potencial das energias renováveis e na diversificação da carteira energética da região.

27

Estabelecer um processo transparente de quadro institucional, incorporando a experiência do setor privado, para facilitar o planejamento energético de longo prazo e o desenvolvimento sustentável do gás natural com o intuito de melhorar a diversificação e a resiliência da produção de energia.

28

Formular e implementar estratégias para modernizar as redes elétricas; promover a confiabilidade, segurança (inclusive a cibernética) e reduzir os custos por meio de ganhos de eficiência.

29

Zelar pela aplicação clara e uniforme de leis e regulamentos referentes às indústrias extrativas.



ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO

À medida que a população mundial cresce, também aumenta consideravelmente a demanda por energia e alimentos. Para alimentar a crescente população, a produção mundial de alimentos precisará aumentar em 60% até o ano de 2050.³⁵ Com quase um terço das terras cultiváveis e da água doce do mundo, a ALC também conta com um forte setor agrícola e espaço para crescer, o que a deixa em uma posição singular para se tornar um líder agroindustrial para suprir essa demanda crescente.³⁶ No entanto, não basta ter os recursos e a capacidade para produzir mais alimentos. Para o ABD, o caminho rumo ao crescimento sustentável do agronegócio na região abrange o compromisso com a preservação da terra e da água, inclusão de produtores de todos os portes na cadeia de valor, o desenvolvimento da infraestrutura rural e o apoio à pesquisa e inovação contínuas na ciência agrícola.

A riqueza em recursos naturais da região também abrange os recursos encontrados abaixo da superfície. A indústria extrativa está pronta para contribuir de forma significativa para o crescimento econômico quando as comunidades, o governo e as empresas envolvidas na extração puderem colaborar para gerar valor compartilhado.

Em conjunto, esta seção fornece orientação e sugestões para o aproveitamento responsável e transparente dos recursos da região a fim de aumentar a competitividade e acelerar o crescimento econômico nos próximos anos.



Para alimentar a crescente população, a produção mundial de alimentos precisará aumentar em 60% até o ano de 2050.



- 30** Incentivar o investimento transparente em infraestrutura por meio de parcerias público-privadas adequadas que gerem valor agregado, com foco em energia, transporte e logística.
- 31** Adotar processos colaborativos com múltiplas partes interessadas para gerar valor compartilhado no setor extrativo.
- 32** Aumentar o investimento e ampliar as parcerias que promovam o compartilhamento das melhores práticas no setor extrativo.
- 33** Implementar processos para, de forma regular e transparente, medir (por ex., a qualidade do solo, a rotação de culturas), acompanhar, preservar e proteger a saúde da terra e da água na região para ajudar a atender as necessidades mundiais desses insumos.
- 34** Criar e implementar um plano mestre de desenvolvimento de infraestrutura para o setor rural a fim de assegurar que as condições de vida permitam que as populações prosperem, tornando as condições de emprego atraentes para todos os agentes ao longo da cadeia de valor do agronegócio.
- 35** Formular políticas para incentivar a inclusão de produtores de todos os portes em toda a cadeia de valor do agronegócio (dos insumos agrícolas até as embalagens).
- 36** Apoiar as decisões com base científica para responder a questões sociais relacionadas à produção, consumo, segurança e comércio de alimentos vinculados às mais recentes tecnologias agrícolas (por ex., organismos geneticamente modificados), com o intuito de ajudar a traçar o direcionamento das futuras inovações no agronegócio e promover o abastecimento mundial de maneira a salvaguardar os pequenos produtores.
- 37** Estabelecer protocolos sanitários e fitozoossanitários claros, estáveis e previsíveis para garantir a inocuidade dos alimentos e a saúde animal e vegetal, além de reforçar o comércio.
- 38** Estabelecer e aplicar um quadro equilibrado para proteger a propriedade intelectual (PI) associada à inovação no agronegócio.



QUALIFICAÇÕES PARA O FUTURO

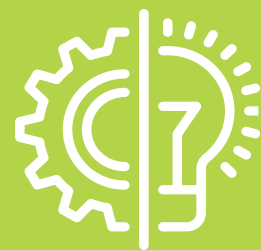
Como a ALC busca aumentar sua competitividade mundial, a criação de um clima de negócios favorável para promover a inovação é uma parte importante da sua estratégia. Fundos regionais e mecanismos acelerados de patentes entre os países já estimularam a inovação, porém ainda é preciso fazer mais. A ALC investe apenas 0,7% do seu PIB em P&D, enquanto a média mundial é de aproximadamente 1,7%. A América do Norte e a Europa Ocidental lideram o investimento em P&D, com 2,4% do PIB.³⁷

Para sustentar a inovação na ALC ao longo do tempo, a região precisa zelar pela melhoria da qualificação da força de trabalho local, em preparação para a constante evolução dos empregos do futuro. O mundo desenvolvido enfrenta o envelhecimento da força de trabalho, que em breve deixará o mercado de trabalho e levará consigo valiosos conhecimentos do seu setor. No entanto, 67% da população da ALC está em idade ativa,³⁸ o que sinaliza uma excelente oportunidade para a região. Ainda assim, apesar dessa oportunidade, a região também enfrenta uma grave lacuna em termos de qualificações, que enfraquece a taxa de crescimento econômico e poderia tornar a região menos atraente para novas empresas e investimentos. O ABD vê esse desafio como uma oportunidade para melhorar a qualidade e a acessibilidade da educação e da capacitação na região, com o desenvolvimento das qualificações locais necessárias para estimular a próxima geração de crescimento econômico e inovação.

Este tema se concentra em abordagens colaborativas para o continente a fim de estimular a inovação e dotar a força de trabalho atual das qualificações necessárias aos empregos do futuro.



Cerca de 67%
da população da ALC
está em idade ativa, o que
sinaliza uma
excelente
oportunidade
para a região.



A ALC investe apenas 0,7% do seu PIB em P&D, enquanto a média mundial é de aproximadamente 1,7%. A América do Norte e a Europa Ocidental lideram o investimento em P&D, com 2,4% do PIB.



39

Adotar e aplicar legislação para proteger a propriedade intelectual, em conformidade com as normas internacionais, a fim de criar um ambiente seguro e competitivo para o setor privado investir em inovação.

40

Melhorar a qualidade da educação e da capacitação na ALC e trabalhar para fechar a lacuna das qualificações ao reforçar sua pertinência ao mercado e alinhá-las com as necessidades atuais e futuras dos empregadores, com atenção para as áreas das ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM, na sigla em inglês), empreendedorismo, línguas estrangeiras e competências digitais.

41

Criar fóruns multilaterais locais e regionais para estabelecer um diálogo formal e contínuo em torno da inovação, solidificando os gastos públicos em pesquisa e desenvolvimento como parte integrante da estratégia de desenvolvimento econômico de longo prazo.

42

Aumentar a transparência da educação na ALC, instituindo uma abordagem de tolerância zero à corrupção nos sistemas educacionais e zelando para que todos os dados pertinentes à educação sejam compartilhados de forma proativa com todas as partes interessadas.



RECOMENDAÇÕES E AÇÕES VOLTADAS PARA O CRESCIMENTO

As seções a seguir delineiam as recomendações do ABD e apresentam mais informações corroborativas e contextuais. As recomendações classificadas por ordem de prioridade contêm mais detalhes, como um plano de ação sugerido para implementação. Os planos de ação que não constam deste relatório podem ser consultados n website do ABD



FORTALECIMENTO DA TRANSPARÊNCIA E DA INTEGRIDADE



FORTALECIMENTO DA TRANSPARÊNCIA E DA INTEGRIDADE

RECOMENDAÇÃO 1: Alinhar a regulamentação sobre os proprietários beneficiários finais com as normas internacionais.

O Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro (GAFI),³⁹ o Fórum Global sobre Transparência e Intercâmbio de Informações para Fins Tributários (o Fórum Global),⁴⁰ o G-20⁴¹ e o B-20⁴², promovem normas de transparência que abrangem, entre outros temas, a regulação dos proprietários beneficiários finais (PBF).ⁱ Além disso, o GAFI e o Fórum Global já estabeleceram normas sobre os PBF. De acordo com o GAFI, PBF se refere “à(s) pessoa(s) física(s) que, em última análise, detém(êm) ou controla(m) um cliente e/ou a pessoa física em cujo nome se faz uma transação. Além disso, abrange as pessoas que exercem controle efetivo final sobre uma pessoa jurídica ou outra estrutura jurídica.”⁴³

Implementar um registro com informações precisas e atuais sobre os PBF, acessível às autoridades competentes, pode ajudar a aumentar a confiança nas transações econômicas, dar mais transparência às estruturas societárias e impedir que empresas e outros veículos jurídicos o usem para fins ilícitos. Embora a maioria dos países da região regule o conceito de PBF, os requisitos mínimos do GAFI e do Fórum Global nem sempre são cumpridos.⁴⁴ Ao estabelecer a regulamentação dos PBF, os governos devem cumprir os requisitos mínimos promovidos por esses organismos normativos internacionais que abrangem as empresas e outras estruturas jurídicas, como os fundos (trusts).



AÇÕES

Estabelecer as regras e a regulamentação necessárias para implementar um cadastro público de proprietários beneficiários finais em conformidade com as recomendações do GAFI e do Fórum Global.



RESULTADOS PREVISTOS

A adequação dos quadros institucionais e regulamentos locais às normas internacionais; a melhoria na classificação pelo GAFI e pelo Fórum Global nas suas respectivas rodadas de avaliação, além da redução das contingências referentes à eliminação de riscos.ⁱⁱ

ⁱ Além disso, o Conselho da OCDE aprovou em 15 de julho de 2014 uma norma comum de prestação de contas (CRS, na sigla em inglês) que exige que as jurisdições obtenham e intercambiem automaticamente informações financeiras e bancárias com outras jurisdições, inclusive dados sobre os proprietários beneficiários finais. Mais informações podem ser encontradas em <http://www.oecd.org/tax/automatic-exchange/commitment-and-monitoring-process/>.

ⁱⁱ A eliminação de riscos (de-risking, em inglês) está relacionada à decisão das instituições financeiras de restringir ou encerrar suas relações de negócios com certos clientes ou categorias de clientes para evitar, em vez de gerenciar, o risco, em conformidade com a abordagem baseada no risco do GAFI. Essa decisão pode se dever a vários fatores, como a preocupação quanto à lucratividade, requisitos prudenciais, a ansiedade após a crise financeira mundial e o risco para a reputação. Adaptado de FATF clarifies risk-based approach: case-by-case, not wholesale de-risking; GAFI, 23 de outubro de 2014 (<http://www.fatf-gafi.org/documents/news/rba-and-de-risking.html>).



AÇÕES

Estabelecer regulamentação para facilitar o acesso das autoridades competentes às informações sobre a identidade dos proprietários beneficiários finais.

Providenciar que as instituições legalmente obrigadas a prestar informações identifiquem, verifiquem e registrem a identidade dos proprietários beneficiários finais de todos os seus clientes pessoas jurídicas.

Capacitar promotores de justiça, juizes, agentes do fisco e funcionários de outros órgãos de aplicação da lei, além dos empregados das instituições financeiras, sobre a gestão e uso adequados das informações contidas nos cadastros de PBF.

Promover a cooperação nacional e internacional entre os órgãos do setor público para garantir o acesso às informações referentes aos PBF.



EXPECTED OUTCOMES

Mais transparência por meio do acesso a informações sobre a identidade dos proprietários beneficiários finais, considerando os requisitos das normas internacionais no âmbito do devido processo administrativo, e adoção de mecanismos para que as instituições financeiras e não financeiras exijam informações sobre os PBF de todos os tipos de pessoas jurídicas e forneçam essas informações às autoridades competentes.ⁱⁱⁱ

A compilação de informações abrangentes e precisas para determinar a identidade de cada PBF, como i) nome completo do beneficiário final, ii) endereço, (iii) nacionalidade, (iv) número do documento de identidade e número no cadastro de contribuintes, v) porcentagem da participação e/ou a cadeia de controle e vii) a data a partir da qual essa pessoa se tornou o beneficiário final.

Melhoria da implementação da legislação sobre PBF de maneira a acumular o conhecimento e as informações necessários para reconhecer e investigar crimes como corrupção, evasão fiscal, lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e outros crimes correlatos.

Acesso oportuno e adequado à identidade dos PBF pelas autoridades locais e internacionais que investigam crimes de evasão fiscal, lavagem de dinheiro e outros crimes financeiros correlatos.



ⁱⁱⁱ Ver as recomendações 9, 24 e 25 dos Padrões Internacionais de Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação: As Recomendações do GAFI, fevereiro de 2012 (<http://www.fatf-gafi.org/media/fatf/documents/recommendations/pdfs/FATF-40-Rec-2012-Portuguese-GAFISUD.pdf>). Fonte: GAFI. A versão atualizada em outubro de 2016, disponível em inglês, pode ser consultada em http://www.fatf-gafi.org/media/fatf/documents/recommendations/pdfs/FATF_Recommendations.pdf.

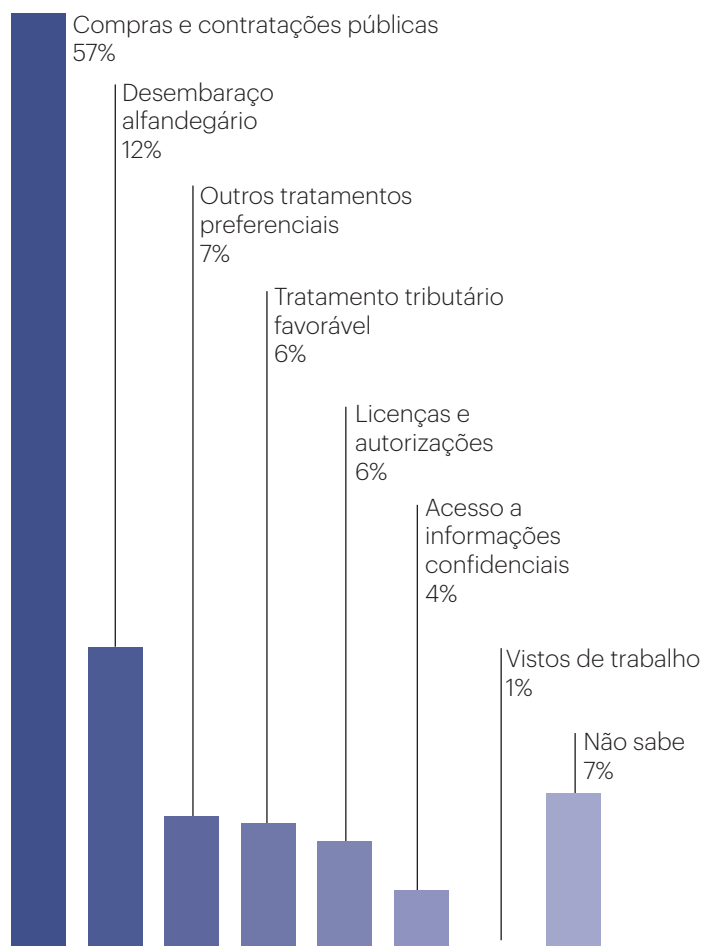
RECOMENDAÇÃO 2: Fortalecer e modernizar os sistemas de compras e contratações públicas para garantir a integridade, a transparência e a concorrência nas diversas etapas dos processos de compras e contratações ao longo do ciclo de vida da relação contratual.

A ONU estima que, em muitos países, as compras e contratações públicas podem representar entre 15% e 30% do PIB.⁴⁵ Ao mesmo tempo, estima-se que entre 10% e 25% do valor dos contratos públicos seja perdido por causa da corrupção.⁴⁶ Um levantamento do Fórum Econômico Mundial mostra que a prática de suborno por parte de empresas internacionais é mais frequente em compras e contratações públicas do que em outras áreas como serviços públicos, tributação e sistema judicial.⁴⁷ O relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o suborno em âmbito internacional (OECD Foreign Bribery Report) indica que 57% dos casos processados com base na Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais envolviam suborno para a obtenção de contratos públicos.⁴⁸ Além da perda de recursos, esse nível de corrupção tem efeitos importantes sobre a sociedade, como a deterioração da confiança pública, efeitos esses que precisam ser resolvidos de forma proativa.

A tecnologia da informação possibilita o uso de mecanismos preventivos e de conformidade importantes para prevenir e controlar a corrupção, bem como para garantir que os sistemas de compras e contratações públicas zelem pela abertura, transparência e concorrência (desde a preparação e licitação até a adjudicação, execução e avaliação dos contratos). Assim, uma estrutura de contratação transparente e segura deve ser projetada com o objetivo de reduzir os riscos de integridade (como as modificações injustificadas em contratos ou conflitos de interesse, entre outros) e salvaguardar o acesso às informações sobre a contratação, a participação ampla e a concorrência entre todos os licitantes, a tomada de decisão objetiva e as renegociações de contratos de boa-fé.

Estima-se que
10% a 25%
do valor dos
contratos públicos
seja perdido por causa da
corruption.

ONDE OCORRE O SUBORNO



Fonte: OCDE. (2016). Preventing Corruption in Public Procurement. Disponível em <http://www.oecd.org/gov/ethics/Corruption-in-Public-Procurement-Brochure.pdf>.



AÇÕES

Estabelecer as regras e regulamentação necessárias para implementar um sistema de compras e contratações públicas que assegure a transparência, integridade, concorrência e tomada de decisões objetivas.

Defina claramente os casos e os requisitos das exceções ao processo licitatório padrão, como os casos de extrema urgência, segurança nacional e desastres naturais.

Definir claramente e publicar ex ante a base para as renegociações contratuais, de modo que só possam ocorrer em circunstâncias específicas e/ou excepcionais.

Publicar e fornecer ao público em geral e aos possíveis licitantes informações claras e coerentes sobre as compras e contratações públicas, como as cláusulas contratuais modelo.

Criar os quadros institucionais adequados para adotar e aplicar normas e regulamentos, inclusive investimentos em tecnologia da informação, para implementar de fato um sistema de contratação eletrônico.

Elaborar regulamentação sobre a contratação eletrônica para assegurar a transparência, a integridade, a disponibilidade de dados e, nos casos justificados por força de lei, a confidencialidade.



RESULTADOS PREVISTOS

A adequação dos quadros institucionais e regulamentos locais às normas internacionais. Em especial, a garantia de que os requisitos estejam alinhados com os da Convenção Interamericana contra a Corrupção e da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

Promoção da concorrência entre os licitantes para fomentar mais transparência e reduzir as oportunidades de corrupção.

A prevenção de lances ou ofertas de má-fé durante o processo de seleção com a expectativa da necessidade de renegociar o contrato em uma etapa posterior.

Regras de renegociação claras e excepcionais para ajudar a reduzir os excessos de custos e as oportunidades para atividades corruptas e, ao mesmo tempo, aumentar a eficiência na oferta de infraestrutura.

Acesso a leis e regulamentos, decisões judiciais e/ou decisões administrativas, cláusulas contratuais padrão, mecanismos de adjudicação de contratos e procedimentos de licitação.

A avaliação dos processos atuais e a identificação das mudanças necessárias para projetar e implementar o software e os mecanismos necessários para contar com um sistema de contratação eletrônico simples e eficiente.

A contratação eletrônica deve ter como objetivos melhorar a concorrência e o acesso ao mercado, reduzir os custos da informação e melhorar o acesso à informação para minimizar os encontros entre possíveis licitantes e funcionários públicos; padronizar e simplificar os processos de contratação para reduzir a burocracia; registrar fornecedores e o histórico de compras e contratações dos funcionários públicos; mapear os preços com base em indicadores de referência, entre outros.



AÇÕES

Orientar regularmente os funcionários encarregados das compras e contratações públicas, as partes interessadas das empresas e as organizações da sociedade civil quanto à implementação e uso de ferramentas e procedimentos de contratação eletrônica.

Monitorar o sistema de contratação eletrônica e analisar os principais indicadores que quantifiquem, entre outros, a rotatividade, o desempenho, a eficiência e a redução de custos para cada licitante.

Selecionar e nomear funcionários para a área de compras e contratações públicas com base na sua integridade e mérito profissional.

Elaborar regulamentos eficazes sobre a integridade a ser aplicados a funcionários públicos envolvidos em processos de compra e contratação, inclusive com regras sobre conflitos de interesses e divulgação de informações financeiras.

Adotar mecanismos práticos e confidenciais para informar e processar conflitos de interesses, conduta indevida em relação à integridade e crimes nos processos de compras e contratações públicas.

Promover mecanismos de cooperação entre o setor público e as partes interessadas do setor privado para elevar a transparência e a integridade nos processos de compra e contratação.

Elaborar um plano de trabalho setorial para áreas-chave, como educação, saúde, infraestrutura e segurança, com a participação da sociedade civil e das partes interessadas do setor privado.



RESULTADOS PREVISTOS

A promoção de um regime de compras eletrônicas transparente, honesto e competitivo que incentive o controle pela sociedade civil e promova a prestação de contas pelo setor público.

Controle dos contratos adjudicados em relação ao prazo e à porcentagem de execução do contrato, alocação e gastos do orçamento, e desempenho dos fornecedores, entre outros.

Prevenção e contenção de conflitos de interesse, e isolamento de funcionários encarregados das compras e contratações públicas para evitar a influência indevida de políticos ou funcionários de alto escalão.

A gestão dos riscos associados a conflitos de interesse, identificando áreas específicas onde são necessárias reformas sobre a integridade para assegurar que os funcionários públicos encarregados de definir ou executar as compras e contratações públicas não deem prioridade aos seus interesses privados ao tomar decisões públicas.

A prevenção e investigação imediata da corrupção em processos de compras e contratações públicas, assim como a aplicação de sanções administrativas, civis e criminais de modo a proteger a integridade física e a segurança do autor no emprego.

Colaboração na formulação e implementação de políticas de combate à corrupção público-privadas, como a redução das assimetrias de informação, a revisão da legislação sobre compras e contratações, a celebração de acordos de integridade, ou o desenvolvimento de programas de conformidade.

Um diálogo aberto com o setor privado e os cidadãos embasado pelas necessidades da população e dos fornecedores e com o objetivo de manter o setor público atualizado sobre os produtos e preços praticados, a fim de permitir a formulação de um plano de trabalho setorial.

RECOMENDAÇÃO 3: Implementar mecanismos para garantir a legitimidade, transparência e solidez técnica da regulamentação e adotar planos de simplificação administrativa.

A transparência da regulamentação visa garantir a legitimidade e a elevada qualidade dos quadros regulatórios. Além disso, permite que as autoridades responsáveis pelas políticas tomem decisões embasadas quanto às melhores opções sobre as questões a serem reguladas e como fazê-lo.⁴⁹ Os processos regulatórios devem ser transparentes para todas as partes interessadas, estimular a consulta e a participação pública e ter como base análises científicas e evidências claras do seu impacto, a fim de aumentar a legitimidade de todo o processo regulatório.

Por sua vez, a simplificação administrativa é uma ferramenta que permite revisar e simplificar procedimentos e todos os regulamentos administrativos existentes.⁵⁰

O propósito dessa recomendação é reduzir os custos globais derivados da regulamentação e melhorar os processos administrativos, eliminando requisitos, etapas burocráticas, atividades e intermediários desnecessários. Além de não agregarem nenhum valor aos procedimentos administrativos, esses processos ineficientes também podem criar oportunidades de corrupção e de captura regulatória (isto é, situações em que a regulamentação atende mais os interesses do público regulado do que os do público em geral).

Se forem implementadas devidamente, essas medidas poderão ajudar a garantir a legitimidade, coerência e elevada qualidade da regulamentação; reduzir a burocracia, os custos de transação e as oportunidades de corrupção; simplificar processos de negócios; proporcionar melhor acesso às informações públicas e ampliar a participação dos cidadãos e a confiança geral no governo. Além disso, a simplificação administrativa pode ter um efeito positivo sobre o crescimento econômico, sobretudo nos casos de empresas recém-criadas e pagamentos de impostos.⁵¹



Os processos regulatórios devem ser transparentes para todas as partes interessadas, estimular a consulta e a participação pública e ter como base análises científicas e evidências claras do seu impacto, a fim de aumentar a legitimidade de todo o processo regulatório.



ESTUDO DE CASO: Melhorias regulatórias

Como parte da agenda de reformas da Comissão Europeia para melhorar a regulamentação, o programa Adequação e Eficácia da Regulamentação (REFIT, na sigla em inglês) busca melhorar e simplificar as leis e políticas da União Europeia (UE) para que surtam os resultados esperados com menor carga administrativa e financeira. O programa REFIT é integrado com a avaliação anual da legislação em vigor na UE e envolve a participação de uma ampla gama de partes interessadas de todos os níveis de governo, empresas, ONG e até mesmo cidadãos individuais para que a simplificação legislativa siga uma abordagem holística.

Entre 2002 e 2012, a CE alcançou a meta de reduzir em 25% a carga administrativa que a legislação da UE impunha às empresas. A CE também obteve uma economia anual de cerca de € 30,8 bilhões (aproximadamente US\$ 37 bilhões). Entre os demais benefícios esperados desse programa, se destaca a redução de € 2,3 bilhões nos custos de conformidade para as empresas (aproximadamente US\$ 2,8 bilhões) por ano graças à ampliação do sistema de guichê único para o pagamento do IVA sobre as vendas online.⁵² De acordo com o relatório apresentado em 2014 pelo Grupo de Alto Nível de Partes Interessadas Independentes sobre os Encargos Administrativos da CE, “a legislação sobre assuntos fiscais e aduaneiros vem sendo considerada a área prioritária mais importante a ser resolvida, uma vez que 70% do total dos encargos administrativos pode ser atribuído a ela”.⁵³

Na América Latina, o México é um dos países mais avançados em termos de reforma regulatória. A Comissão Federal para a Melhoria Regulatória, instituição encarregada de analisar o impacto da nova regulamentação, informou que se obteve uma redução dos custos de conformidade com os procedimentos administrativos federais de 4,8% para 2,6% do PIB em seis anos.⁵⁴

No nível subnacional, o estado de Colima se valeu da tecnologia da informação e comunicação para implementar uma série de reformas, como o processamento on-line de procedimentos e serviços autenticados com uma assinatura eletrônica e o intercâmbio de dados e a melhoria da coordenação interinstitucional com o governo federal e os governos municipais. O programa teve grande êxito na reforma dos aspectos regulatórios que têm maior impacto sobre a qualidade de vida dos cidadãos e sobre a facilidade de fazer negócios, tanto para os investidores como para os empreendedores. Estima-se que, em 2014, os cidadãos economizaram US\$ 5,8 milhões em procedimentos estaduais e a percepção média de satisfação dos usuários com 35 órgãos públicos envolvidos na reforma regulatória foi de 92,10%.⁵⁵



AÇÕES

Adotar um plano multidimensional de simplificação administrativa e regulatória para melhorar a qualidade dos regulamentos e reduzir os encargos administrativos.

Designar entes públicos específicos encarregados da fiscalização e dotá-los dos recursos necessários para implementar reformas regulatórias e/ou estratégias de simplificação administrativa.

Fazer avaliações do impacto regulatório de forma sistemática para coletar evidências detalhadas sobre os possíveis efeitos dos regulamentos, bem como seus benefícios e custos.

Promover a participação periódica dos cidadãos nas revisões ex ante e ex post da regulamentação atual e futura.

Os órgãos públicos devem publicar as propostas de regulamento para que os cidadãos façam comentários e explicar por que os comentários foram acatados ou rejeitados.



RESULTADOS PREVISTOS

A implementação de ferramentas que apoiem a análise sistemática das medidas regulatórias propostas, bem como a revisão periódica da regulamentação existente para avaliar os efeitos econômicos, sociais e ambientais e a consecução dos objetivos planejados.

A eliminação de obstáculos que possam prejudicar tanto o acesso e a prestação de serviços públicos, como a atividade comercial.

A definição clara das funções e responsabilidades no que diz respeito à implementação do plano em uma única entidade, e a facilitação da coordenação, cooperação e comunicação entre o setor público, as partes interessadas das empresas e a população em geral.

Decisões regulatórias mais bem embasadas que levem em conta os custos e benefícios dos regulamentos.

A definição das áreas de reforma e a implementação de estratégias para abordá-las.

A identificação dos custos relacionados ao preenchimento de formulários, tempo e prestação de informações aos governos.

A adoção de mecanismos institucionais para facilitar que os cidadãos e partes interessadas das empresas manifestem seus interesses e preocupações com respeito à simplificação institucional e para permitir a identificação de áreas que necessitem de reformas (por ex., consultas públicas, pesquisas de opinião, grupos de discussão e mesas-redondas).

Adoção de processos de tomada de decisão transparentes e regulados (como a criação de normas, avisos e comentários) para aumentar a confiança nas instituições reguladoras e nas autoridades.^{iv}

^{iv} O *International Standard Cost Model Manual da rede Standard Cost Model (SCM)* é um exemplo que pode ser usado para apoiar a ação que permite alcançar esse resultado. O manual pode ser consultado em: <http://www.oecd.org/gov/regulatory-policy/34227698.pdf>.



ACTIONS

Integrar planos de simplificação administrativa com políticas de governo eletrônico em todos os níveis de governo.

Oferecer formação periódica aos funcionários públicos em todos os níveis de governo (nacional e subnacional), partes interessadas das empresas e sociedade para assegurar o êxito na implementação de ferramentas gerenciais, regulatórias e tecnológicas.



EXPECTED OUTCOMES

A adoção de estratégias e plataformas eletrônicas eficazes voltadas para o cidadão a fim de reduzir a burocracia (por ex., guichês únicos, portais e call centers unificados, centros ou quiosques de atendimento) e a coleta e registro de informações dos usuários, com o objetivo de reduzir o número de vezes em que os cidadãos são obrigados a fornecer dados que o governo já possui.

Mecanismos de comunicação com os cidadãos por meio de uma ampla gama de canais (como as redes sociais) para garantir o fácil acesso a informações sobre os marcos regulatórios que regem as atividades comerciais.

Serviços públicos eficientes e profissionais e procedimentos administrativos simples para fazer negócios.

RECOMENDAÇÃO 4: Fortalecer os mecanismos de governo aberto de modo a incluir a transparência, a participação e colaboração dos cidadãos, e os sistemas de integridade pública como parte de uma política abrangente destinada a aumentar a confiança no governo e na democracia.

Os mecanismos de governo aberto são concebidos para construir democracias mais fortes e aumentar a confiança nos governos sob os princípios da transparência, colaboração e prestação de contas. Nos últimos anos, as iniciativas de governo aberto têm feito parte dos esforços para promover a eficiência e a eficácia na prestação de serviços públicos com o uso da tecnologia da informação.⁵⁶ Entre essas estratégias, se destacam a inclusão dos cidadãos e do setor privado em esquemas colaborativos para que, em conjunto, planejem e implementem decisões de política pública, e o foco em abrir os governos ao escrutínio público de

modo a aumentar a prestação de contas.⁵⁷ O estudo de caso sobre crowdsourcing no México (ver abaixo) oferece um exemplo dessa colaboração na prática.

Entre as tendências estratégicas para promover a abertura e a prestação de contas pelo governo, destacam-se as seguintes:

- Divulgar informações públicas em formato de dados abertos, para que qualquer pessoa tenha acesso às informações coletadas e consiga processá-las, reutilizá-las e compartilhá-las para melhorar a tomada de decisões a prestação de contas.⁵⁸
- Implementar novas tecnologias para melhorar as ferramentas tradicionais de participação dos cidadãos (audiências públicas, avisos e comentários, criação de normas e outros processos de consulta), para garantir a disponibilidade e o acesso das informações a todas as partes



interessadas, inclusive com o uso de formatos digitais.

- Fortalecer a integridade pública por meio de políticas destinadas a prevenir e corrigir conflitos de interesses. As políticas de integridade devem considerar pelo menos os seguintes elementos: divulgação de informações financeiras pelas autoridades públicas, capacitação em ética, verificação de antecedentes antes de cada nomeação, regulamentos aplicados antes e depois da ocupação de cargo, mecanismos para denunciar transgressões cometidas por autoridades públicas e privadas, proteção de informantes e criação de fundos cegos (blind trusts) para administrar o patrimônio de funcionários públicos de alto escalão.



ESTUDO DE CASO: Crowdsourcing inteligente no México

O Governo do México e o BID, em busca de estratégias e práticas inovadoras para combater a corrupção a partir de diferentes ângulos, inclusive a prevenção e o controle, solicitou ao NYU GovLab⁵⁹ um exercício de crowdsourcing inteligente com vários acadêmicos, representantes da sociedade civil e profissionais de todo o mundo.

O crowdsourcing inteligente é uma técnica colaborativa para a solução de problemas que combina a agilidade e a diversidade do crowdsourcing com a sistematização de conhecimentos pertinentes em um formato concebido para produzir resultados eficazes e aplicáveis. O crowdsourcing inteligente vai além do simples crowdsourcing, pois também faz uma “busca de especialistas”, ao recorrer ao uso da inteligência coletiva para aproveitar as ideias de mais de 100 especialistas mundiais, o que permite a qualquer instituição pública ou privada obter conselhos e ideias inovadoras, além do conhecimento para implementá-las.

No caso do México, após identificar os problemas e suas causas, seis temas foram priorizados e discutidos com especialistas internacionais durante várias sessões online: i) medir a corrupção e seus custos; ii) prevenir a corrupção judicial; iii) facilitar o devido processo; iv) aumentar o envolvimento do público; v) proteger os informantes e vi) rastrear e analisar os fluxos monetários. Essas seis áreas foram delineadas seguindo um rigoroso processo de pesquisa e avaliação. Esse processo foi concluído com um relatório que propunha soluções tecnológicas de ponta e ideias práticas sobre o que era necessário para implementar essas soluções na forma de políticas públicas. Mais informações podem ser consultadas em <http://www.thegovlab.org/project-smarter-crowdsourcing-anti-corruption.html>.

Ao elaborar um código de conduta corporativa, as entidades do setor privado devem considerar, entre outros tópicos, as questões relacionadas a contribuições para políticos, os conflitos de interesses e a proibição de pagamentos irregulares e doações de qualquer tipo.

RECOMENDAÇÃO 5: Incentivar o setor privado a adotar mecanismos abrangentes para proteger a integridade, como códigos de conduta corporativa, acompanhados da implementação eficaz e revisão periódica dos planos de conformidade.

Conforme destaca o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) na sua publicação *Anti-Corruption Ethics and Compliance Handbook for Business*, um guia prático sobre ética e conformidade no combate à corrupção nas empresas, a corrupção no meio corporativo não apenas faz com que os custos aumentem e haja mais dependências a perda de oportunidades de negócios, mas também gera consequências legais e prejuízo à reputação.⁶⁰

A governança corporativa não apenas organiza um sistema que rege as relações entre as partes interessadas das empresas, mas também cria uma estrutura para promover a transparência, integridade nos negócios e a prestação de contas.⁶¹ Os Princípios de Governança Corporativa do G-20 e OCDE identificam os principais componentes para construir uma estrutura sólida de governança corporativa e oferecem orientação prática para sua implementação.⁶² Conforme indicado pela OCDE, “a boa governança corporativa não é um fim em si mesmo, é um meio de apoiar a eficiência econômica, o crescimento sustentável e a estabilidade financeira. Facilita o acesso das empresas ao capital para investimentos de longo prazo e ajuda a garantir que os acionistas e outras partes interessadas que contribuem para o êxito da empresa sejam tratados igualmente”.⁶³

Os códigos de ética são um elemento crucial nessa estratégia. Ao elaborar um código de conduta corporativo, as empresas do setor privado devem considerar, entre outros tópicos, as questões relacionadas a contribuições para políticos, os conflitos de interesses e a proibição de pagamentos irregulares e doações de qualquer espécie. Por sua vez, o setor privado deve se esforçar para promover e respeitar as iniciativas internacionais de transparência, como as propostas pelo Pacto Global da ONU e o quadro “empresas pelo estado de direito (Business for the Rule of Law Framework)”.



ESTUDO DE CASO: Implementação do Código de Ética do APEC

O Fórum de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) tem duas iniciativas para implementar um código regional de ética corporativa no âmbito da Iniciativa de Ética Empresarial do APEC para Pequenas e Médias Empresas (PME), uma delas destinada ao setor de dispositivos médicos (com mais de 13.000 empresas associadas)⁶⁴ e a outra à indústria biofarmacêutica (com quase 10.000 empresas associadas).⁶⁵

O objetivo da indústria de equipamentos médicos é apoiar a implementação de códigos de ética que estejam em conformidade com os Princípios de Kuala Lumpur do APEC. Esses princípios, redigidos em 2011, foram concebidos para garantir “interações éticas entre as empresas de tecnologia médica”.⁶⁶ Existe um total de 29 associações de equipamentos médicos na região do APEC. Quando essa iniciativa teve início, em 2012, 12 dessas associações tinham um código de ética; em 2017, esse número subiu para 26.⁶⁷

O objetivo da iniciativa para a indústria biofarmacêutica é semelhante e tem como proposta apoiar a implementação de códigos de ética alinhados com os Princípios da Cidade do México, do APEC. Tais princípios são um código de ética empresarial voluntário definido para o setor biofarmacêutico por um grupo de trabalho de especialistas em 2011 e endossado pelo APEC naquele mesmo ano.⁶⁸ Em 2012, a iniciativa lançou um sistema de monitoramento robusto para examinar um total de 66 associações da indústria biofarmacêutica na região da APEC e descobriu que 25 dessas associações tinham um código de ética. Em 2017, esse número subiu para 51.⁶⁹

Essas duas iniciativas continuam empenhadas em conseguir que 100% das associações das indústrias biofarmacêuticas e de dispositivos médicos da região adotem códigos de ética até 2020.^{70, 71}

Com base em pesquisas anuais sobre a implementação de códigos de ética, os principais desafios para a implementação continuada são a manutenção de recursos de apoio e a capacitação regular sobre o tema. No entanto, em 2016 e 2017, as iniciativas de ambas as indústrias relataram que seus líderes estavam 100% comprometidos com os códigos de ética.^{72, 73}

A fim de melhorar a capacidade para avaliar como os membros dessas associações de indústrias estão implementando os códigos de ética, a iniciativa lançará em 2018 um programa piloto de pesquisas diretas com os associados sobre essa implementação.^{74, 75}

RECOMENDAÇÃO 6: Divulgar os pagamentos das empresas ao setor público, usando as principais práticas de divulgação de despesas, como as implementadas pelo setor extrativo.

Para contribuir para a transparência orçamentária global e a prestação de contas pelo governo na administração e alocação dos recursos públicos, os principais setores devem informar todos os pagamentos feitos ao

setor público.

Essa ação abrange a elaboração de políticas e práticas transparentes relativas à divulgação de pagamentos privados e receitas públicas derivadas das indústrias extrativas (“impostos, taxas, contribuições, royalties, bônus e outras transações financeiras”)⁷⁶ para evitar a prática da corrupção e promover um “processo aberto, participativo e transparente de alocação do orçamento nos níveis nacional e local”.⁷⁷ A transparência também

é um pré-requisito fundamental para alcançar e manter a confiança entre as diversas partes interessadas que atuam nas indústrias extrativas. Aumentar a transparência nesse setor também exige uma comunicação eficaz, eficiente e transparente com os cidadãos sobre os benefícios e os impactos (positivos e negativos) das atividades extrativas.⁷⁸

Lançada pela primeira vez em 2002, a Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas (EITI) é um exemplo positivo da implementação dessa recomendação posta em prática. Com o objetivo global

de assegurar que os ganhos provenientes dos recursos naturais também beneficiem os cidadãos, a EITI exige que os países participantes publiquem informações tais como contribuições sociais e os tributos pagos pelas empresas, indicando inclusive como esse dinheiro é alocado nos níveis nacional e regional. Até o momento, 51 países no mundo implementaram as normas da EITI, e estima-se que o total da receita já divulgada chega a US\$ 2,3 trilhões.⁷⁹ Na América Latina e Caribe, seus países-membros são Colômbia, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Peru, República Dominicana, Suriname e Trinidad e Tobago.⁸⁰



ESTUDO DE CASO: MapaRegalías e MapaInversiones

Em 2013, a Colômbia e o BID projetaram e construíram uma ferramenta de georreferenciamento chamada MapaRegalías,⁸¹ que monitora como os royalties pagos por empresas de petróleo e mineração estão sendo gastos em mais de 11.800 projetos de obras públicas (quase dois terços dos quais contêm imagens do progresso realizado). O governo colombiano usa essa plataforma para monitorar a conformidade e, em 2016, suspendeu a transferência de royalties para 125 municípios que não apresentaram devidamente seus dados.⁸² Essa plataforma para as indústrias extrativas agora está sendo estendida de modo a abranger todos os investimentos públicos na Colômbia e ganhou um novo nome: MapaInversiones.⁸³

MapaInversiones (<http://www.iadb.org/mapainversiones>) é uma iniciativa financiada pelo BID que visa aumentar a transparência dos investimentos públicos para que os cidadãos possam monitorar, em tempo real, como e onde os governos investem. Por um lado, os governos conseguem coletar informações de qualidade para tomar decisões oportunas e, assim, aumentar a eficiência do investimento público; por outro, as empresas conseguem aumentar sua competitividade ao participar de um ambiente de informação aberta. Essa iniciativa está executando projetos-piloto em outros três países da região:

- Na Costa Rica, o projeto-piloto MapaInversiones se concentrará na transparência das obras relativas aos transportes públicos, que representam cerca de 70% do total do investimento público, aproximadamente US\$ 17 bilhões.⁸⁴
- No Paraguai, o projeto piloto MapaInversiones se voltará para a transparência das obras de infraestrutura pública, uma vez que o investimento público representa cerca de 14% do PIB. Esse setor é fundamental para o país, pois abrange escolas, hospitais e estradas.⁸⁵
- Já no Peru, o projeto piloto é chamado MapaReconstrucción. Essa plataforma permitirá visualizar os fundos e projetos públicos de reconstrução financiados pela recém-criada Autoridade para a Reconstrução (US\$ 6,4 bilhões), após o país haver passado por um dos piores desastres naturais da sua história no primeiro semestre de 2017 devido às fortes chuvas e inundações causadas pelo El Niño Costero.^{86, 87}

RECOMENDAÇÃO 7: Desenvolver um mecanismo de coordenação intergovernamental com o setor privado para projetos de cooperação regulatória para ajudar as economias a implementar um conjunto comum de Boas Práticas Regulatórias (BPR), com o objetivo de desenvolver economias competitivas e apoiar democracias participativas e transparentes.

A regulamentação desempenha uma função essencial no desenvolvimento de empresas e governos bem-sucedidos e sustentáveis. No entanto, os órgãos reguladores precisam saber como administrar o frágil equilíbrio que permite proteger os vários interesses sem impedir o crescimento, um desafio ainda mais complexo por causa do rompimento de modelos de negócios causado pela tecnologia digital. O Fundo Monetário Internacional (FMI) destaca os efeitos positivos da moderação ao regular e afirma que “eliminar o excesso de regulamentação pode facilitar o crescimento econômico e impedir a corrupção”.⁸⁸ Uma vez que os órgãos reguladores em todo o mundo têm muitos propósitos em comum (salvaguardar a saúde pública, a segurança e a qualidade do meio ambiente; proteger os consumidores e possibilitar o bom funcionamento dos mercados), as divergências desnecessárias na regulamentação representam um peso para a economia e podem afetar a competitividade do país sem, na verdade, oferecer mais proteção. Historicamente, os sistemas regulatórios não competitivos também deixaram aberturas que permitem a violação do estado de direito. Nesse caso, medidas para melhorar e simplificar os procedimentos, a melhoria da formação dos profissionais encarregados e a cooperação entre os órgãos reguladores podem resultar em eficiências administrativas, aumentar a transparência e melhorar a saúde pública e a segurança, além de proporcionar mais prosperidade econômica e inovação. Não apenas as empresas têm a ganhar, mas também os reguladores, os consumidores e os governos. O compromisso com a adoção de um conjunto coordenado de BPR poderia ajudar a atingir o objetivo de construir uma economia mais competitiva e transparente.^v

Projeta-se que, em todo o mundo, o setor da construção crescerá mais de 70% até o ano de 2025, a fim de atender a crescente demanda mundial por infraestrutura física.⁸⁹ A regulamentação é um elemento crucial tanto para a segurança e confiabilidade das construções como para o sucesso financeiro dos projetos. Estimativas mostram que os atrasos causados pela regulamentação podem ter um impacto real sobre os resultados financeiros dos projetos de construção, pois os custos podem subir até 5% em alguns casos, uma realidade que também pode desencorajar o investimento nesse tipo de projeto no futuro.⁹⁰ Boas práticas regulatórias são essenciais para apoiar, em vez de impedir, o crescimento previsto do setor da construção (assim como de outros setores) de maneira segura e sustentável.

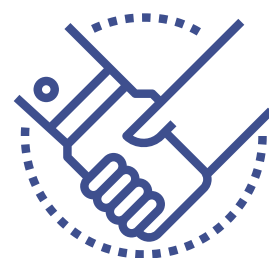
As iniciativas de cooperação na área regulatória devem começar comparando os processos regulatórios de cada governo participante com as principais práticas internacionais e incentivando a consulta pública antes de preparar a versão final. Com base nessa comparação, é possível identificar os projetos de alta prioridade para serem implementados. O ABD recomenda que os processos regulatórios i) sejam transparentes para todas as partes envolvidas, ii) incentivem a consulta pública e a participação efetiva das partes interessadas antes da preparação da versão final, iii) notifiquem com a devida antecedência antes da entrada em vigor e iv) se baseiem em dados científicos sólidos e evidências claras. A figura 1 apresenta uma lista das 11 melhores práticas para obter coerência na regulamentação.

^v Mecanismos para facilitar a coordenação na criação de normas e regras entre os setores público e privado também devem ser levados em conta. Existe uma conexão entre este tópico e as recomendações 3 e 7.

FIGURA 1: BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS (BPR) ⁹¹

A lista a seguir de boas práticas regulatórias deriva do relatório da Câmara de Comércio dos Estados Unidos intitulado “The Bridge to Cooperation: Good Regulatory Design”.

1. Garantir a transparência e a participação das partes interessadas na elaboração dos regulamentos:
 - a) Elaborar projeções regulatórias.
 - b) Manter um registro regulatório nacional.
 - c) Notificar antecipadamente sobre qualquer proposta de regra.
 - d) Dar oportunidade ao público para fazer comentários.
 - e) Publicar evidências ou análises regulatórias que fundamentem o projeto de regulamentação.
 - f) Abordar os comentários das partes interessadas e apresentar respostas.
 - g) Garantir um prazo razoável para a entrada em vigor da nova regulamentação.
2. Usar dados científicos válidos, confiáveis e robustos como base para o processo de elaboração de regras.
3. Posicionar a avaliação e gestão de riscos no centro das decisões sobre regulamentação.
4. Fazer avaliações do impacto regulatório (antes da implementação).
5. Avaliar o impacto da regulamentação sobre a concorrência no mercado.
6. Avaliar o impacto internacional da regulamentação.
7. Maximizar o uso de normas internacionais pertinentes.
8. Aproveitar os mecanismos de avaliação da conformidade do setor privado.
9. Permitir às partes interessadas solicitar uma revisão judicial independente da regulamentação.
10. Fazer avaliações ex post do impacto da regulamentação (após a implementação).
11. Identificar um órgão coordenador central capaz de assegurar a implementação dos princípios anteriores em todos os níveis de governo.



O compromisso com a adoção de um conjunto coordenado de boas práticas de regulamentação poderia ajudar a alcançar o objetivo de construir uma economia mais competitiva e transparente.



AÇÕES

Tirar proveito do conhecimento e experiência do setor privado (sobretudo dos dados técnicos) para formular processos regulatórios otimizados. Trabalhar buscando o envolvimento do setor privado desde os estágios iniciais do processo de criação da regulamentação, possivelmente por meio da formação de conselhos.

Elaborar diretrizes técnicas para criar regulamentos com o objetivo de obter uniformidade entre as autoridades participantes. Os países poderiam usar normas, diretrizes e recomendações internacionais como base para essas diretrizes.

Comparar os processos regulatórios existentes com as principais práticas internacionais para dar coerência à regulamentação (envolvimento dos interessados, avaliação de risco, avaliações do impacto regulatório, etc.).

Formular e implementar um plano de ação nacional orientado pelas constatações do processo de comparação com as melhores práticas internacionais (ver a figura 1).

Desenvolver uma série de ferramentas, como educação, capacitação e intercâmbio entre órgãos reguladores, para superar restrições em termos de recursos e ampliar a comunicação e a confiança entre os órgãos reguladores regionais.

Organizar diálogos, webinários ou reuniões entre órgãos reguladores e outras entidades do governo para tratar das principais práticas regulatórias.

Trabalhar com os órgãos reguladores para identificar objetivos regulatórios comuns e métodos de coordenação constante para alcançar esses objetivos, com especial atenção para as áreas com grande potencial para cooperação internacional nesse campo.

Desenvolver sistemas para o intercâmbio de informações (principais práticas, tendências, notícias e alertas, etc.) entre os órgãos reguladores das diversas jurisdições.



RESULTADOS PREVISTOS

Participação do setor privado no apoio a processos regulatórios eficazes na região.

Mais ênfase no intercâmbio de tendências do setor e principais práticas para ajudar na fundamentação de regulamentos modernos.

Uniformidade nos processos regulatórios em toda a região, em linha com as normas internacionais.

Identificação de áreas para melhoria nos processos regulatórios atuais.

Acordo e compromisso unificados em torno de um ou mais planos de ação nacionais para respaldar as principais práticas regulatórias.

Estratégias para enfrentar restrições de recursos entre os órgãos reguladores regionais.

Reforço da confiança e transparência graças à comunicação e à parceria entre órgãos reguladores.

Aumento da consciência e promoção das boas práticas regulatórias entre os órgãos reguladores e o governo.

Parcerias entre órgãos reguladores e parcerias público-privadas para alcançar a harmonização regional da regulamentação sempre que possível.

Mais comunicação entre os órgãos reguladores.

Se os órgãos reguladores das diversas jurisdições trocam informações, o setor privado consegue aumentar a transparência e criar sistemas para combater a corrupção.

RECOMENDAÇÃO 8: Elaborar uma certificação das melhores práticas para a concessão de licenças, coordenada por uma parceria público-privada multilateral, e torná-la disponível por meio de cursos on-line abertos (MOOC) a governos e a funcionários públicos atuais ou em potencial que desejem melhorar suas qualificações.

As certificações são um mecanismo que comprovadamente aumenta o compromisso profissional com um determinado conjunto de qualificações e amplia a capacidade para aplicá-lo. Por exemplo, a certificação Liderança em Energia e Design Ambiental (LEED, na sigla em inglês), concebida para promover o aumento da sustentabilidade dos edifícios no mundo, se transformou no sistema mais usado em todo o mundo para classificar edifícios conforme a sustentabilidade e preocupação com o meio ambiente. Estima-se que mais de 200 mil metros quadrados de construções sejam certificados por dia segundo os critérios da LEED.⁹² A LEED estabelece os requisitos que os construtores devem cumprir para “criar edifícios saudáveis, ecológicos, econômicos e altamente eficientes”.⁹³ De maneira análoga, uma certificação voltada para as principais práticas governamentais na concessão de licenças poderia atrair mais atenção para medidas de transparência e combate à corrupção nesses processos e seria uma ferramenta valiosa para governos, funcionários públicos e estudantes que buscam aprimorar e padronizar os conhecimentos e qualificações relacionados à concessão de licenças.

Os benefícios de um processo eficiente de licenciamento não se limitam à empresa que solicita a licença; antes, alguns estudos mostram que todos os envolvidos no processo podem se beneficiar. Um processo eficiente de concessão de licenças gera um aumento de 16,5% na arrecadação dos impostos prediais e territoriais, o que beneficia o setor público. No caso dos gastos com construção, houve um aumento de 5,7% nos gastos quando o processo de licenciamento foi acelerado, além de um aumento de 0,6% na taxa de retorno sobre o investimento, o que beneficia quem trabalha e investe na indústria da construção.⁹⁴ A elaboração de uma certificação pode ajudar os órgãos reguladores da região a aplicar o que há de mais moderno em termos de práticas de licenciamento e ajudar tanto quem concede como quem recebe uma licença a realizar todo o seu potencial econômico.

A figura 2 apresenta um conjunto das principais práticas na concessão de licenças que podem ser usadas como ponto de partida para elaborar a certificação.

O desenvolvimento de um MOOC sobre as principais práticas de concessão de licenças é uma estratégia viável para ajudar a garantir que a certificação seja implementada de maneira socialmente inclusiva (por ex., aberta e disponível para todos). Estudos mostraram que os MOOC podem ser uma poderosa ferramenta, sobretudo nos países em desenvolvimento. Um estudo recente constatou que 87% dos usuários que concluíram um MOOC para ter mais oportunidades de emprego relataram ter melhorado seu desenvolvimento profissional graças ao curso.⁹⁵ Se as possibilidades do MOOC forem aproveitadas, uma certificação nas principais práticas de concessão de licenças pode estar disponível para um grande público e contribuir para o aprimoramento universal da concessão de licenças na região.

FIGURA 2: PRINCIPAIS PRÁTICAS NA CONCESSÃO DE LICENÇAS

1. As regras estão on line e são aplicadas de maneira uniforme.
2. Tanto o acompanhamento quanto a renovação de licenças podem ser feitos on line.
3. Um guichê único para todos os órgãos, cuidando tanto da solicitação como do processamento.
4. Opção de fiscais independentes e licenciados.
5. Eliminação da duplicidade, ou seja, o processo é unificado e reconhecido mutuamente se vários níveis de governo têm o mesmo requisito.
6. Os requisitos dependem das classificações de risco da atividade.
7. As solicitações de mitigação são transparentes e pertinentes.
8. Funcionários públicos têm acesso a capacitação e certificação.
9. Consultor à disposição para resolver conflitos e obstáculos.
10. Prazos de resposta com presunção positiva e feedback provisório sobre erros a serem corrigidos.



AÇÕES

Para dar início ao processo para criar e adotar uma certificação nas melhores práticas para a concessão de licenças, um líder de alto escalão no governo ou um chefe de Estado solicita a criação de uma certificação. Como parte dessa solicitação inicial, convém identificar um ponto de contato para as atualizações sobre a certificação.

Usar as melhores práticas preliminares na concessão de licenças e na estrutura de grupos de trabalho sobre regulamentação subnacional estabelecidas pela Organização dos Estados Americanos (OEA) no âmbito da Rede Interamericana de Competitividade (RIAC), com o intuito de disseminar essas práticas entre os membros da RIAC, inclusive entre os governos interessados. Usando a parceria público-privada existente (PPP) em apoio a essa certificação, solicitar outras fontes de conhecimento multilaterais, tanto públicas como privadas, para disseminar a certificação e montar cursos de capacitação.

Por meio da PPP, combinar recursos multilaterais e do setor privado para financiar assistência técnica a governos e órgãos na implementação da certificação. Essa assistência técnica será fornecida por parceiros qualificados com experiência certificada em capacitação.

Os parceiros na assistência técnica e/ou implementação registram os marcos da certificação por meio de uma plataforma confiável de blockchain.

Criar um mecanismo contínuo para que os detentores da certificação (por exemplo, os líderes nas melhores práticas de licenciamento) ofereçam feedback e melhorias iterativas à certificação e à respectiva capacitação. Fazer pesquisas para comparar os resultados para pessoas e regiões com e sem a certificação.

À medida que a certificação na concessão de licenças se consolida, estudar a ampliação da certificação de modo a abranger outras áreas regulatórias (por exemplo, compras e contratações públicas) que também são importantes para o combate à corrupção e para a boa governança.



RESULTADOS PREVISTOS

Apoio de chefes de Estado e/ou líderes de alto escalão no governo para criar a certificação.

Designação de um ponto de contato para apoiar os governos interessados na adoção sem demora das melhores práticas enquanto a certificação voluntária é disseminada.

A disseminação das melhores práticas entre os setores ajuda a criar um guia prático sobre como os governos podem gerar melhorias na criação de empregos nos sistemas de concessão de licenças.

A criação de uma certificação para a concessão de licenças ajudará a motivar e reconhecer o compromisso com as melhores práticas nessa área por parte dos profissionais dos serviços públicos e governos/órgãos.

Acesso inclusivo por meio de capacitação on line disponível para todos os profissionais dos serviços públicos e governos/órgãos que possam decidir obter a certificação voluntária.

Melhorias nos processos de concessão de licenças devido à ampliação do acesso à certificação na concessão de licenças.

Oportunidade para instituições acadêmicas e de outros tipos com experiência técnica certificada terem acesso a recursos de PPP para facilitar a assistência a governos e órgãos.

Um registro uniforme, sustentável e acessível de profissionais e de governos e órgãos que cumprem cada etapa da certificação, maximizando o reconhecimento e valor do seu progresso.

Surgimento de histórias de sucesso como resultado da certificação.

Os detentores da certificação passam a ter a autonomia para melhorar versões futuras do programa de certificação.

Novas informações sobre a correlação entre a melhoria na concessão de licenças e o progresso social.

Comprovação da eficácia do conceito de certificação aplicado a uma área regulatória crucial para o avanço no combate à corrupção.

Demanda futura por mais módulos regulatórios como parte de uma certificação mais ampla da boa governança.



DIGITALIZAÇÃO DO CRESCIMENTO



DIGITALIZAÇÃO DO CRESCIMENTO

RECOMENDAÇÃO 9: Incentivar a aceitação dos meios de pagamento digitais para o desenvolvimento do comércio digital e assegurar o compromisso de digitalizar os fluxos financeiros do setor público a fim de aumentar a transparência e a inclusão.

A ALC tem experimentado uma das expansões mais rápidas do uso da Internet em todo o mundo, sobretudo da banda larga móvel. Essa ampliação do acesso fez disparar o número de pessoas que fazem compras on line na ALC, de 97 milhões em 2014 para 131 milhões em 2017, e a previsão é que esse número ultrapasse os 150 milhões até 2019.⁹⁶ Participar desse mercado crescente usando meios digitais de pagamento representa uma oportunidade importante tanto para transferir os consumidores da economia informal para a economia formal, como para impulsionar as MPME. Segundo algumas estimativas,

essa oportunidade é tão significativa que as projeções mostram que o sucesso na adoção das finanças digitais poderia gerar um crescimento da ordem de 6% (US\$ 3,7 trilhões) do PIB das economias emergentes até 2025.⁹⁷ Além disso, os governos também teriam muito a ganhar se mais pessoas adotassem os pagamentos digitais, pois poderiam economizar US\$ 110 bilhões por ano com a redução das perdas nos gastos públicos e na arrecadação de impostos.⁹⁸

Além do crescimento econômico, a digitalização dos pagamentos pode tornar mais fácil rastrear os pagamentos, com a criação de um cadastro digital,⁹⁹ e aumentar a visibilidade entre compradores e vendedores.¹⁰⁰ Por sua vez, isso poderia ajudar a reduzir a atividade criminosa, a evasão e a elisão fiscal, e a lavagem de dinheiro, pois criaria um ambiente de mais confiança entre empresas e consumidores.



AÇÕES

Garantir o compromisso dos governos com a digitalização dos fluxos financeiros do setor público (folha de pagamento, pagamentos a fornecedores, subsídios, desembolsos sociais e arrecadação).



RESULTADOS PREVISTOS

Processos mais modernos, eficientes e auditáveis para a gestão de recursos públicos.

Redução das oportunidades de corrupção, lavagem de dinheiro e fraude.

Ampliação dos serviços financeiros formais e digitais para os destinatários e beneficiários desses fluxos financeiros.

Melhoria do rastreamento e compreensão do destino dos recursos. Isso permite aos governos se basear em dados para tomar decisões sobre questões importantes, como quais subsídios exigem mais ou menos atenção, que regiões podem estar sujeitas a um risco maior, etc.

Mais segurança para governos e beneficiários.



AÇÕES

Por meio de uma parceria público-privada, fazer um estudo sobre os métodos mais bem sucedidos e as principais práticas que levam à expansão dos pagamentos digitais, abordando também os obstáculos regulatórios que inibem seu crescimento, a digitalização dos pagamentos públicos e métodos para incentivar os comerciantes a aceitar os pagamentos digitais.

Avaliar o nível de preparação do quadro regulatório nacional para aceitar e estimular os pagamentos digitais.

Mais especificamente, concentrar-se no segmento "B2B" e explicar os benefícios dos pagamentos digitais em termos de administração, custos de lidar com dinheiro e prevenção de furtos pelos funcionários.

Organizar um evento regional para divulgar os resultados do estudo sobre pagamentos digitais (ver a primeira ação acima) e discutir as estratégias e parcerias de implementação a serem usadas na região.

Promover a conscientização digital em todos os setores (digital e não digital) por meio de estratégias como a publicação de artigos que destaquem as últimas tendências em termos de projetos digitais e as áreas em que as opções digitais estão criando valor nos setores tradicionais (por ex., soluções na agropecuária).

Criar um teste piloto sub-regional para formular um plano com o intuito de criar um ambiente propício para os pagamentos digitais; aproveitar os avanços já obtidos e o trabalho em curso dos governos da região.

Reunir-se com os órgãos reguladores financeiros regionais para discutir a criação de uma "área de teste" regulatória para aproveitar a revolução Fintech; aproveitar os avanços já obtidos e o trabalho em curso dos governos da região.



RESULTADOS PREVISTOS

A criação de uma linha de base dos principais métodos e práticas para implementar os pagamentos digitais que se apliquem à região.

Um recurso para os governos interessados em entender melhor o valor dos pagamentos digitais e como implementá-los.

Uma linha de base com informações de referência sobre que regulamentos são propícios ou não à adoção dos pagamentos digitais.

Um plano de ação para atualizar os regulamentos que não favorecem os pagamentos digitais.

Participação dos setores público e privado.

Formação de parcerias para apoiar os pagamentos digitais e o compromisso de usá-los.

A consciência de que a opção digital não é apenas para empresas relacionadas com a tecnologia, mas sim para todas as empresas.

Consciência cada vez maior do valor e das aplicações das opções digitais.

Ampliação do acesso a serviços financeiros formais (contas bancárias, crédito, etc.) para a população não bancarizada.

Planos de implementação replicáveis para digitalizar um fluxo financeiro.

Roteiros sub-regionais para permitir os pagamentos digitais.

A implementação de uma "área de teste" regulatória para desenvolver e verificar maneiras de regular com eficácia em apoio à revolução Fintech.

O aproveitamento de novos e diferentes caminhos por meio dos avanços da Fintech (internet banking, blockchain, verificação de clientes, etc.) para chegar até as populações não bancarizadas de maneira sistematicamente segura.



AÇÕES

Na esteira da divulgação do estudo sobre pagamentos digitais, convocar uma mesa redonda regional com os formuladores de políticas para debater questões como:

- Implementação dos pagamentos digitais após o estudo.
- Resultados e avanços obtidos na região.
- Situação das parcerias e oportunidades para estabelecer novas parcerias.
- Implicações da cibersegurança em um contexto de disseminação dos pagamentos digitais.

Conscientizar a comunidade MPME sobre a evolução das expectativas dos consumidores e sobre a expectativa da geração mais jovem de encontrar cada vez mais serviços digitais. Conscientizar sobre as soluções de pagamento digital acessíveis que as MPME podem começar a usar sem investir muito (por ex., o uso do celular para receber pagamentos com cartão de crédito).

Fazer um estudo sobre a qualidade do serviço de Internet e respectivas redes nos países da ALC, sobretudo na zona rural. A análise deve se concentrar nas velocidades de upload e download de dados.

Junto com empresas de maior porte, estabelecer uma plataforma que as MPME possam usar para desenvolver e testar novas soluções digitais.

Possibilitar os pagamentos internacionais por meios eletrônicos. Esses mecanismos poderiam ajudar a promover o desenvolvimento das MPME e sua inclusão no comércio eletrônico.

Onde sistemas digitais de pagamentos internacionais ainda não tiverem sido implementados, criar roteiros para implementá-los.

Incentivar os países a desenvolver sistemas nacionais de identificação para facilitar ainda mais os fluxos financeiros digitais.



RESULTADOS PREVISTOS

Diálogo contínuo sobre o valor dos pagamentos digitais na região.

Monitoramento e prestação de contas dos avanços na implementação dos pagamentos digitais.

MPME mais bem preparadas para fazer face à constante evolução das expectativas dos clientes.

Dados sobre a qualidade dos serviços de Internet, indicando se permitem ou não o uso de pagamentos digitais.

Um modelo para parcerias entre MPME, grandes empresas e o governo.

Ampliação do conhecimento e das capacidades digitais das MPME.

Expansão dos mercados disponíveis à medida que o comércio eletrônico internacional seja implementado, o que ajudará a promover o crescimento econômico na região.

Maior capacidade das empresas de serviços financeiros para atender as populações não bancarizadas.

Redução das oportunidades de lavagem de dinheiro e fraude.

Maior possibilidade de rastrear fluxos financeiros.

Governo capaz de identificar melhor os beneficiários corretos.

RECOMENDAÇÃO 10: Incorporar disposições sobre o comércio digital de alta qualidade às negociações comerciais e aos processos de integração regional para apoiar o desenvolvimento de uma economia digital sustentável na região, inclusive com compromissos para facilitar os fluxos de dados transfronteiriços e evitar a implementação de exigências quanto à localização dos dados.

A revolução digital não apenas está aumentando a produtividade e o crescimento econômico, mas também está reconfigurando os padrões do comércio nas Américas à medida que novas economias de escala vão surgindo. Em consequência, empreendedores e empresas estão inovando e construindo novos serviços e plataformas digitais em áreas como pagamentos e embarques e remessas. Alguns estudos respaldam esse esforço empreendedor, pois mostram que as barreiras ao comércio a distância são 94% menores nos mercados que fazem uso da tecnologia em comparação com os que seguem modelos de negócios tradicionais.¹⁰¹

As empresas da ALC estão trabalhando com afinco para conquistar sua fatia da economia digital internacional, uma economia que deve chegar a cerca de US\$ 1

trilhão até 2020.¹⁰² A região tem a oportunidade de tirar proveito das tendências e desse crescimento, motivo pelo qual, em primeiro lugar, deve apoiar a adoção dos meios digitais na região, promovendo parcerias entre os setores público e privado para apoiar a integração digital regional e priorizar o desenvolvimento de uma economia digital sustentável como componente contínuo e central das negociações comerciais.

A ALC deve facilitar o aumento do comércio digital ao acelerar a capacitação, incentivar a implementação de políticas para o comércio eletrônico robustas, interoperáveis e não discriminatórias em âmbito nacional, e ao pressionar por um mandato de negociação na OMC sobre o comércio digital. A região deve abordar as barreiras emergentes à economia digital ao apoiar medidas em acordos comerciais e outros instrumentos internacionais. A região também pode fazer face a essas barreiras se elaborar quadros nacionais não discriminatórios, fomentar o desenvolvimento de provedores digitais competitivos na região, facilitar os fluxos de dados transfronteiriços, proibir as exigências quanto à localização forçada de dados, oferecer uma proteção uniforme contra a responsabilização dos intermediários, promover regras nacionais equilibradas (direitos autorais, entre outras) e enfrentar os desafios específicos das MPME.





AÇÕES

Formular uma estratégia para coordenar as ações com os organismos internacionais e alianças mundiais importantes (Mercosul, Comunidade Andina, Aliança do Pacífico, APEC, etc.) na região de modo a incorporar disposições sobre o comércio digital de alta qualidade nas negociações comerciais atuais e futuras.

Oferecer capacitação sobre as últimas tendências que demonstram como o uso da tecnologia está ampliando o comércio. Facilitar a troca de experiências entre os países, começando com os que têm cláusulas semelhantes em acordos e tratados bilaterais ou regionais.

Implementar quadros nacionais e mecanismos de cooperação alinhados com as melhores práticas internacionais para combater as ameaças do ciberespaço global e acompanhar a evolução dessas ameaças.

Apoiar a formulação de estratégias digitais nacionais e regionais, alinhadas com as melhores práticas internacionais, para alcançar o crescimento e desenvolvimento sustentável das economias e combater ameaças cibernéticas globais.



RESULTADOS PREVISTOS

Consciência por parte das principais alianças na região do objetivo de incorporar disposições sobre o comércio digital nas negociações comerciais.

Mais parcerias/coordenação para favorecer o comércio digital entre as principais alianças.

Conhecimento sobre como cada aliança mundial deseja lidar com o comércio digital.

Maior compreensão entre os formuladores de políticas públicas sobre a importância do comércio digital ao elaborar futuros acordos comerciais (por ex., cláusulas comerciais adicionais).

Maior consciência do impacto da cibersegurança sobre a economia digital mundial.

Mais intercâmbio de informações entre equipes de resposta a emergências computacionais (CERT) e equipes de resposta a incidentes de segurança computacional (CSIRT) nacionais e regionais.

Maior compreensão dos mecanismos de cooperação para combater ameaças cibernéticas, envolvendo também o setor privado.

Ampliação da capacidade para responder a ataques cibernéticos.

Uma abordagem que abarque todo o governo para criar uma estratégia digital eficaz que promova o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável e uma melhor participação na economia mundial.



AÇÕES

Desenvolver um estudo regional sobre fluxos de dados transfronteiriços (abrangendo setores e órgãos), entendendo a importância do seu uso legítimo para a economia digital, as possíveis limitações que as regras nacionais podem impor (por ex., exigências de localização de dados) e a necessidade de adaptar os quadros nacionais para fomentar o investimento e a inovação nos países da ALC.

Estimular e incentivar as empresas a oferecer serviços para além das fronteiras regionais ou nacionais usando meios digitais.

Promover e apoiar novas conexões dos mercados locais com serviços digitais do exterior, evitando, entre outras coisas, regulamentos onerosos e inadequados.

Promover a participação de todos os países do continente no Programa de Trabalho sobre Comércio Eletrônico da Organização Mundial do Comércio.

Promover a digitalização dos modelos de negócios, fabricação e processo de prestação de serviços a fim de aumentar a competitividade dos provedores privados que operam nos países da ALC.

Desenvolver iniciativas que expliquem como a modernização da tecnologia da informação permite ao setor público aproveitar capacidades cruciais de análise, processamento e segurança de dados para a inovação, a fim de promover o intercâmbio digital e de dados, e incentivar a competitividade econômica.

Promover um modelo interoperável para a proteção de dados pessoais na região, começando com um estudo regional para fornecer os conhecimentos fundamentais aos formuladores de políticas sobre os mecanismos de proteção de dados entre setores que permitam o uso legítimo, inclusive com a análise das leis nacionais pertinentes.



RESULTADOS PREVISTOS

Um recurso para os formuladores de políticas ampliarem seus conhecimentos de como os fluxos de dados transnacionais são cruciais para o sucesso da economia digital e de como as exigências de localização de dados prejudicam os benefícios do crescimento econômico gerados pela economia digital.

Um recurso para entender as possíveis restrições aos fluxos de dados transfronteiriços impostas pelas leis nacionais e encontrar maneiras de desenvolver quadros nacionais não discriminatórios que facilitem o comércio digital, além das respectivas medidas de aplicação.

Maior crescimento econômico.

Acesso a novos mercados.

Mais inovação e adoção dos meios digitais.

Mais recursos digitais que as empresas e os consumidores podem aproveitar para apoiar o crescimento e a adoção local.

Mais oportunidades para os governos de toda a região entenderem e levarem à frente as tendências mundiais do comércio eletrônico.

Aumento da produtividade e competitividade dos setores manufatureiro e de prestação de serviços em âmbito local.

Melhoria das capacidades econômicas e do setor público com relação à tecnologia da informação e intercâmbio de dados para melhorar as oportunidades de atividade econômica no espaço digital.

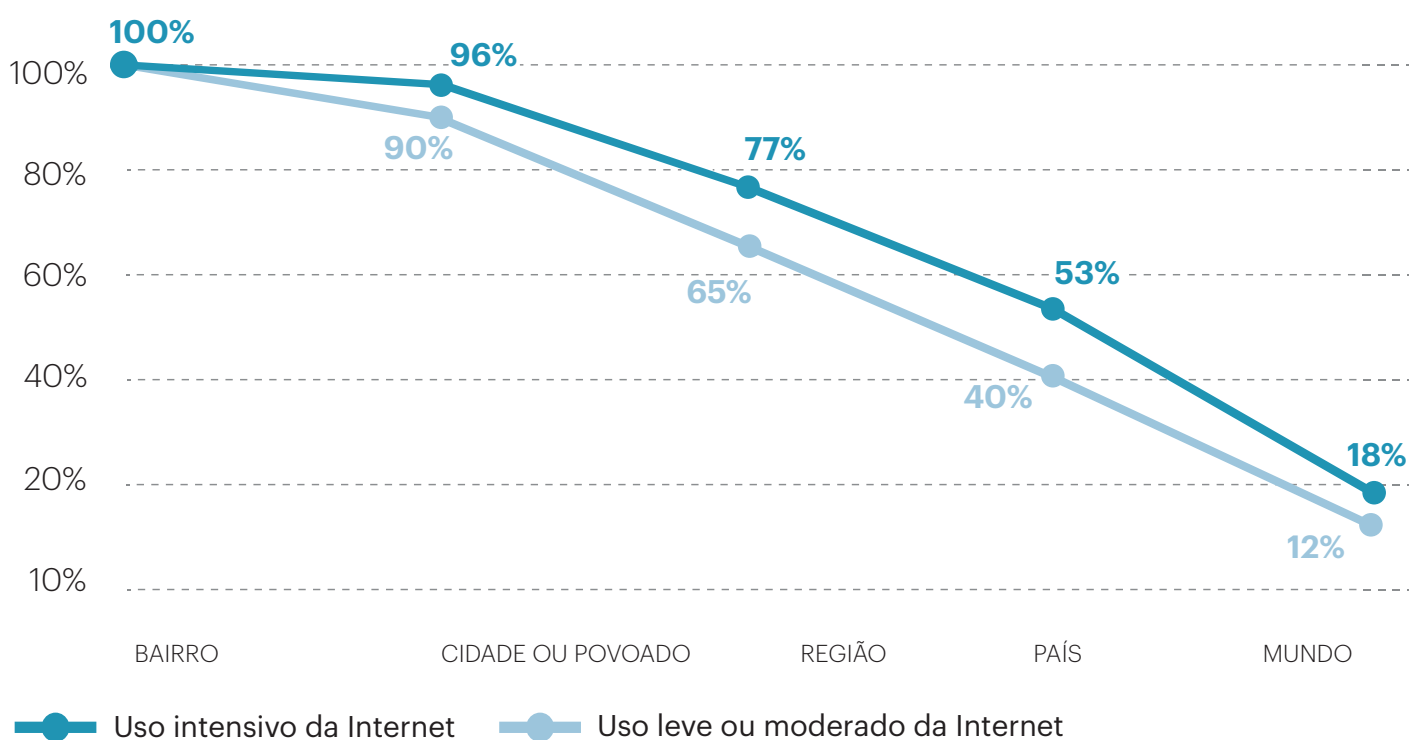
Proteção da capacidade de crescimento e expansão dos serviços digitais atuais e futuros.

RECOMENDAÇÃO 11: Aumentar o número de MPME em todo o continente que participam do comércio eletrônico e usam tecnologias digitais para melhorar seus negócios.

A adoção de meios e conexões digitais está crescendo no mundo dos negócios da região, embora nem todos sigam no mesmo passo. Por exemplo, 77% das grandes empresas da região afirmam ter um website, enquanto apenas 32% das pequenas empresas têm um.¹⁰³ Para facilitar a participação no mercado mundial por meio do comércio eletrônico, é vital para a próxima geração de MPME desenvolver capacidades para operar de forma digital em áreas como vendas on line e comunicação com clientes por

email, bem como desenvolver habilidades digitais mais avançadas para aproveitar as últimas tendências da indústria de acordo com a sua evolução (por exemplo, a Internet das Coisas, a impressão 3D, etc.).¹⁰⁴ O apoio ao crescimento nessa área significa uma oportunidade para os governos, associações comerciais nacionais e outras organizações não governamentais oferecerem capacitação às MPME sobre a melhor forma de maximizar as oportunidades do comércio eletrônico. A regulamentação da Internet e a harmonização regulatória também são importantes para o êxito das MPME. Por exemplo, os novos regulamentos para o mundo digital devem abranger quadros legais equilibrados para abordar a responsabilidade dos intermediários da Internet como forma de incentivar as MPME a adotarem práticas comerciais digitais.

ALCANCE DAS VENDAS DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS POR MERCADO E NÍVEL DE USO DA INTERNET



Fonte: Suominen, K. Late. (2017). Accelerating digital trade in Latin America and the Caribbean. Disponível em http://late.on line/en/wp-content/uploads/2017/03/Late_Study_Full_ENG.pdf.



AÇÕES

Identificar associações comerciais nacionais para oferecer capacitação às MPME com o objetivo de ensiná-las a importância da presença on line para maximizar as oportunidades de negócios derivadas do comércio eletrônico. Deve-se destacar as formas como a tecnologia pode tornar os processos de trabalho mais eficientes.

Promover a compreensão das forças que podem inibir o crescimento do comércio eletrônico (processos alfandegários longos ou complexos, falta de opções de pagamento digital, etc.).

Oferecer programas de capacitação e participação às MPME sobre o uso produtivo e o valor da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para as empresas.

Promover a queda dos custos e reduzir as barreiras à entrada de hardware e software com o objetivo de apoiar as MPME na incorporação de tecnologia aos seus modelos de negócios.

Elaborar indicadores para monitorar o avanço do uso da TIC pelas MPME.

Desenvolver parcerias público-privadas para ampliar a adoção da TIC pelas MPME.

Desenvolver centros de conhecimento técnico em áreas da competência digital, passando por tópicos como cibersegurança, a Internet das Coisas, Inteligência Artificial e computação na nuvem.



RESULTADOS PREVISTOS

Envolvimento de parceiros nacionais na defesa da iniciativa.

Uso do conhecimento e experiências locais dos parceiros nacionais para ajudar a gerar a rede de MPME que serão capacitadas e, em última instância, lançar as bases para a próxima geração de MPME plenamente conscientes do mundo digital.

Ampliação do acesso a novos mercados para as MPME.

Aumento do uso de plataformas e serviços de vendas digitais.

Reforço do crescimento econômico.

Acesso a novos mercados.

Aumento da inovação e participação no comércio eletrônico.

Aumento da adoção da TIC pelas MPME nos processos de negócios, sobretudo em atividades de comércio eletrônico e comunicação na cadeia produtiva.

Aumento do número de MPME que adotam tecnologias digitais.

Mais incentivos para a adoção de tecnologia.

Facilitação de mecanismos de monitoramento e avaliação para rastrear a adoção e o uso da TIC em todo o setor das MPME na região.

Consciência sobre a TIC e seu impacto sobre a produtividade das MPME no setor público e entre os empreendedores.

Aumento da exposição e das oportunidades para desenvolver as qualificações que vão satisfazer a demanda do mercado e dos empregos.

Promoção da ALC como um território competitivo para talentos voltados para tecnologias inovadoras.

RECOMENDAÇÃO 12: Formular uma agenda para promover a conectividade e preparar a região para a tecnologia 5G.

A ALC tem a oportunidade de obter avanços significativos, tanto na conexão de um maior número de pessoas como na implementação da rede 5G (e de outras redes móveis no futuro) em toda a região. Para facilitar essa mudança, é importante abordar de forma proativa a gestão do espectro (ou seja, o ambiente que permite a comunicação eletrônica). Especificamente, cada parte do espectro é atribuída a diferentes serviços e, em seguida, a diferentes provedores para uso individual e para evitar a interferência entre os sinais. Como o espectro é limitado, à medida que a demanda por dados aumentar, também será necessário gerir com mais eficácia o espectro para garantir acesso igualitário. Na medida em que a região busca expandir o acesso e implementar a rede 5G, a tecnologia e o projeto subjacentes devem ser considerados com muito cuidado. Além disso, é preciso avaliar as oportunidades de desenvolvimento de um mercado secundário do espectro para resolver as ineficiências e estimular a inovação e o uso das redes.

RECOMENDAÇÃO 13: Garantir a participação do setor privado nas reuniões regionais dos órgãos reguladores do mercado financeiro para estimular uma maior colaboração entre esses órgãos e o setor privado. O foco inicial dessa colaboração deve recair sobre a capacitação em finanças e tecnologia (Fintech), segurança cibernética e combate à lavagem de dinheiro.

Existe potencial para criar um mecanismo mais robusto para a coordenação entre os órgãos reguladores e os agentes do sistema financeiro nas Américas, com o intuito de aumentar a competitividade e a atratividade da região em nível mundial. Por exemplo, o Reino Unido já estabeleceu o primeiro acordo “Fintech Bridges” com Singapura, a fim de colaborar nos desdobramentos da Fintech nos seus respectivos mercados e ajudar as Fintech locais a alcançar uma escala internacional.¹⁰⁵ Esse acordo bilateral abrange a assinatura de um acordo de cooperação regulatória entre a Autoridade de Conduta Financeira (FCA) do Reino Unido e a Autoridade Monetária de Singapura.¹⁰⁶







COMÉRCIO PARA O AMANHÃ



COMÉRCIO PARA O AMANHÃ

RECOMENDAÇÃO 14: Desenvolver infraestrutura e logística multimodais interconectadas, passando pela gestão coordenada de fronteiras, para apoiar o transporte eficiente e de baixo custo de bens ao longo de toda a cadeia produtiva.

Enquanto as Américas procuram lançar as bases para o crescimento econômico futuro, é importante aumentar a eficiência e o nível de serviço do transporte entre os locais de produção, fabricação, montagem e armazenamento, bem como considerar a conectividade entre os terminais localizados mais no interior dos países, as Zonas de Atividade Logística e os centros de exportação e importação, como os portos. Conforme apontado pelo BID, o transporte urbano é um pilar fundamental da acessibilidade, inclusão social, sustentabilidade ambiental e mobilidade eficiente e segura nas cidades.¹⁰⁷ As melhorias feitas na infraestrutura para alcançar um transporte eficiente e de baixo custo ajudam a facilitar o movimento de pessoas, bens e serviços, em âmbito tanto local como internacional, e também podem oferecer benefícios consideráveis aos segmentos da população que mais têm a ganhar com essas melhorias. No caso do Chile e do Peru, o BID calcula que uma redução de apenas 1% no custo do transporte para as populações rurais poderia proporcionar um aumento das exportações entre 4% e 5%.¹⁰⁸ Para uma empresa rural, isso significa um aumento de 4% a 5% no acesso a mercados novos ou diferentes, o que pode levar a uma expansão e diversificação das fontes de renda.

A modernização dos postos de fronteira também é essencial para aumentar a competitividade nacional e regional, bem como a segurança do continente. O movimento de bens através das fronteiras nas Américas geralmente é um processo lento e caro. Os fatores dominantes são a infraestrutura deficiente e os processos complicados. Assim, urge promover o conceito de “gestão coordenada de fronteiras”, uma coleção das melhores práticas internacionais para simplificar os procedimentos de fronteira. A aplicação adequada dessas práticas de gestão pode proporcionar reduções significativas

de tempo e custo (de até 90% em alguns casos) no desembaraço de bens e circulação de pessoas através dos postos de fronteira, sem comprometer (podendo até mesmo aumentar) a eficiência e a eficácia dos controles oficiais.

RECOMENDAÇÃO 15: Formular e implementar estratégias de gerenciamento e uso do solo nas cidades para melhorar o fluxo eficiente de passageiros e carga.

É importante levar em consideração o desenvolvimento de sistemas multimodais que atendam as necessidades atuais e futuras e conectem de forma eficiente os centros urbanos e rurais com aeroportos, portos e terminais fluviais e ferroviários, tendo em mente a inclusão social. Uma primeira medida poderia ser identificar os principais estudos demográficos e de uso da terra (estradas de acesso, serviços públicos, encargos imobiliários, redução da especulação sobre terras urbanas) para embasar o desenvolvimento de sistemas de transporte intermodais que atendam as necessidades atuais e futuras. Por exemplo, o Urban Dashboard, do BID,¹⁰⁹ poderia servir como referência no planejamento estratégico ao considerar, entre outros fatores, a regulamentação pertinente e as normas e leis de zoneamento. Um benefício do Urban Dashboard é que ele permite explorar e comparar mais de 150 indicadores quantitativos, pesquisas de opinião pública e mapas interativos das cidades de tamanho intermediário da ALC, de modo a embasar a formulação de estratégias específicas.

RECOMENDAÇÃO 16: Elaborar perfis de risco para todos os projetos de infraestrutura (em andamento e em potencial) que abranjam estratégias para mitigar os obstáculos identificados.

A escala, duração e complexidade das obras de infraestrutura nacional expõem esses projetos a

uma variada gama de riscos técnicos, operacionais, financeiros, jurídicos, políticos, sociais e ambientais. Dessa forma, se não forem identificados, avaliados, atribuídos e mitigados de forma adequada, esses riscos podem gerar impactos negativos e custos consideráveis ao longo do ciclo de vida dos projetos. Estimativas mostram que, em um período de cinco anos (a partir de 2013), o inventário

de projetos de infraestrutura de grande escala em todo o mundo poderia sofrer perdas diretas de mais de US\$ 1,5 trilhão no seu valor, devido à má gestão de riscos.¹⁰ Assim, é essencial gerir ativamente os perfis de risco dos projetos para identificar e mitigar de forma proativa os impactos e riscos dos projetos de infraestrutura.



AÇÕES

Elaborar um estudo das principais práticas mundiais de gestão de riscos no desenvolvimento de infraestrutura, com o intuito de criar uma lista centralizada das melhores práticas de gestão e mitigação de riscos.

Organizar um fórum regional (com representantes dos setores público e privado) para divulgação dos resultados do estudo. Convém desenvolver esse fórum por meio de mecanismos já existentes.

Identificar entre os principais processos de gestão de risco os que são essenciais para elaborar e implementar um roteiro para sua aplicação metodológica com base na classificação atual de projetos de infraestrutura em andamento e em potencial.

Elaborar diretrizes e melhores práticas para gerir a responsabilidade pelos riscos.

Acompanhar as melhorias nos projetos de infraestrutura com o passar do tempo, com atenção para a gestão de risco.



RESULTADOS PREVISTOS

Uma linha de base dos modelos de risco para servir de referência no desenvolvimento de infraestrutura com dados específicos de cada país.

Um ponto de referência para os gestores de projetos de infraestrutura que desejam melhorar as práticas de gestão de risco.

Disseminação, por meio do diálogo, das melhores práticas pertinentes para a gestão dos riscos de infraestrutura na região.

Formação de alianças para apoiar a implementação de práticas rigorosas de gestão de risco em projetos de infraestrutura atuais e em potencial.

Um plano de implementação para melhorar a gestão de risco que dê prioridade aos projetos realmente cruciais (atender uma necessidade urgente, um projeto de valor muito alto, etc.).

Melhoria da gestão de risco em projetos selecionados para o início da implementação.

Uma referência ou um guia para gerentes de projetos de infraestrutura a ser usado na atribuição de responsabilidades pelos riscos.

Maior responsabilidade pelos principais riscos em projetos de infraestrutura.

Mais apoio dos líderes para resolver e gerir riscos perigosos.

Uso das melhorias na gestão de risco como quadro para atrair investimentos em infraestrutura.

RECOMENDAÇÃO 17: Criar um centro de infraestrutura regional para o desenvolvimento e implementação de projetos viáveis e, ao mesmo tempo, promover as melhores práticas para aumentar a transparência no setor de infraestrutura. Por meio desse centro, possibilitar mecanismos inovadores para estimular o financiamento da infraestrutura, com foco em PPP que gerem valor incremental para o investimento.

Em termos bem simples, a infraestrutura ajuda a gerar crescimento. Estudos calculam que a ALC precisa investir cerca de 5% do seu PIB, o equivalente a US\$ 150 bilhões por ano, no decorrer dos próximos 20 a 30 anos, para reduzir o atual déficit de infraestrutura.¹¹¹ Esse enorme desafio foi agravado pelos escândalos de corrupção no setor de infraestrutura. Assim, para que os países consigam atrair investimento privado em infraestrutura e vencer os obstáculos que afetaram o interesse dos investidores, são necessários mecanismos de financiamento inovadores que alavanquem os mercados de capitais, uma gestão adequada dos riscos (sociais, ambientais, etc.) e regras e processos claros.

Um passo essencial é contar com um inventário de projetos em potencial viáveis, avaliados com base em critérios técnicos. Um centro de infraestrutura regional



AÇÕES

Concluir a criação e promoção de um mecanismo regional para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura com organizações como o BID.

Reunir partes interessadas em âmbito local, regional e talvez mundial para estabelecer um conjunto de princípios para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura e devida diligência.

poderia servir de repositório central e incubadora de projetos em potencial de infraestrutura na região. O objetivo inicial seria a aplicação das melhores práticas no desenvolvimento de projetos para, logo de início, identificar sua viabilidade e definir quais produziram o maior impacto. Isso poderia maximizar o alcance das PPP e possibilitaria aproveitar a eficiência do setor privado. O centro também serviria para reunir as partes interessadas pertinentes dos setores público e privado e, assim, funcionar como uma equipe de negócios virtual. Por último, o centro procuraria aumentar o interesse dos investidores por meio de processos transparentes e da criação de princípios para a devida diligência e o desenvolvimento de projetos na área da infraestrutura. Com um sólido inventário de projetos em potencial e as bases para o seu desenvolvimento, o centro contribuiria para um ambiente de investimento mais atraente e seguro para o setor privado. Tudo isso posicionaria a região para aproveitar plenamente as oportunidades de crescimento.

Essa recomendação respalda os seguintes objetivos principais de política:

- Garantir a devida revisão e confirmação da viabilidade dos projetos.
- Promover a segurança jurídica e definir regras claras.
- Ajudar os investidores a analisar os atributos dos projetos de infraestrutura de maneira a permitir a comparação com outras classes de ativos que concorram pelo capital.



EXPECTED OUTCOMES

Recursos (apoio em logística, liderança e financiamento) para estimular projetos de infraestrutura e atrair investimento privado.

O compromisso de recursos financeiros.

A definição e adoção de princípios e processos que ajudem a reduzir o risco de corrupção em projetos de infraestrutura.



AÇÕES

Circular e disseminar princípios para a devida diligência em infraestrutura por toda a região, tirando partido dos fóruns existentes nos níveis regional e nacional sempre que possível. Zelar para que esses princípios de devida diligência abarquem a gestão de projetos de infraestrutura de forma contínua após as fases iniciais de financiamento.

Iniciar o diálogo entre as várias partes interessadas (bancos multilaterais de desenvolvimento, instituições financeiras, investidores institucionais) e as agências de classificação de risco sobre a questão da infraestrutura como uma classe de ativos.

RECOMENDAÇÃO 18: Garantir o pleno apoio do governo para levar a cabo processos de licenciamento ambiental e consulta à comunidade para ajudar no desenvolvimento de obras de infraestrutura que se ajustem aos contextos locais e estejam respaldadas pelo estado de direito.

Os projetos de infraestrutura podem causar um impacto considerável no meio ambiente e na qualidade de vida dos cidadãos, sobretudo quando são mal projetados e não levam em conta as necessidades e pontos de vista das partes interessadas, os possíveis efeitos da mudança climática e/ou os possíveis impactos sobre os ecossistemas naturais. Além disso, desprezar os riscos ambientais que cercam um projeto e as preocupações das populações afetadas e de outros interessados pode gerar tensões, não raro agravadas pela falta de comunicação e confiança, o que acaba gerando atrasos, o excesso de custos e até mesmo o encerramento de um projeto. Assim, é necessário rever, adaptar e fazer cumprir as leis locais para solucionar devidamente as questões socioambientais pertinentes para cada projeto de infraestrutura, formalizar mecanismos de consulta aos cidadãos, projetar sistemas para melhor distribuir os benefícios do projeto e fortalecer os processos de planejamento de projetos.¹¹²



RESULTADOS PREVISTOS

Consciência universal dos princípios aplicados à infraestrutura e apoio a esses princípios.

Criação de parcerias e de uma estratégia de implementação em apoio aos princípios.

Apoio a iniciativas para desenvolver o conceito de infraestrutura como um ativo, o que poderia motivar mais investidores a aceitar o risco de participar de projetos de infraestrutura.

RECOMENDAÇÃO 19: Promover o uso da ferramenta SOURCE em todos os futuros projetos de infraestrutura a fim de melhorar a preparação dos projetos, administrar riscos e possibilitar oportunidades para obter mais financiamento.

Lançada oficialmente em todo o mundo em 2016, a SOURCE é o resultado de uma parceria mundial entre dez bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD) para abordar o déficit de infraestrutura mundial e apoiar a agenda de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas.¹¹³ Trata-se de uma ferramenta de gestão de projetos para governos nacionais e subnacionais centralizarem as informações pertinentes ao longo do ciclo de vida dos projetos de infraestrutura. A SOURCE oferece uma solução digital que pode ser usada ao longo de toda a duração de um projeto de infraestrutura, “incluindo as fases de preparação, compras e contratações, desenvolvimento e operação”, o que favorece a transparência e a colaboração por meio da coleta, monitoramento, análise e intercâmbio de dados em tempo real entre todas as partes interessadas.¹¹⁴ Disponível em 10 idiomas, também funciona como uma plataforma de conhecimento mundial que integra constantemente as principais práticas dos maiores especialistas em infraestrutura dos setores público e privado. Até meados de 2017, a SOURCE já havia ajudado 1.100 usuários de 42 governos na preparação de 154 projetos de infraestrutura, avaliados em mais de US\$ 30 bilhões.¹¹⁵



AÇÕES

Identificar nos escritórios responsáveis pelo desenvolvimento da infraestrutura a pessoa encarregada de promover o uso da SOURCE.

Identificar dois ou três novos projetos de infraestrutura em que a SOURCE poderia ser implementada para um teste piloto.

Em conjunto com os responsáveis pela SOURCE, montar um programa de capacitação destinado a um seletivo grupo de líderes com potencial para se beneficiar do uso da ferramenta.

Compartilhar as experiências com o teste piloto da SOURCE com as equipes de outros projetos de infraestrutura em implementação ou planejados para o futuro.



EXPECTED OUTCOMES

Criação de um único ponto de contato responsável pela adoção da SOURCE nos projetos de infraestrutura.

Empoderamento dessa pessoa para criar uma coalizão que apoie a adoção dessa ferramenta

Um inventário de projetos em potencial bem desenvolvidos que poderiam constituir o piloto para a implementação da ferramenta e para uma possível ampliação em escala.

Maior conhecimento da SOURCE entre os principais líderes.

Habilitação desses líderes para divulgar informações aos membros de suas equipes e capacitá-los no uso da ferramenta.

Aumento do interesse na adoção da SOURCE.

Aumento do uso da ferramenta pelos proprietários e gerentes de projetos, formando uma massa crítica de informações sobre projetos de infraestrutura.

RECOMENDAÇÃO 20: Avançar estrategicamente na implementação do sistema interoperável e de última geração de guichês únicos de comércio exterior.

As empresas que buscam comercializar seus produtos e serviços além das suas fronteiras, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, enfrentam muitas regras que exigem o preenchimento e a apresentação de formulários e documentos a diversos órgãos públicos. O volume de trabalho necessário para cumprir todos esses requisitos pode ser muito grande, às vezes chegando a "40 documentos com 200 campos a serem preenchidos, com 60% a 70% das informações sendo inseridas mais de uma vez".¹¹⁶ O custo desse trabalho administrativo para satisfazer as exigências regulatórias do comércio pode representar entre 3,5% e 7% do valor do produto, podendo atingir entre 10% e 15% do valor do produto se houver erros no preenchimento ou apresentação da documentação necessária.¹¹⁷ Essa estimativa do tempo e do custo associado ao cumprimento da regulamentação no comércio internacional é forte justificativa para a melhoria dos processos relacionados ao comércio na região. Os

avanços na implementação do sistema de guichês únicos são uma parte essencial dessa estratégia.

Os guichês únicos funcionam como um único ponto de entrada digital para as operações de exportação, importação e trânsito. Os guichês únicos eletrônicos reduzem o tempo e os custos associados à troca de informações, à apresentação de documentos e formulários e à emissão de licenças,¹¹⁸ entre outras atividades. Além disso, facilita a troca de dados entre os governos e os usuários, e ajuda a tornar as informações mais precisas e as operações mais seguras.

A redução do tempo e dos custos das transações de importação, exportação e trânsito tem consequências significativas para as empresas das Américas, pois lhes proporciona maior acesso à economia mundial. Se os Estados Unidos forem tomados como exemplo, para cada dia a mais que um bem manufaturado leva para chegar ao seu destino, a probabilidade de uma empresa adquirir esse bem daquele local específico cai 1,5%.¹¹⁹ Assim, se os guichês únicos forem implementados e os processos de negócios forem simplificados nas Américas, será maior a probabilidade de que empresas de todos os tamanhos venham a ter mais acesso à economia mundial.



ESTUDO DE CASO: Guichê Único da Aliança do Pacífico

Os membros da Aliança do Pacífico (AP) — Chile, Peru, Colômbia e México — não apenas desenvolveram o sistema nacional de Guichês Únicos de Comércio Exterior (GUCE), como também, com o apoio do BID, estão tornando esses guichês interoperáveis para facilitar o intercâmbio eletrônico em tempo real de informações sobre as transações de comércio exterior. Mais especificamente, em 2016, os quatro membros da AP alcançaram a interoperabilidade dos certificados fitossanitários nos seus GUCE e, em 2017, a estenderam para os certificados de origem. A previsão é que, em 2018, os documentos alfandegários também sejam incorporados às funções interoperáveis e que se avance rumo à consecução do objetivo de eliminar o uso de papel, um passo fundamental para tornar os GUCE plenamente interoperáveis na AP. Estima-se que essas mudanças gerem uma economia significativa no comércio exterior (em termos de tempo e custo) para os países-membros.



ESTUDO DE CASO: Os guichês únicos de Singapura

A última geração de guichês únicos em Singapura, a Plataforma Nacional de Comércio (NTP, na sigla em inglês), integra 35 órgãos do governo. A NTP é uma plataforma única de última geração usada para a gestão de informações de negócios e substituirá os atuais sistemas de declaração de licenças e intercâmbio de informações sobre comércio e logística entre as empresas privadas e o governo. O projeto da NTP envolveu partes interessadas com especialidades muito diferentes, “de comerciantes e agentes de declaração a desenvolvedores, provedores de soluções e órgãos públicos”, para coletar ideias e desenvolver uma plataforma que desempenha diversas funções dentro do ecossistema comercial.¹²⁰ O governo de Singapura estima que essa plataforma custará US\$ 75 milhões, mas poderá gerar uma economia de aproximadamente US\$ 450 milhões em horas de trabalho por ano para as empresas da região.¹²¹

O objetivo da NTP é aumentar a produtividade dos negócios ao oferecer:

- 1) Um conjunto de serviços integrados, como aplicativos de TI integrados, para ampliar as capacidades da tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de análise de dados, com o intuito de gerenciar melhor a cadeia produtiva.
- 2) O intercâmbio de informações eletrônicas em nível global entre as empresas (B2B) e entre as empresas e o governo (B2G).
- 3) Uma plataforma de inovação aberta para facilitar o desenvolvimento de novos serviços e aplicativos por terceiros provedores de soluções ou desenvolvedores de TI com base nas necessidades do mercado.¹²²

Além disso, a ferramenta NTP oferece um painel de controle para cada empresa, localizado na nuvem, que fornece uma visão completa das informações pertinentes para a empresa, como as tarefas pendentes e o andamento das suas solicitações. Essas informações e a documentação comprobatória podem ser compartilhadas com outros parceiros e com o governo, o que simplifica os processos e as informações, além de economizar tempo.¹²³



AÇÕES

Estabelecer uma parceria com o PROCOMEX^{vi} para apoiar o seu grupo de gestão, composto por representantes dos setores público e privado, a fim de trabalhar no mapeamento de processos e na reengenharia da conectividade dos guichês únicos na região, tanto para a importação como para a exportação.

- A função do setor privado: participar em projetos com o PROCOMEX para identificar as melhores práticas alfandegárias usando o modelo do PROCOMEX. Oferecer especialistas para ajudar no mapeamento dos processos alfandegários para identificar como eles são e definir como devem ser.
- A função do setor público: participar do grupo de trabalho com o compromisso de informar os avanços e as melhores práticas.

Documentar e compartilhar as melhores práticas regionais resultantes dos projetos do PROCOMEX no Brasil.

Identificar uma lista de prioridades para projetos de implementação de guichês únicos em diferentes locais geográficos ou por parcerias econômicas (América Central, Aliança do Pacífico, Mercosul, etc.). Usar as principais práticas de outras regiões e considerar outras parcerias e colaborações intragovernamentais e entre os setores público e privado, como o Conselho Executivo Interinstitucional de Fronteiras dos Estados Unidos (BIEC, na sigla em inglês) e o Comitê Assessor das Operações Comerciais das Alfândegas dos Estados Unidos (COAC, na sigla em inglês).



EXPECTED OUTCOMES

Formação de uma parceria entre o ABD e o PROCOMEX, de modo a expandir a rede de apoio para projetos em curso do PROCOMEX.

Conclusão do projeto PROCOMEX envolvendo o Chile, o Uruguai e o Paraguai para mapear e automatizar os processos do comércio internacional e o apoio às MPME (iniciado em outubro de 2017 e com duração de 26 meses).

Conclusão do projeto PROCOMEX entre a Argentina e o Brasil para mapear os processos de comércio e reduzir os custos e os prazos no comércio entre os dois países (iniciado em novembro de 2017 e com duração de 12 meses).

Documentação de referência rápida sobre as principais práticas regionais disponível para os países interessados em aumentar a eficiência alfandegária, inclusive com um cronograma de amostra.

Mais interesse em projetos futuros de implementação para aumentar a eficiência alfandegária.

Um plano estratégico para aumentar a eficiência das alfândegas e ampliar o acesso ao comércio em toda a região.

Apoio dos governos locais de cada país para implementar projetos de guichês únicos, com a participação de todos os órgãos públicos pertinentes.

Parcerias sólidas entre os setores público e privado para implementar iniciativas de guichês únicos.

Redução do custo das operações comerciais na região.

Aumento da produtividade na região.

Ampliação do acesso das MPME ao comércio.

^{vi} O PROCOMEX é um exemplo de um instituto que trabalha em colaboração com os governos da região para modernizar os processos alfandegários, se ocupando inclusive dos guichês únicos. O PROCOMEX trabalha para reunir os setores público e privado na análise dos processos comerciais atuais e no desenvolvimento de soluções para alcançar um comércio mais eficiente na região. O plano de ação sugerido para esta recomendação destaca possíveis maneiras de colaborar com o PROCOMEX.

RECOMENDAÇÃO 21: Fortalecer o programa Operador Econômico Autorizado (OEA) e implementar sistemas automatizados de gestão de risco para promover uma “cadeia logística segura para as Américas”.

Uma operação mais forte da OEA na região, que promova acordos de reconhecimento mútuo entre órgãos alfandegários e um programa piloto de gerenciamento de riscos conjunto, resultará em uma fiscalização mais eficiente e com menos risco, o que, em última análise, reduzirá os custos para o produtor e permitirá uma cadeia produtiva mais segura na região. No entanto, não é fácil obter uma operação sólida de AEO, uma vez que, para alcançar essa designação, é necessário, se candidatar, cumprir normas rigorosas e comprovar a observação dessas normas. Tanto o processo de candidatura como os requisitos para manter a designação podem ter um custo alto. Atualmente, existem cerca de 70 programas de OEA no mundo, dos quais 13 estão na América Latina.¹²⁴

O ABD propõe um projeto piloto em duas partes para apoiar esta recomendação. Primeiro, uma iniciativa piloto envolvendo dois OEA de diferentes países da região para explorar opções para fortalecer a cadeia produtiva regional de OEA. Segundo, uma iniciativa piloto de gestão de risco com duas entidades alfandegárias na região para ajudar a identificar as melhores práticas e aproveitar as melhores práticas da Organização Mundial de Aduanas (OMA) e do Acordo de Facilitação do Comércio.



PROJETO PILOTO: A gestão de riscos, os OEA e uma cadeia produtiva segura nas Américas

Objetivo: Aumentar a competitividade da ALC, identificando e implementando os princípios da gestão de risco do TFA e do processamento pré-chegada, demonstrando o valor dos programas de OEA e uma cadeia produtiva segura e eficiente na região.

Processo:

Parte 1 do piloto: Uma empresa AEO participante estabelece uma parceria com as autoridades alfandegárias de diferentes países para testar a automação dos princípios de gestão de risco e de processamento pré-chegada. Os parceiros dos setores público e privado testam e registram os resultados ao longo de um período de tempo para mostrar os benefícios da automação e gestão de risco para as autoridades alfandegárias, bem como para todo o comércio da região.

Parte 2 do piloto: No país participante, escolha uma indústria (por exemplo, têxtil) e identifique as principais práticas que mostram como as parcerias público-privadas podem ser usadas para apoiar a gestão de riscos e disseminar informações.

Prazo: 18 meses

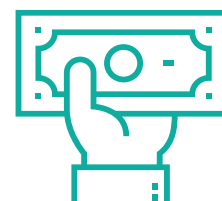
Produto final: Diretrizes para a implementação das principais práticas de gestão de risco e processamento pré-chegada que possam ser usadas em toda a região. Essas práticas ajudarão a região a atingir o objetivo coletivo de demonstrar cadeias produtivas seguras.

RECOMENDAÇÃO 22: Implementar medidas de facilitação do comércio para promover o crescimento das MPME por meio da participação no comércio internacional, inclusive com a simplificação de procedimentos para agilizar as remessas de baixo valor.

Embora consigam atingir praticamente qualquer consumidor no mundo, as MPME de hoje em dia enfrentam processos complexos nas fronteiras e custos elevados de desembaraço e frete. Por empregarem 67 % dos trabalhadores da região, as MPME são um grupo com grande potencial para continuar a contribuir para o crescimento econômico da ALC.

A simplificação do comércio internacional para as MPME tem o potencial de aumentar o comércio intrarregional e inter-regional para as Américas e impulsionar o crescimento econômico na região. Para aproveitar esse potencial e impulsionar o crescimento das MPME, os países da região devem estudar a adoção de medidas destinadas a simplificar os processos alfandegários para remessas de baixo valor. Entre essas medidas, destacam-se a definição de limites para os processos alfandegários simplificados e a identificação de outras políticas que reflitam a evolução das necessidades dos consumidores da região.

Uma vez que o acesso à economia digital é um dos principais eixos da estratégia de apoio ao crescimento das MPME, a ação desencadeada por esta recomendação poderia começar com um estudo que examine o uso do comércio eletrônico em toda a região. Entre outras coisas, esse estudo poderia identificar lacunas na adoção do comércio eletrônico e áreas em que melhorias seriam fundamentais, a fim de criar um ambiente mais favorável para o comércio digital.



Por empregarem 67% dos trabalhadores da região, as MPME são um grupo com grande potencial para continuar a contribuir para o crescimento econômico da ALC.

RECOMENDAÇÃO 23: Facilitar a implementação e aumentar o uso de decisões antecipadas na região.

Em um estudo recente acerca do impacto das medidas de facilitação do comércio sobre os custos, identificou-se que os sistemas de decisão antecipada foram a medida de facilitação do comércio que produziu o maior impacto. Por si só, as decisões antecipadas podem gerar uma redução dos custos comerciais estimada em 5,4%. O ABD sugere o seguinte programa piloto para aplicar essa recomendação:



PROJETO PILOTO: Sistema efetivo de decisões antecipadas na Colômbia

(com orientação da Aliança Global para a Facilitação do Comércio)

Objetivo: Aumentar a eficácia da emissão de decisões antecipadas e replicar essa metodologia em outros países, começando com os da Aliança do Pacífico que tenham processos semelhantes. Esse projeto piloto visa estabelecer e operacionalizar o Centro para a Facilitação do Comércio e Boas Práticas, que trata de decisões antecipadas no setor automotivo. O objetivo do centro será aumentar a coordenação e a confiança entre os órgãos públicos e o setor privado, além de reduzir o tempo de espera na fronteira colombiana. Cumpre notar que, embora esse projeto seja descrito no contexto do setor automotivo colombiano, ele pode ser replicado em diferentes setores de toda a região.

Processo: Desenvolver um programa de cinco fases que apoie a Colômbia na implementação de um processo eficaz e uniforme para emitir decisões antecipadas em geral. Esse projeto será executado em parceria com a DIAN (alfândega) e a ANDI (a associação de empresários colombianos), com foco inicial no setor automotivo. O Ministério do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia patrocina o projeto.

Prazo: 24 meses.

Ações no curto prazo: Verificar se existe um mecanismo formal para receber opiniões dos usuários a fim de ajudar a implementar as decisões antecipadas e monitorar seu funcionamento. Estabelecer mesas-redondas envolvendo o setor privado e o governo para determinar os requisitos e as áreas focais.

Função do setor privado: Contribuir com informações sobre o setor específico e as principais práticas para a emissão de decisões antecipadas que ajudem a garantir a segurança e a transparência.

Função do setor público: Patrocinar o projeto, trazer os principais nomes do governo para a discussão, patrocinar reuniões e se comprometer a implementar a iniciativa por meio da participação em capacitação e a destinar recursos essenciais, sejam eles humanos ou automatizados.

Produto final: Um manual das principais práticas para implementar com eficácia um sistema de decisões antecipadas, com a criação de um grupo de especialistas da alfândega colombiana para emitir decisões antecipadas.

RECOMENDAÇÃO 24: Oferecer capacitação às MPME para ajudá-las a participar do comércio internacional.

Em muitos casos, as MPME carecem dos conhecimentos e dos meios para cumprir a legislação comercial internacional. Capacitação básica sobre a documentação e procedimentos alfandegários pode ajudar as MPME a ganhar a confiança necessária para embarcar no comércio internacional. O ABD sugere o seguinte programa piloto para aplicar esta recomendação:



PROJETO PILOTO: Diploma em logística e comércio internacional

(Sob os auspícios da ConnectAmericas)

Objetivo: A parceria SIECA-DHL oferecerá capacitação às MPME para que obtenham certificação em logística e comércio internacional. O objetivo é replicar esse modelo em outros países.

Processo: Em 3 ou 4 sessões de meio dia destinadas às MPME, tratar da legislação básica sobre o comércio internacional e sobre a alfândega e logística locais. Após concluir o curso satisfatoriamente, cada participante receberá um diploma para comprovar sua participação.

Prazo: 6 a 24 meses.

Ações no curto prazo: Designar os órgãos públicos da parceria para a implementação, as MPME participantes e outras empresas do setor privado que participarão da modificação do modelo de capacitação da SIECA para alinhá-lo com a legislação e regulamentação locais, e definir quem vai oferecer a capacitação.

Função do setor privado: Elaborar e oferecer a capacitação. Trabalhar com o país correspondente para identificar as MPME e convidá-las a participar.

Função do setor público: Designar o órgão público patrocinador, selecionar a lista de MPME e apoiar o projeto com convites para a capacitação e um local para as sessões.

Ações no médio prazo (12 a 24 meses): Após seis meses de preparação, ministrar as sessões de capacitação em pelo menos quatro países fora da América Central.

Produto final: Um modelo de capacitação que pode ser usado em outras parcerias público-privadas em toda a região.





ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO



COMÉRCIO PARA O AMANHÃ

RECOMENDAÇÃO 25: Facilitar melhorias em termos da eficiência, custo, confiabilidade e emissões na produção de eletricidade por meio da integração física e regulatória dos mercados regionais, permitindo a compra e venda eficiente de eletricidade e aplicando regulamentos favoráveis ao mercado que ampliem o acesso à energia renovável e ao gás natural.

Alguns países da ALC, sobretudo na América Central e no Caribe, continuam a enfrentar déficits de energia e dependem de fontes de energia caras e que prejudicam o meio ambiente. No caso desses países, maior acesso a energia mais limpa e a um preço acessível poderia reduzir custos para as empresas e os habitantes da região, além de gerar níveis mais altos de produtividade e competitividade econômica. O Nord Pool é um mercado internacional de energia inicialmente formado pela Noruega, Suécia e Finlândia. Entre 2010 e 2013, a Estônia, a Letônia e a Lituânia também passaram a integrá-lo.¹²⁷ Sua governança e funcionamento destacam como é valioso participar de mercados regionais para comercializar energia e facilitar o uso de energia verde. Sem a integração regional, cada país-membro do Nord Pool precisaria duplicar suas reservas para a geração de energia.

Nas Américas, o Sistema de Interconexão Elétrica dos Países da América Central (SIEPAC) é um exemplo da integração regional dos mercados de eletricidade, envolvendo a Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá. Baseado no projeto (organizacional, legal e regulatório) de um mercado regional de eletricidade e em estudos de viabilidade atualizados sobre infraestrutura necessária, o SIEPAC foi realizado graças ao financiamento da comunidade internacional e, em particular, do BID. Durante o período de 1975 a 2015, a capacidade instalada de geração na região aumentou em 9 vezes e a geração de energia, em 7,5 vezes, ao passo que a cobertura do fornecimento de eletricidade na região durante o mesmo período cresceu de 40% da população em

1975 para 92% em 2015.¹²⁸ Após uma avaliação de diferentes cenários e simulações feita pelo BID em 2017, concluiu-se que, no mais alto nível de integração e capacidade de transmissão regional, os benefícios econômicos diretos previstos para o SIEPAC poderiam se traduzir em uma economia de US\$ 1,4 bilhão em investimentos, enquanto o intercâmbio regional de energia poderia chegar a 11.700 GWh (gigawatts hora) até 2025, ou aproximadamente 15% da demanda anual por energia da região.¹²⁹ No geral, o benefício líquido do SIEPAC aumenta de forma proporcional ao nível de integração.

De acordo com um estudo recente do BID, nos próximos doze anos o aumento da energia renovável com a conexão de linhas de transmissão entre os países proporcionaria uma economia de US\$ 30 bilhões em comparação com a trajetória atual. Essa economia decorre do fato de que as energias renováveis têm um custo zero de combustível e que a extensão das linhas de energia é mais barata do que a construção de novas usinas.¹³⁰

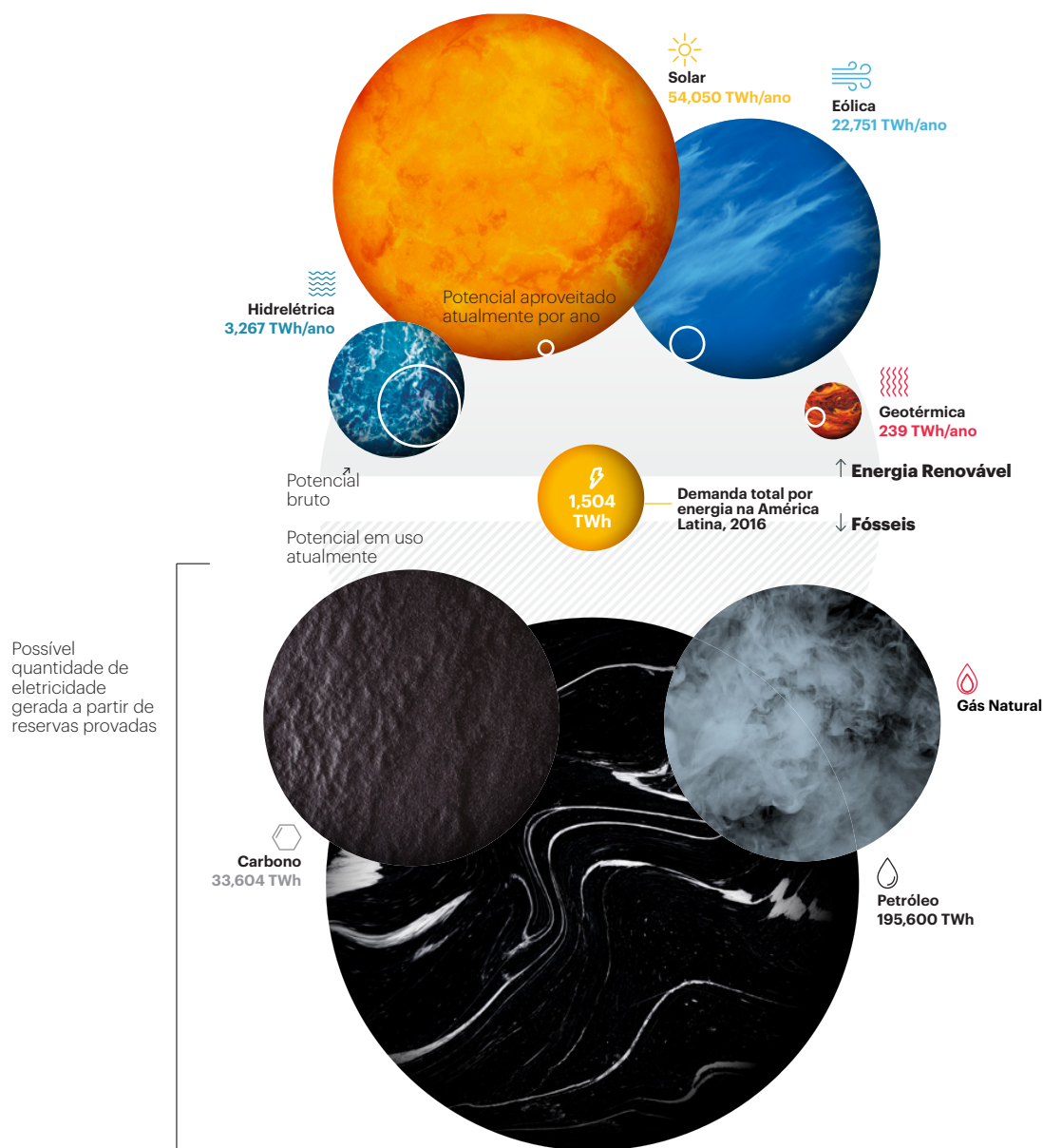
RECOMENDAÇÃO 26: Manter a condição da ALC de uma das regiões mais verdes do mundo por meio do investimento contínuo no aproveitamento do potencial das energias renováveis e na diversificação da carteira energética da região.

Atualmente, a região já é líder mundial em consumo de energia renovável, e a geração dessa energia atendia 64,3% da demanda total da região em 2016. As energias renováveis oferecem múltiplos benefícios. Por exemplo, reduzem as emissões de gases do efeito estufa, protegem os países da volatilidade dos preços dos combustíveis e reduzem a pressão sobre o balanço de pagamentos dos países que dependem principalmente da importação de energia. O preço médio nos leilões de energia para fornecimento de

energia solar na ALC despencou 87% entre 2009 e 2017, e o preço da energia eólica caiu 37% entre 2008 e 2016. Assim, há muitas oportunidades para continuar a desenvolver, em âmbito local, energias renováveis e não convencionais que contribuam para a segurança

e resiliência energéticas. O setor privado, os governos e as organizações internacionais podem colaborar no planejamento estratégico do sistema elétrico para garantir que essa excelente posição se mantenha e sejam feitos mais investimentos.

POTENCIAL DE RECURSOS ENERGÉTICOS NA AMÉRICA LATINA



Fonte: Paredes, J.R. BID. (dezembro de 2017). La red del futuro: Desarrollo de una red eléctrica limpia y sostenible para América Latina. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18235/0000937>.

RECOMENDAÇÃO 27: Estabelecer um processo transparente de quadro institucional, incorporando a experiência do setor privado, para facilitar o planejamento energético de longo prazo e o desenvolvimento sustentável do gás natural com o intuito de melhorar a diversificação e a resiliência da produção de energia.

Até 2040, o BID calcula que a demanda por eletricidade na ALC crescerá 91%, o que pressionará ainda mais o sistema como um todo.¹³³ Embora o aumento da demanda imponha desafios, ele também cria oportunidades para desenvolver um melhor planejamento energético e diversificar as fontes de energia na região, por exemplo, com o desenvolvimento ainda maior do gás natural e de fontes de energia renováveis. O planejamento energético de longo prazo também deve aproveitar essa oportunidade por meio de planejamento proativo para a transição para a energia renovável e o gás natural. Essa passagem dos combustíveis fósseis para a energia de fontes diversificadas já está em andamento em todo o mundo. O planejamento a longo prazo dessa transição também ajudaria a reduzir os custos ao longo do tempo, aumentar a eficiência e diminuir os riscos associados à implementação de novas e diferentes fontes de energia. Esse processo de planejamento também representa uma oportunidade para o setor privado apoiar o setor público com conhecimentos técnicos, práticas inovadoras e oportunidades de uso de fontes de energia sustentáveis.

O planejamento estratégico de longo prazo também ajudará a região a aproveitar ao máximo suas fontes de energia ainda inexploradas. Se o caso do gás natural em particular for examinado, em 2014 a região produziu 6,7% da oferta mundial, mas consumiu 7,5%.¹³⁴ Considerando que a ALC tem mais de 7,9 trilhões de metros cúbicos de reservas comprovadas de gás natural ainda por explorar,¹³⁵ esse valor representa uma clara oportunidade para a região continuar a explorar formas de aproveitar essas reservas e elaborar uma estratégia e carteira energéticas complementares. Isso também ocorre no caso dos recursos renováveis. A região tem o potencial para produzir anualmente

54.050 TWh de energia solar, 22,751 TWh de energia eólica e 3.267 TWh de energia hidrelétrica, o que é significativo considerando que a demanda anual da região foi de 1.504 TWh em 2015.¹³⁶ O desenvolvimento de quadros institucionais e regulatórios sólidos para o setor de energia pode ajudar a projetar, elaborar e implementar estratégias com um enfoque energético diversificado para oferecer energia confiável e acessível a essa economia em crescimento.

Para planejar uma maneira eficaz de suprir as necessidades de energia no futuro e garantir os investimentos necessários, é essencial contar com dados e projeções confiáveis. Como observa o BID, os governos “desempenham um papel importante na coordenação dos dados de energia disponíveis [e] no enfrentamento das barreiras à informação que ainda persistem”.¹³⁷ De fato, aproveitar e compartilhar de modo eficaz os dados disponíveis ao público em todo o setor energético, assim como investir em mais pesquisas nas áreas onde existem lacunas, pode ajudar a alcançar mais transparência, melhorar o intercâmbio das principais práticas e obter novas evidências para os responsáveis pelas políticas destinadas a aumentar a sustentabilidade na região.





AÇÕES

Criar conselhos individuais compostos por representantes dos setores público e privado para cada fonte de geração de energia. Esses conselhos poderiam ser reunidos em um conselho coordenador mais amplo.

Elaborar uma lista de verificação que contenha as principais práticas e processos para resolver problemas ambientais e sociais de forma proativa no início de projetos de produção a montante. Essa lista deve estar alinhada com processos semelhantes estabelecidos na América do Norte e Europa.

Desenvolver um mecanismo para aplicar a lista de verificação de processos.

Explorar opções energéticas descentralizadas para as reservas de gás natural que não estejam próximas a gasodutos existentes ou planejados, mas próximas a comunidades sem eletricidade ou cujo fornecimento de energia é reduzido.

- Explorar as possibilidades de obter mais eficiência e economizar nos custos de outras opções de distribuição (em comparação com as redes de transmissão).
- Explorar opções de produtos, como estações de carregamento de tanques, para atender os consumidores na base da pirâmide das comunidades que estão fora da rede ou no seu extremo; justificar a viabilidade local com base em exemplos mundiais.

Incentivar os governos locais a implementar incentivos fiscais que atraiam empresas de gás natural ou gás natural liquefeito voltadas para o preenchimento das lacunas na cadeia de valor da distribuição local.

- Alocar o financiamento setorial para a concorrência baseada na inovação (concentrada na tecnologia e nos modelos de negócios).
- Colaborar com organismos bilaterais e multilaterais, associações industriais e doadores para levantar recursos para ampliar os negócios.
- Elaborar mandatos de conteúdo local que incentivem a adoção de tecnologia e modelos de negócios inovadores para o setor.

Explorar o desenvolvimento de reservas regionais de eletricidade ao consolidar a infraestrutura de geração, armazenamento e transmissão.



RESULTADOS PREVISTOS

Um planejamento energético que leva em consideração todos os setores operacionais que contribuem para a geração local.

A garantia de que todos os setores pertinentes fazem parte de um processo de planejamento inclusivo.

O alinhamento do diálogo regional com o do hemisfério norte.

Atenção sistemática e prioritária às preocupações sociais e ambientais dos projetos de distribuição a montante.

Aumento do uso do gás natural extraído.

Ampliação do fornecimento de energia para as comunidades que estão fora da rede.

Redução de emissões prejudiciais.

Maior presença de empresas de gás natural e gás natural liquefeito.

Maior eficiência no uso.
Harmonização e colaboração regionais.

RECOMENDAÇÃO 28: Formular e implementar estratégias para modernizar as redes elétricas; promover a confiabilidade, segurança (inclusive a cibernética) e reduzir os custos por meio de ganhos de eficiência.

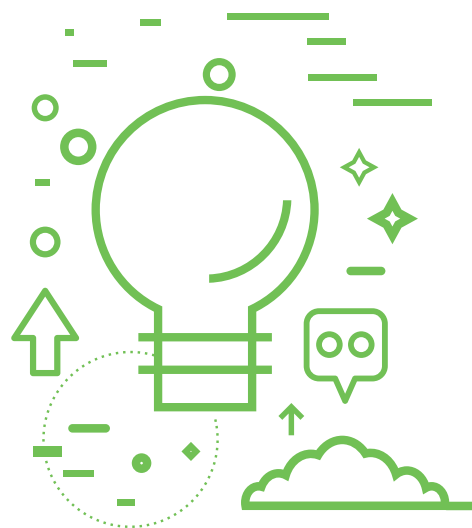
Em 2009, a classe média na ALC representava cerca de 29% da população. No entanto, até 2030, essa proporção deve aumentar para 42%, ou seja, aproximadamente 128 milhões de pessoas.¹³⁸ À medida que mais famílias ingressem na classe média, elas passarão a comprar e usar mais aparelhos, o que aumentará a demanda por energia elétrica e pressionará ainda mais os sistemas atuais da rede.¹³⁹ Assim, será necessária uma rede moderna e eficiente, capaz de atender a demanda nessa escala.

Portanto, a modernização das redes é um ponto central de qualquer estratégia destinada a suprir a crescente demanda por eletricidade. Por exemplo, tecnologias de rede inteligente podem ser usadas para otimizar a geração, a transmissão e a distribuição de energia por meio de vários recursos preditivos e em tempo real, como a previsão do tempo usando sensores avançados, e o equilíbrio entre a oferta e a demanda. Em última análise, a tecnologia de rede inteligente pode melhorar a confiabilidade e a utilização, além de proporcionar uma boa relação custo-benefício na integração das energias renováveis.¹⁴⁰

A modernização das redes, apesar de ser um investimento significativo, também oferece oportunidades de curto e longo prazo para a região. A tecnologia inteligente pode revolucionar a maneira como a região recebe e usa a eletricidade,¹⁴¹ gerar novos empregos e até mesmo mudar o leque de qualificações exigidas pelos empregadores. Estimativas mostram que o setor elétrico deve criar 3,45 milhões de novos empregos entre 2016 e 2025 graças a iniciativas digitais; em outras palavras, trata-se de uma taxa de crescimento de 10,7% no setor.¹⁴² Medidas rápidas e eficazes para modernizar as redes de distribuição na região poderiam ajudar a garantir que os cidadãos não apenas se beneficiassem de um maior acesso à energia, mas também de mais oportunidades de

emprego associadas ao setor. As estratégias para a modernização da rede elétrica também devem incentivar a implementação das melhores práticas de segurança cibernética por empresas de energia para garantir a segurança do fornecimento de energia. Paralelamente, o setor público deve trabalhar para criar quadros regulatórios de segurança cibernética robustos destinados a assegurar a conformidade.

Por último, a modernização promete não apenas reduzir custos e gerar empregos, mas também contribuir para a sustentabilidade da energia. Modernizar a tecnologia que ajuda a gerenciar os sistemas de distribuição de energia elétrica na região pode ajudar bastante a reduzir as emissões. Estima-se que essa redução possa chegar a 15,8 milhões de toneladas de emissões líquidas de dióxido de carbono (CO₂).¹⁴³





AÇÕES

Designar um ponto de contato principal no governo responsável pela modernização das redes e determinar as políticas e tecnologias necessárias.

Formular uma política pública, compilar informações do setor privado sobre as mais recentes tecnologias disponíveis para a modernização das redes, com os prós e contras em termos dos possíveis ganhos de eficiência, aumento da confiabilidade e redução de emissões.

Criar um mandato para que as empresas de energia adotem tecnologias que facilitem a gestão de uma rede moderna e a mensuração das perdas não técnicas (itens não relacionados a perdas elétricas, como inadimplência, fraude, etc.). Criar um plano para cobrir os custos dessas perdas.

Documentar a oportunidade para se adaptar à mudança climática e mitigar seus efeitos, aumentar a eficiência e a confiabilidade, e reduzir custos e emissões com tecnologia moderna para gerenciar a rede.

Fazer uma análise da infraestrutura atual da rede e usar os resultados para:

- Projetar uma estratégia energética descentralizada que permita um uso mais eficiente baseado na demanda e reduza as perdas associadas à transmissão.
- Estabelecer e desenvolver um quadro regulatório robusto para a segurança cibernética a fim de orientar e gerenciar a conformidade no setor.
- Identificar vulnerabilidades na rede.
- Adotar tecnologia inteligente, como sensores da Internet das Coisas, para identificar riscos rapidamente e responder a vulnerabilidades.



RESULTADOS PREVISTOS

Maior responsabilização pela modernização da rede e sua implementação eficiente.

Parceria público-privada para modernizar a rede.
Intercâmbio das principais práticas em todo o setor.

Aumento da eficiência na implementação do projeto de modernização da rede.
Planejamento proativo com relação a perdas não técnicas.

Uma fundamentação comercializável para justificar a modernização da rede.
Mitigação e adaptação à mudança climática tratadas como prioridade na agenda nacional, com o repasse de mandatos para o setor de energia (provenientes das autoridades nacionais).
Incentivos fiscais (como isenções ou reduções do IVA) para promover a adoção de tecnologia limpa.

Improved grid security and resilience (protection against damages due to extreme weather and attacks on the centralized grid).
Greater energy efficiency.



AÇÕES

Desenvolver um manual de adoção dessa política para ajudar os países da ALC a elaborar metodologias de definição de tarifas que levem em conta o valor da energia distribuída (por ex., definir o preço da energia solar devolvida à rede e da energia que os consumidores ou produtores independentes vendem para o sistema).

Lançar um grupo de trabalho de cidades inteligentes presidido por funcionários do governo dos setores de energia e infraestrutura e composto por participantes do setor privado de “energia inteligente” em todas as áreas da cadeia de valor (produção, distribuição, integração, consultoria e fornecedores de tecnologia para todos os setores) para discutir os principais pontos de vista do setor e estratégias específicas de cada país para aumentar a resiliência dos sistemas de energia da ALC.



RESULTADOS PREVISTOS

Apoio para alcançar maior fornecimento de energia para a rede a partir de usinas de geração descentralizadas.

Consumidores habilitados a economizar mais, o que tornará a energia mais acessível e reduzirá a inadimplência.

Parcerias público-privadas estabelecidas com o objetivo de aplicar a energia inteligente na ALC.

Aumento da resiliência dos sistemas de energia da ALC.

Aumento da eficiência na implementação de iniciativas de energia inteligente.

RECOMENDAÇÃO 29: Zelar pela aplicação clara e uniforme de leis e regulamentos referentes às indústrias extrativas.

A ALC é a principal fonte de metais e minerais em todo o mundo,¹⁴⁴ ocupa o quarto lugar em termos de extração de petróleo (com uma produção diária de 9,4 milhões de barris, atrás apenas do Oriente Médio, da antiga União Soviética e dos EUA),¹⁴⁵ e recebe um terço do investimento mundial em mineração.¹⁴⁶ A oportunidade na região é indiscutível. Apesar disso, ela não está livre de desafios. Para ter acesso a esses recursos de maneira responsável, é necessário se envolver de fato com as comunidades locais e o ambiente em que vivem. Para contextualizar isso, a região abriga “40% da diversidade biológica mundial, 30% da água doce disponível no mundo e quase 50% das florestas tropicais mundiais”.¹⁴⁷ Toda essa riqueza ambiental faz parte da vida dos habitantes da região. Embora muitas das leis ambientais e trabalhistas da ALC sejam sólidas e louváveis, elas podem gerar desconfiança entre o governo anfitrião e a indústria extrativa se forem aplicadas de maneira assistemática. No que diz respeito aos projetos extrativos, conflitos com grandes custos geralmente são desencadeados por problemas ambientais relacionados aos projetos.¹⁴⁸ Uma

regulamentação rigorosa aplicada com firmeza pode ajudar a assentar as bases para uma relação de mais confiança entre a indústria extrativa e as comunidades e governos com os quais ela opera.

Esta recomendação está vinculada a dois aspectos ambientais importantes: os processos de licenciamento e a regulamentação ambiental. A indústria deve exigir processos de licenciamento coerentes e eficientes e, ao mesmo tempo, tentar obter mais experiência e capacidade técnicas dentro das instituições para emitir e fazer cumprir leis e regulamentos. Em última análise, deve-se mudar o foco da regulamentação para que ela passe a reger a produção e o impacto das atividades de busca dos recursos naturais da região, em vez de se concentrar na realização de processos técnicos específicos. Essa mudança de foco pode ajudar a promover mais inovação no setor. Além disso, é necessário que a comunicação entre as instituições encarregadas de outorgar concessões para atividades relacionadas à gestão dos recursos naturais (como a exploração e extração de minerais) seja coerente, transparente e eficaz.



AÇÕES

Encomendar um estudo sobre as principais práticas em âmbito mundial que regem as atividades extrativas.

Apoiar estudos sobre problemas ambientais e sociais causados pelas indústrias extrativas.

Elaborar processos de licenciamento uniformes e eficientes, voltados para os resultados e o impacto causado e não para processos técnicos específicos.

Desenvolver programas de capacitação sobre regulamentação e as últimas tendências destinados aos funcionários encarregados da aplicação das normas e às empresas extrativas.

Enviar autoridades encarregadas da fiscalização aos locais do projeto de forma sistemática para manter um diálogo contínuo com as empresas e criar confiança e apoio mútuo para que as atividades extrativas respeitem a lei.

Conceber processos para assegurar a comunicação e coordenação uniforme entre os órgãos reguladores do setor e as instituições encarregadas de outorgar concessões para a exploração e extração mineral.



RESULTADOS PREVISTOS

Um estudo de referência comparando as principais práticas internacionais a serem aplicadas na região para o desenvolvimento da regulamentação.

Maior consciência dos riscos relacionados a esse setor tanto para as comunidades como para as empresas.

Redução do tempo de mobilização do projeto.
Mais inovação nas práticas extrativas.

Mais conhecimento da regulamentação, tanto para os reguladores quanto para os que devem cumpri-la, o que permitirá às partes interessadas se adaptar à mudança com mais eficiência.

Aplicação sistemática das leis e regulamentos do setor.
Gestão proativa da regulamentação.
Maior colaboração entre órgãos reguladores e empresas extrativas para cumprir as leis e regulamentos.

Redução do risco de atrasos nos projetos após a outorga das concessões.
Aumento da conformidade com a regulamentação ambiental.
Aumento da eficiência na outorga de concessões para exploração e extração.



RECOMENDAÇÃO 30: Incentivar o investimento transparente em infraestrutura por meio de parcerias público-privadas adequadas que gerem valor agregado, com foco em energia, transporte e logística.

As atividades extrativas costumam ocorrer em locais remotos, o que exige a proximidade de fontes de energia baratas e confiáveis, além de uma infraestrutura de transporte com boa relação custo-benefício para transportar os minérios para o mercado de maneira mais competitiva. Essa realidade destaca a necessidade de investimento em infraestrutura para mobilizar investimentos na atividade extrativa, mas também oferece oportunidades para desenvolver comunidades e obter retornos sociais sobre o investimento. O BID observa que “o setor extrativo pode contribuir para o desenvolvimento de infraestrutura e serviços básicos, promover a inovação tecnológica e melhorar a qualificação e os conhecimentos dos trabalhadores, e apoiar o desenvolvimento de empresas locais por meio da integração das cadeias produtivas”.¹⁴⁹ Embora o ímpeto inicial favoreça primeiro o setor extrativo,

os benefícios da melhoria da infraestrutura podem se estender para além dos que participam da atividade extrativa e alcançar as comunidades, impactando a economia local.

Além disso, podem ser obtidos benefícios imediatos e de longo prazo. No longo prazo, uma infraestrutura moderna atrai mais investimento, melhora o acesso dos cidadãos ao transporte e a serviços básicos (água, eletricidade) e pode gerar mais receita, inclusive renda para o governo. No curto prazo, enquanto se iniciam as primeiras atividades extrativas e os projetos de infraestrutura necessários, o estabelecimento de parcerias público-privadas para apoiar esses projetos também pode gerar lucros. A colaboração derivada dessas parcerias pode ajudar a melhorar as relações com a comunidade e catalisar o desenvolvimento econômico, social e ambiental.



AÇÕES

Fazer um levantamento nacional sobre os projetos de extração atuais e em potencial, avaliando as opções de transporte até os locais e as fontes de energia.

Com base nas prioridades estabelecidas por meio do levantamento da infraestrutura, alavancar os investimentos para melhorar as redes de energia, as fontes de energia renováveis e confiáveis, e a logística de transporte.



RESULTADOS PREVISTOS

O conhecimento básico da infraestrutura de transporte e energia necessária para sustentar e atrair mais projetos extrativos no futuro.

A priorização das necessidades de melhorias da infraestrutura com base no possível ganho econômico, no benefício para as comunidades locais e no cronograma.

Desenvolvimento de fontes confiáveis de energia em áreas remotas onde ocorrem as atividades extrativas.

Maior acesso a fontes de energia confiáveis para as comunidades em que essas atividades ocorrem.

Mais estímulo ao desenvolvimento econômico local com a promoção da integração por meio da infraestrutura logística.

RECOMENDAÇÃO 31: Adotar processos colaborativos com múltiplas partes interessadas para gerar valor compartilhado no setor extrativo.

Os conflitos no setor extrativo podem custar caro. Um atraso de uma semana na produção pode custar aproximadamente US\$ 20 milhões (valor atual líquido) em um projeto de mineração com despesas de capital de US\$ 3 bilhões a US\$ 5 bilhões.¹⁵⁰ Portanto, redes locais de colaboração público-privada podem ser formadas nas comunidades onde ocorrerem as atividades extrativas,

com o intuito de fortalecer as relações da comunidade com o governo e a indústria, bem como reduzir a possibilidade de conflitos, aumentar a confiança e assegurar que o trabalho extrativo seja benéfico inclusive para os que atuam em setores relacionados. Essas redes podem cumprir funções importantes, como facilitar a transferência justa de royalties para o desenvolvimento econômico local, alocar recursos para projetos locais de forma transparente e promover o diálogo entre os diversos agentes com o objetivo de identificar oportunidades para a criação de valor compartilhado.



ESTUDO DE CASO:

Estação de tratamento de esgoto de Cerro Verde em Arequipa, Peru

O Rio Chili fornece 95% da água usada pela população que vive nos seus arredores,¹⁵¹ como 1 milhão de pessoas que vivem em Arequipa, a segunda maior cidade do Peru. O rio também é a fonte de água para as operações da mina de cobre Cerro Verde. Ao planejar uma expansão, a Cerro Verde estudou várias opções para suprir o aumento necessário no volume de água e, ao mesmo tempo, evitar conflitos sociais em uma área que já sofria com a escassez de recursos hídricos.

A Cerro Verde consultou representantes locais, regionais e do governo, grupos da sociedade civil, autoridades dos serviços de água e a comunidade agrícola. Além disso, a mineradora organizou mais de 20 fóruns comunitários¹⁵² e elaborou uma avaliação do impacto ambiental para determinar se o tratamento das águas residuais era uma opção que poderia atender as necessidades comerciais e comunitárias relacionadas à água. Ao fazê-lo, constatou que o tratamento de águas residuais era viável.

Antes da expansão, “menos de 10% das águas residuais municipais de Arequipa estavam sendo tratadas e o restante era despejado diretamente” no Rio Chili. Hoje, a nova estação trata 85% do esgoto municipal de Arequipa.¹⁵³ Como parte do acordo para construir e operar a estação de tratamento de águas residuais, a Cerro Verde recebe um volume designado da água tratada para suas operações de mineração, e os moradores de Arequipa e a comunidade agrícola se beneficiaram da reabilitação do rio. Além disso, a melhoria da qualidade da água reduziu os casos de doenças transmitidas pela água e melhorou a produção agrícola.

Em 2016, o Departamento de Estado dos EUA concedeu à Cerro Verde um prêmio pela excelência empresarial em operações transparentes por haver concluído “uma expansão de US\$ 5,6 bilhões em 2015, dentro do orçamento e do cronograma, graças à sua consulta transparente e proativa com as comunidades locais e todos os níveis de governo”.¹⁵⁴

RECOMENDAÇÃO 32: Aumentar o investimento e ampliar as parcerias que promovam o compartilhamento das melhores práticas no setor extrativo.

O setor extrativo pode aproveitar as pesquisas que avaliam diferentes práticas de exploração e processamento de minerais. O valor dessas pesquisas pode ser estendido por meio da criação de redes sólidas para o compartilhamento das principais práticas. É importante que as informações sobre o impacto econômico, social e ambiental sejam confirmadas e compartilhadas não apenas dentro da indústria, mas também com os órgãos reguladores e as organizações civis e ambientais. Essa recomendação pode ser aplicada de diferentes

RECOMENDAÇÃO 33: Implementar processos para, de forma regular e transparente, medir (por ex., a qualidade do solo, a rotação de culturas), acompanhar, preservar e proteger a saúde da terra e da água na região para ajudar a atender as necessidades mundiais desses insumos.

Até 2050, a produção mundial de alimentos terá que aumentar em 60% para suprir a demanda nutricional de mais de 9 bilhões de pessoas.¹⁵⁵ Se essa projeção for considerada em conjunto com o fato de que a maioria das terras não desenvolvidas e cultiváveis do mundo está localizada na ALC (360 milhões de hectares) e na África Subsaariana (450 milhões de hectares), é claro que a ALC deve usar toda a sua terra com grande responsabilidade.¹⁵⁶

Com quase um terço das terras cultiváveis e da água doce do mundo, a ALC tem a oportunidade de se tornar o principal fornecedor de alimentos para uma população mundial que exige alimentos e respectivos serviços de melhor qualidade, produzidos de forma sustentável e socialmente inclusiva.¹⁵⁷ A indústria de alimentos da região precisa cumprir um papel importante para atingir esse objetivo e, ao mesmo tempo, criar um sistema de agronegócio mais diversificado e complexo para atender a crescente demanda nutricional. Para realizar plenamente o potencial dessa oportunidade, é

maneiras, como o financiamento de centros de pesquisa, o patrocínio de estudos em universidades, a destinação de recursos para publicações e a organização de atividades colaborativas entre a indústria, o meio acadêmico e as lideranças governamentais. Por último, também é importante assegurar o compartilhamento sistemático das principais práticas com as comunidades locais e grupos não governamentais, como parte de um esforço constante para promover relacionamentos fortes e mutuamente benéficos. Informações claras e coerentes não apenas são fundamentais para melhorar a comunicação entre os diferentes interessados, mas também podem proporcionar oportunidades de inovação no setor.

necessário implementar estratégias adequadas para a conservação da terra e dos recursos, bem como medidas transparentes e avaliadas regularmente (como qualidade do solo, rotação de culturas e qualidade e uso da água), e cooperação e entendimento claros entre todos os participantes ao longo da cadeia de valor.

Além disso, o uso responsável da terra e da água são aspectos cruciais para enfrentar a mudança climática. Aproximadamente um terço das emissões de gases de efeito estufa resultantes da atividade humana são originárias do setor agrícola, e cerca de 70% da água doce extraída no planeta é usada para atividades no setor.¹⁵⁸ Se houver estratégias eficazes de conservação e cooperação para o uso da água e da terra, o setor do agronegócio na região poderá fazer contribuições importantes para as iniciativas mundiais destinadas a enfrentar a mudança climática.

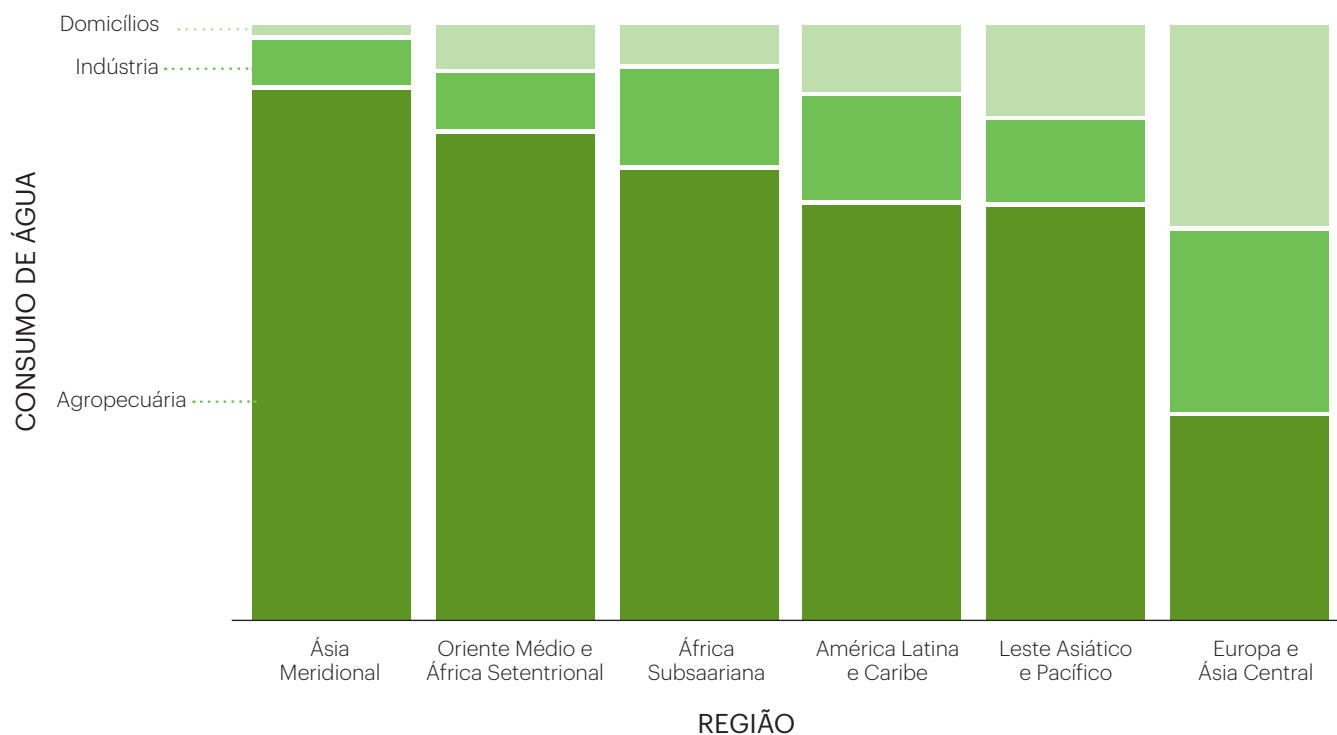


ESTUDO DE CASO: O Cadastro Ambiental Rural

Em colaboração com a organização The Nature Conservancy, o governo brasileiro criou o Cadastro Ambiental Rural (CAR) “para equilibrar seus objetivos de produção de alimentos com a proteção dos habitats naturais”.¹⁵⁹ Esse cadastro é um registro eletrônico das propriedades rurais e suas informações espaciais, como a topografia e outras características da paisagem. Os dados são capturados e monitorados por satélite para garantir o cumprimento do Código Florestal brasileiro.

Após vários anos de êxito na sua aplicação, o cadastro agora é obrigatório por força de lei federal, e vários ministérios fazem uso das suas informações. Por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente publica uma lista anual dos municípios que apresentam os maiores índices de desmatamento. Esses municípios estão sujeitos a restrições à concessão de crédito e à venda de produtos agrícolas. Para ser retirado da lista, o município precisa cumprir várias exigências, como o registro de 80% das suas propriedades rurais no CAR.¹⁶⁰

PROPORÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA POR SETOR EM 2014 (%)



Fonte: Khokhar, T. Banco Mundial. (22 de março de 2017). Chart: Globally, 70% of Freshwater is Used for Agriculture. Disponível em <http://blogs.worldbank.org/opendata/chart-globally-70-freshwater-used-agriculture>.



AÇÕES

Criar iniciativas envolvendo várias partes interessadas dedicadas à medição e melhoria da qualidade da água.

Criar iniciativas envolvendo várias partes interessadas dedicadas à medição e melhoria da qualidade da terra.

Criar iniciativas envolvendo várias partes interessadas dedicadas à medição e melhoria da qualidade do solo.

Promover a concorrência na cadeia de valor do agronegócio para melhorar a gestão da água e da terra. Incentivar atividades bem sucedidas e testadas e aprovadas para a conservação da água e da terra.

Fazer um mapeamento dos cursos de água, abrangendo os aquíferos subterrâneos, e monitorar os níveis e a qualidade ao longo do tempo.



RESULTADOS PREVISTOS

Uma estratégia para incentivar produtores de todos os tamanhos a usar a água de maneira mais eficiente. Essas estratégias podem abranger tópicos que vão desde programas educacionais sobre o uso eficiente até o subsídio para a irrigação eficiente por gotejamento (em vez do uso de sprinklers ou de alagamento).

Uma estratégia para educar produtores de todos os tamanhos sobre como medir e melhorar a qualidade da água. Esses planos educacionais podem abranger temas como a determinação da qualidade básica, informações sobre os poluentes atuais e a elaboração e implementação de planos para a melhoria da qualidade.

Identificação de áreas que precisem de conservação da terra, mapeando os padrões atuais de uso da terra e comparando-os com mapas históricos.

Incentivo à manutenção de áreas de conservação em terras agrícolas e monitoramento de mudanças com o passar do tempo por meio de imagens captadas por satélites ou drones.

Desenvolvimento e educação de produtores de todos os tamanhos sobre as tendências na medição da qualidade do solo. Essas tendências abrangem, por exemplo, o aproveitamento de sensores para monitorar o solo a distância, a aplicação de ferramentas analíticas para ajudar os agricultores a entender aspectos da qualidade do solo e o trabalho com parceiros para oferecer serviços de extensão e ajudar os agricultores a gerenciar a qualidade do solo (uso de fertilizantes e aditivos inorgânicos em comparação com a adubação com compostos).

Uma cadeia de valor do agronegócio de uma ponta à outra dedicada à conservação da terra e da água.

Incentivos a práticas sistemáticas e inovadoras de conservação da água e da terra.

Gestão proativa e conservação dos lençóis freáticos.

Mais recursos para promover práticas inovadoras de conservação de água.



AÇÕES

Formular estratégias e metas nacionais para limitar a perda de alimentos. Essas estratégias devem abranger a perda no transporte do produtor ao distribuidor (a perda após a colheita) e o desperdício pelo consumidor.

Incentivar os grandes produtores e varejistas de alimentos a implementar programas de redução da perda de alimentos como parte das suas operações e em toda a cadeia produtiva, com ênfase nos pequenos e médios produtores.



RESULTADOS PREVISTOS

Uso mais eficiente dos alimentos, favorecendo, por sua vez, o uso mais eficiente da terra.

Redução da pegada hídrica na produção de alimentos.

Redução do uso da terra na produção de alimentos.

RECOMENDAÇÃO 34: Criar e implementar um plano mestre de desenvolvimento de infraestrutura para o setor rural a fim de assegurar que as condições de vida permitam que as populações prosperem, tornando as condições de emprego atraentes para todos os agentes ao longo da cadeia de valor do agronegócio.

Para o sucesso do agronegócio na região, é importante manter uma população rural que prospera. Assim, modernizar a infraestrutura rural é uma parte fundamental da estratégia para que a qualidade de vida e o acesso a serviços básicos sejam semelhantes nas áreas urbanas e rurais. Os planos para melhorar a infraestrutura rural devem abordar o acesso a serviços básicos, como saúde, educação e serviços públicos, entre outros, além de garantir acesso confiável à Internet e a redes móveis. A implementação dessas mudanças pode ajudar a assegurar que as famílias rurais se sintam mais confiantes quanto à sua decisão de permanecer onde

estão e também pode ser atraente para as gerações futuras. Além disso, deve-se considerar a infraestrutura específica para a atividade agrícola, como os sistemas de irrigação e drenagem de ponta, além de estradas que conectem as áreas remotas com as cadeias de valor. Tudo isso será crucial para incentivar as populações rurais a trabalhar a terra de forma produtiva.

De maneira análoga, é importante promover o desenvolvimento da infraestrutura para a colheita e armazenagem da produção agrícola. Esse tipo de infraestrutura facilita a comercialização, sobretudo no caso dos pequenos e médios produtores. A importância do desenvolvimento dessa infraestrutura se torna ainda mais evidente quando se considera que cerca de um terço da produção mundial de alimentos para consumo humano é perdido ou desperdiçado.¹⁶¹



AÇÕES

Criar um plano para garantir que as comunidades rurais tenham acesso confiável a energia, incorporando fontes alternativas (biomassa, solar, eólica, etc.) cuja disponibilidade pode ser mais imediata em um ambiente rural.

Criar um plano para que as comunidades rurais tenham acesso confiável a fontes de água potável.

Criar um plano para implementar a infraestrutura necessária para reutilizar a água cinza e tratar o esgoto.

Analisar as necessidades das comunidades rurais em termos de logística local e criar um plano personalizado para atender as necessidades que ainda não o são (estradas confiáveis, etc.).

Formular uma estratégia de eliminação de resíduos e desenvolver a infraestrutura necessária específica para as necessidades e recursos das comunidades rurais (ou seja, locais de tratamento de água em áreas úmidas em comparação com estações de tratamento de água industriais).

Conectar o setor rural com as tecnologias móveis mais recentes (por exemplo, 5G e mais recentes).

Financiar a infraestrutura de transporte rural e o desenvolvimento de corredores de carga e logística para reduzir custos, tempo de transporte e, conseqüentemente, as perdas de alimentos entre os produtores.



RESULTADOS PREVISTOS

Ampliação do acesso confiável das famílias e empresas rurais a energia.

Menos interrupções e atrasos no dia a dia das pessoas e empresas causados pela falta de energia.

Ampliação do acesso confiável das famílias e empresas rurais a fontes de água potável.

Mais eficiência na vida diária (de pessoas e empresas), com menos atividades que exijam a purificação da água.

Populações mais saudáveis.

Menor uso de água potável para necessidades que podem ser supridas com água cinza.

Menor risco de contaminação (da terra e pessoas) devido à falta de tratamento de esgoto.

Uso mais sustentável da água na zona rural.

Mais eficiência na transferência de bens para o mercado.

Melhoria da conectividade com as comunidades vizinhas e não rurais.

Maior segurança na vida diária (mediante prédios e pontes modernizados, etc., e acesso mais eficiente e confiável aos serviços de emergência).

Eliminação segura de resíduos.

Menos tempo e dinheiro gastos na eliminação de resíduos.

Um ambiente mais saudável para comunidades e empresas.

Maior acesso à Internet e a tecnologias móveis para o setor rural.

Maior acesso dos produtores rurais de todos os tamanhos à economia digital (comércio on line, acesso a outras tecnologias, etc.).

Maior sustentabilidade financeira para pequenos e médios produtores.

Melhor acesso aos mercados nacional e internacional.

RECOMENDAÇÃO 35: Formular políticas para incentivar a inclusão de produtores de todos os portes em toda a cadeia de valor do agronegócio (dos insumos agrícolas até as embalagens).

“Estudos recentes estimam que apenas 8% das famílias de produtores rurais estão totalmente integradas às cadeias de valor e apenas 25% têm bom potencial para participar plenamente do setor agrícola moderno.”¹⁶² As barreiras para os pequenos e médios produtores concorrerem com as grandes operações comerciais

são significativas e abrangem conhecimento, tecnologia, financiamento e mercados. No entanto, para suprir a crescente demanda por alimentos no mundo, é necessário incluir produtores de todos os tamanhos. Para apoiar os pequenos e médios produtores, os ministérios da Agricultura, do Trabalho e do Desenvolvimento Social podem estudar a formação de equipes concentradas em incluir esses produtores na cadeia de valor de uma ponta à outra e apoiar a melhoria da qualificação para aplicar as práticas agrícolas mais modernas.



ESTUDO DE CASO: O projeto Haiti Hope

O projeto Haiti Hope, que durou cinco anos, foi lançado em 2010 e deu início a uma parceria de US\$ 9,5 milhões entre The Coca-Cola Company, o BID, o Fundo Multilateral de Investimentos, a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID, na sigla em inglês) e a TechnoServe.

A demanda por manga é alta, sobretudo nos mercados dos EUA. O Haiti é um dos 20 maiores produtores dessa fruta no mundo¹⁶³ e produz a variedade popular conhecida como “Francique” ou “Francis”. O projeto Haiti Hope procurou aproveitar esse potencial e garantir que os pequenos agricultores do Haiti obtivessem o maior valor possível pelas mangas que produziam. O alvo foram os agricultores que tinham pelo menos cinco mangueiras, entre 0,5 e 5 hectares de terra e faziam parte da cooperativa.¹⁶⁴ Além disso, o projeto incentivou a formação de grupos empresariais de produtores.

O projeto buscava aumentar a renda dos participantes do projeto com o cultivo da manga por meio de três estratégias principais: 1) Aumentar a produção de manga (plantio de novas árvores, maior rendimento das árvores já plantadas); 2) Reduzir o desperdício (melhoria das atividades durante a colheita e após a colheita para diminuir as perdas e 3) Elevar o preço de venda das mangas (acesso mais direto à cadeia de valor do agronegócio, produto de melhor qualidade para obter preços mais altos). Para ajudar os agricultores a alcançar esses objetivos, a TechnoServe implementou um programa de capacitação nessas três áreas estratégicas. Entre os temas discutidos, figuravam o cuidado das árvores, as principais práticas durante e após a colheita, o transporte e o planejamento dos negócios.¹⁶⁵ Por meio do programa, mais de 25 mil agricultores foram capacitados.¹⁶⁶

Em 2015, 94% dos grupos empresariais de produtores obteve lucro e conseguiu pagar aos seus afiliados preços superiores ao padrão do setor. Esses grupos conseguiram isso sem subsídios.¹⁶⁷ Em um estudo sobre o impacto do programa, o BID resumiu que o programa havia tido “efeitos positivos e significativos” sobre o acréscimo de novas mangueiras “Francique” e a adoção das principais práticas de cuidados das árvores. Embora se tenha constatado que o projeto não teve um impacto em termos das principais práticas durante e após a colheita (provavelmente porque quem se ocupa dessas atividades são colhedores especializados e não os produtores que receberam a capacitação), se concluiu que o projeto teve efeitos “significativos” sobre a melhoria dos processos de comercialização, pois os agricultores elevaram seus preços ao vender sua produção aos GEP e não a intermediários.¹⁶⁸

RECOMENDAÇÃO 36: Apoiar as decisões com base científica para responder a questões sociais relacionadas à produção, consumo, segurança e comércio de alimentos vinculados às mais recentes tecnologias agrícolas (por ex., organismos geneticamente modificados), com o intuito de ajudar a traçar o direcionamento das futuras inovações no agronegócio e promover o abastecimento mundial de maneira a salvaguardar os pequenos produtores.

No setor do agronegócio na ALC, para cada US\$ 100 em bens produzidos apenas US\$ 1,10 é investido em pesquisa. Isso de fato ocorre, embora alguns estudos mostrem que o investimento em pesquisa agrícola está correlacionado com mais crescimento econômico, a melhoria do desenvolvimento agrícola e a redução da pobreza. Em regiões mais desenvolvidas do mundo, o investimento na agricultura é cerca de três vezes maior que o da ALC.¹⁶⁹ O desenvolvimento do setor por meio do investimento em pesquisa é um ponto importante a ser considerado a partir de vários pontos de vista. Além de trazer práticas agrícolas novas e inovadoras para a região, a pesquisa em tecnologia agrícola pode ajudar a facilitar o uso da ciência para responder a perguntas importantes sobre o consumo de alimentos no mercado. O trabalho no sentido de responder a algumas dessas perguntas amplas sobre o consumo e as propriedades subjacentes dos alimentos distribuídos ajudará a criar consumidores informados e promover uma inovação ainda maior na cadeia de valor do agronegócio.

RECOMENDAÇÃO 38: Estabelecer e aplicar um quadro equilibrado para proteger a propriedade intelectual (PI) associada à inovação no agronegócio.

Na ausência de quadros equilibrados que protejam a PI, o agronegócio não tem incentivo para elevar os investimentos em inovação. A proteção à PI incentivará os participantes da cadeia de valor do agronegócio a investir em inovação e, se for eficaz, também poderá facilitar a obtenção de mais investimentos do setor privado. Nas últimas décadas, os investimentos do setor privado,

RECOMENDAÇÃO 37: Estabelecer protocolos sanitários e fitozoossanitários claros, estáveis e previsíveis para garantir a inocuidade dos alimentos e a saúde animal e vegetal, além de reforçar o comércio.

À medida que a demanda mundial por protocolos sanitários mais rigorosos aumenta no comércio agrícola, é essencial ter protocolos estáveis nessa área para que o setor continue a crescer e manter a credibilidade e boa reputação. A obtenção de protocolos fitozoossanitários e sanitários de qualidade uniforme ajudará a evitar barreiras não tarifárias e facilitar um acesso ainda maior aos mercados mundiais. Um bom exemplo é o Uruguai, que exporta mais de 75% da sua produção de carne para 120 países. Ele foi o primeiro país a estabelecer um sistema abrangente de rastreamento com uma organização central, que tem sido muito valioso para pequenos e médios abatedouros porque os ajudou a satisfazer os requisitos de conformidade e, por conseguinte, a ganhar acesso aos mercados europeus.¹⁷⁰

impulsionados por uma forte proteção à PI, têm sido associados a um “aumento da inovação, que produziu melhores variedades de plantas, produtos químicos para a agricultura e tecnologias de produção”.¹⁷¹ Uma estrutura de PI forte e equilibrada para o setor agrícola da região é vital para promover a inovação e manter as Américas competitivas nessas áreas em âmbito mundial.





QUALIFICAÇÕES PARA O FUTURO



QUALIFICAÇÕES PARA O FUTURO

RECOMENDAÇÃO 39: Adotar e aplicar legislação para proteger a propriedade intelectual, em conformidade com as normas internacionais, a fim de criar um ambiente seguro e competitivo para o setor privado investir em inovação.

O crescimento econômico proporciona grandes oportunidades para inovar e liderar de maneiras novas e diferentes. Entretanto, para criar um ambiente seguro em que se possa estimular a inovação, é crucial oferecer incentivos e proteções de diversos tipos. Por exemplo, no setor de alimentos e bebidas, às vezes a regulamentação pode infringir as normas internacionais de PI e a proteção das marcas registradas se for confundida com proibições à publicidade. Atualmente, a América Latina e Caribe enfrentam uma lacuna na inovação, evidenciada pelo número limitado de patentes que a região tem originado. Do ponto de vista regional, o México e o Brasil ocupam a liderança na solicitação de patentes, mas respondem por menos de

0,004% do total mundial.¹⁷² Um possível fator é que a ALC oferece apenas o equivalente a dois terços do nível de proteção de patentes oferecido por outros países industrializados.¹⁷³ Isso representa uma oportunidade para a região não apenas melhorar a proteção de patentes e a transparência dos respectivos processos, mas também disponibilizar esses processos a todos os tipos de inovadores. Para aproveitar esse potencial, é importante aprofundar o diálogo na região sobre o tema da proteção da propriedade intelectual. As questões a serem discutidas vão desde o tratamento de atrasos no processo de obtenção de patentes até a promoção de quadros equilibrados de direitos autorais e a harmonização legislativa no nível das normas internacionais estabelecidas pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI).



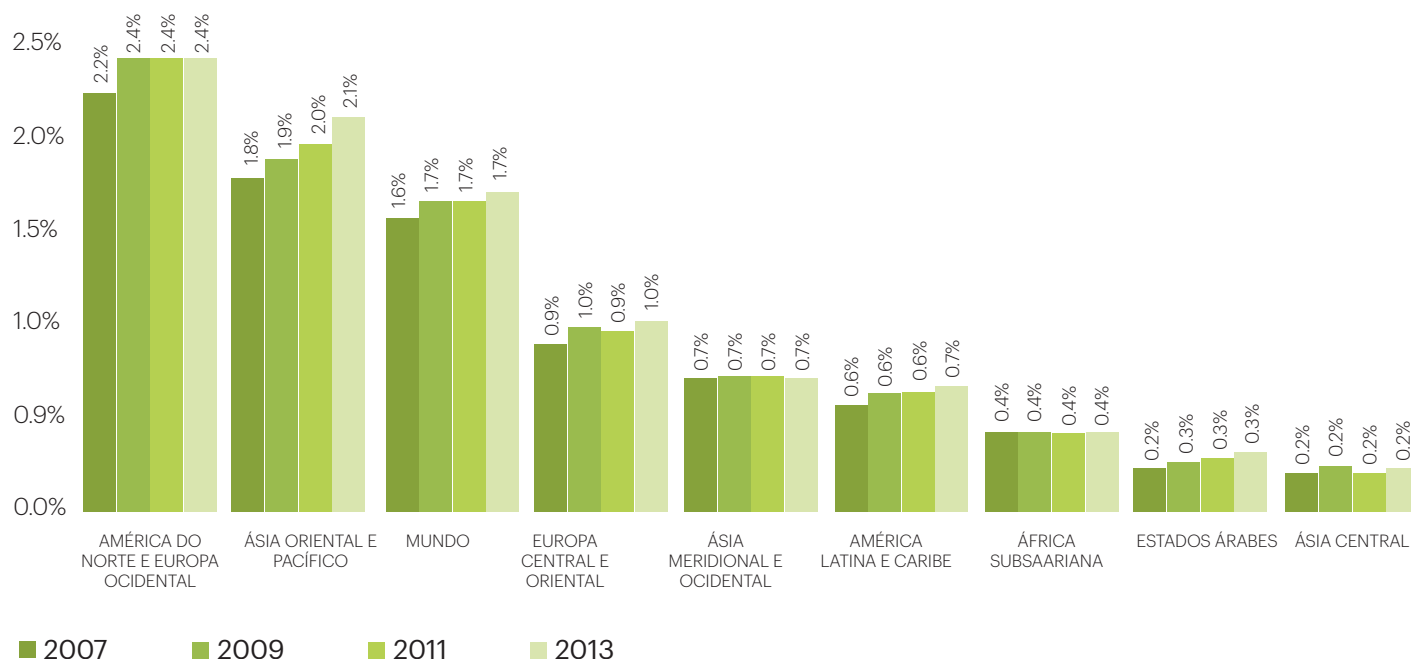
ESTUDO DE CASO: Acordos no âmbito do Procedimento Acelerado de Patentes (PPH)

Por meio do programa Procedimento Acelerado de Patentes (PPH, na sigla em inglês), criado por vários escritórios nacionais de patentes, é possível solicitar uma revisão acelerada caso outro escritório do PPH já tenha classificado a proposta como “patenteável”.¹⁷⁴ Esse tipo de programa pode ajudar a agilizar o processamento dos pedidos de patente e evitar a duplicidade de esforços, com a aplicação de um único conjunto de exigências.

A Colômbia, o México e o Brasil mantêm programas de PPH com escritórios de patentes nos Estados Unidos, Japão, Espanha e China. A Colômbia conseguiu reduzir o tempo de análise de um pedido de 63 para 34 meses.¹⁷⁵ Iniciativas de cooperação como o PPH, entre outras iniciativas importantes destinadas a reduzir o prazo necessário para a obtenção de patentes, representam o primeiro passo que os escritórios de patentes deveriam considerar.¹⁷⁶

EM QUE REGIÕES A P&D É MAIS INTENSA?

Despesa interna bruta em P&D, em porcentagem do PIB por região, 2007, 2009, 2011 e 2013



Fonte: UNESCO. (novembro de 2015). Global Investments in R&D. Disponível em <http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/fs36-global-investments-in-rd-2015-en.pdf>.



AÇÕES

Aprofundar o diálogo sobre políticas de PI por meio da criação e participação em um fórum local de múltiplas partes interessadas, com o objetivo de trocar informações sobre os atrasos na obtenção de patentes e as infrações da PI:

- Iniciar o diálogo com uma reunião regional.
- Organizar reuniões locais em seguimento à reunião regional, com eventos como mesas redondas com empreendedores.



RESULTADOS PREVISTOS

Cooperação para o intercâmbio de práticas e procedimentos de revisão com outros escritórios de patentes ou PI e outras partes interessadas, como o meio acadêmico e o setor privado. Entre os temas, poderiam figurar a aceleração do processo de patentes, os sistemas de administração, o teletrabalho e os programas de capacitação.

Orientação das empresas, sobretudo das MPME, para que possam proteger melhor suas inovações.

Promoção de workshops para universidades sobre a melhor maneira de promover o fluxo de conhecimento na região e o papel desempenhado pela PI para o avanço da pesquisa, desenvolvimento, financiamento e comercialização da inovação.

RECOMENDAÇÃO 40: Melhorar a qualidade da educação e da capacitação na ALC e trabalhar para fechar a lacuna das qualificações ao reforçar sua pertinência ao mercado e alinhá-las com as necessidades atuais e futuras dos empregadores, com atenção para as áreas das ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM, na sigla em inglês), empreendedorismo, línguas estrangeiras e competências digitais.

Um dos maiores desafios que os países desenvolvidos enfrentam é que a força de trabalho está envelhecendo e logo deixará o mercado de trabalho, levando com ela valiosos conhecimentos sobre os seus respectivos setores. Na ALC, a história é um pouco diferente, pois 67% da população está em idade ativa, o que resulta em oportunidades de capital humano a serem exploradas, com a possibilidade de promover o crescimento econômico.¹⁷⁷ No entanto, é necessário abordar alguns desafios específicos. Por exemplo, menos da metade dos jovens da região concluiu o ensino médio e 20% deles (cerca de 20 milhões de pessoas) não estudam nem trabalham.¹⁷⁸ Essa estagnação é agravada pelo fato de que não se oferece formação prática, sobretudo aos que trabalham na economia informal. No entanto, há uma clara recompensa caso se consiga resolver esse desafio. O número de postos de trabalho vagos atualmente na região devido à baixa qualificação dos candidatos indica que a ALC precisa resolver esse problema e formar uma força de trabalho altamente qualificada, com habilidades técnicas e interpessoais.¹⁷⁹



AÇÕES

Desenvolver ou melhorar os quadros de qualificação nacionais que permitam a mobilidade e o crescimento de talentos. Esses quadros devem abranger credenciais acumuláveis, baseadas na competência e reconhecidas em toda a região.



ESTUDO DE CASO: Como o déficit de qualificações foi abordado nas Bahamas

No fim de 2016, o BID e o governo das Bahamas se reuniram para tratar do problema do desemprego na ilha por meio de um programa destinado a melhorar as qualificações para o trabalho e aumentar a empregabilidade da população. O programa se concentra em três áreas:

- “Melhorar as qualificações pertinentes e aumentar a empregabilidade dos beneficiários do programa em vagas produtivas;
- Aumentar a eficácia dos Serviços Públicos de Emprego;
- Reforçar a capacidade do sistema de inteligência do mercado de trabalho.”¹⁸⁰

O objetivo é desenvolver um programa de aprendizagem concentrado nos empregos pelos quais há grande demanda. O programa de aprendizagem usará a capacitação dentro e fora do local de trabalho para ajudar a qualificar a população desempregada para o mercado, visando a faixa etária de 16 a 40 anos. Para ajudar a conectar os trabalhadores qualificados com os postos de trabalho vagos, o programa também buscará melhorar a organização dos Serviços Públicos de Emprego das Bahamas por meio da coordenação de dados em todos os órgãos públicos e do monitoramento do desempenho do mercado de trabalho.¹⁸¹



RESULTADOS PREVISTOS

Compromisso do setor privado de colaborar com o governo no desenvolvimento de quadros de qualificação nacionais ou regionais e na identificação das habilidades necessárias por meio de câmaras ou outras associações comerciais ou industriais.

Continuação ou início do desenvolvimento dos quadros de qualificação nacional pelo setor público, com forte participação do setor privado.



AÇÕES

Desenvolver sistemas de informação sobre o mercado de trabalho em tempo real e com vistas ao futuro, para ajudar a alinhar os programas de educação e capacitação de acordo com as qualificações exigidas pelo mercado de trabalho.

Elaborar normas rigorosas para as instituições que oferecem educação e capacitação, juntamente com sistemas de monitoramento e planos de aplicação robustos.

Dedicar recursos humanos e financeiros para apoiar a aprendizagem no trabalho (estágios, programas de aprendizagem e outras formas de capacitação no trabalho).

Desenvolver sistemas de ensino técnico e profissionalizante (ETP) e outros sistemas de ensino terciário, melhorando a qualidade e a pertinência e alinhando a certificação e o credenciamento com as necessidades dos empregadores e estudantes.

Incorporar cursos de ética e responsabilidade cívica aos sistemas de educação e capacitação, da infância até o desenvolvimento profissional de adultos, apoiando assim as iniciativas de combate à corrupção.



RESULTADOS PREVISTOS

Compromisso do governo com o desenvolvimento de sistemas de informação sobre o mercado de trabalho, em colaboração com conselhos sobre qualificações para a indústria ou outros meios estruturados de participação do setor privado para o desenvolvimento de competências.

Um plano de desenvolvimento e implementação de um sistema de informação.

Compromisso do governo de desenvolver sistemas de monitoramento robustos para acompanhar os resultados em termos de aprendizagem e emprego que ajudem a identificar as instituições de baixa qualidade.

Proteção dos estudantes contra empresas corruptas que ofereçam diplomas de pouco ou nenhum valor.

Proteção para instituições educacionais com fins lucrativos que ofereçam educação e diplomas valiosos.

Compromisso do setor privado para trabalhar com os governos no desenvolvimento de meios estruturados de aprendizagem nas empresas por meio de cursos, estágios e outras formas de capacitação no trabalho.

Compromisso do governo de facilitar, promover e garantir a aprendizagem de qualidade no local de trabalho.

Propostas das empresas para reavaliar os quadros jurídicos se a capacitação no trabalho for considerada um obstáculo.

Colaboração das empresas e governos propondo conteúdo para aprendizagem e metodologias de ensino nos sistemas de ETP.

Um currículo de ETP alinhado com as necessidades de talento das empresas locais.

Uma demonstração do caminho até o emprego para os estudantes dos programas de ETP.

A colaboração entre empresas e governos para desenvolver e implementar novas abordagens educacionais e novos materiais para promover a ética profissional e a responsabilidade entre os estudantes.



AÇÕES

Fazer uma avaliação das autoridades que atualmente concedem certificações e reconhecem estudos em todo o país, para identificar seus pontos fortes e fracos e as possíveis lacunas.

Incorporar tópicos de educação financeira (por exemplo, planejamento financeiro) nos currículos das instituições educacionais.



RESULTADOS PREVISTOS

Um plano de ação, com o apoio e compromisso dos líderes do governo, destinado a melhorar as instituições que concedem certificações e reconhecem estudos em todo o país.

Maior proteção para os estudantes.

Maior uniformidade na qualidade da educação.

Melhoria do conhecimento da população sobre questões econômicas e financeiras, em apoio ao planejamento financeiro inteligente e à resiliência da população para enfrentar períodos de desaceleração da economia.

RECOMENDAÇÃO 41: Criar fóruns multilaterais locais e regionais para estabelecer um diálogo formal e contínuo em torno da inovação, solidificando os gastos públicos em pesquisa e desenvolvimento como parte integrante da estratégia de desenvolvimento econômico de longo prazo.

A existência de economias baseadas no conhecimento tem destacado a crescente importância da inovação e dos ativos criativos e intelectuais como fontes de competitividade e crescimento de longo prazo. Além disso, alguns estudos já mostraram que o aumento do investimento em conhecimento e inovação promoverá a recuperação econômica e contribuirá para o desenvolvimento de novas competências econômicas sustentáveis.¹⁸² Para alcançar os melhores resultados, as estratégias de inovação voltadas para os objetivos de longo prazo devem ser concebidas com a contribuição de todos os principais interessados: o governo, o meio acadêmico e o setor privado. Convém aproveitar os fóruns locais e regionais, tanto novos como já existentes, para criar um diálogo destinado a definir uma estratégia de inovação sustentável e de longo prazo para a região.

RECOMENDAÇÃO 42: Aumentar a transparência da educação na ALC, instituindo uma abordagem de tolerância zero à corrupção nos sistemas educacionais e zelando para que todos os dados pertinentes à educação sejam compartilhados de forma proativa com todas as partes interessadas.

A educação é o principal elemento do setor público em muitos países do mundo e não raro responde por mais de um quinto do total da despesa pública,¹⁸³ o que a torna muito vulnerável à corrupção. Tanto os agentes do setor público quanto as empresas do setor privado que oferecem educação e capacitação têm um papel a cumprir na eliminação da corrupção no sistema educacional da ALC. O monitoramento proativo e a disseminação de informações sobre as condições das escolas, seus orçamentos e seu desempenho são essenciais para a prestação de contas no combate à corrupção. No México, a plataforma on-line Mejora Tu Escuela oferece dados sobre o desempenho das escolas aos pais, administradores escolares e autoridades, a fim de proporcionar mais transparência e habilitar todas as partes interessadas a desempenhar um papel ativo na qualidade da educação. Em 2014, o Instituto Mexicano para a Competitividade (IMCO), uma organização sem fins lucrativos nem afiliação partidária, usou dados da Mejora Tu Escuela para pôr em destaque a corrupção no sistema educacional. A Agência Nacional de Auditoria do México respaldou esses resultados e, em consequência, foram implementadas várias mudanças nas políticas, como a aplicada à obtenção dos recursos usados para pagar os salários dos professores.¹⁸⁴





CONCLUSÃO





O Diálogo Empresarial das Américas (ABD) acolhe com satisfação a oportunidade de continuar avançando com os líderes de governos da região em um intercâmbio construtivo e concreto sobre políticas públicas e iniciativas do setor privado. Esse intercâmbio constante foi de extrema valia na elaboração das recomendações e continuará a ser de suma importância para o êxito na sua implementação.

Nesse sentido, o ABD continuará a defender a implementação das recomendações propostas e o reforço da cooperação público-privada com o objetivo comum de aumentar as oportunidades para os países e povos da região. Os membros da ABD estão plenamente empenhados em colaborar de forma proativa com os governos e trabalhar em conjunto para promover a transparência e a integridade na região.

Nos próximos anos, o ABD vai continuar a colaborar com os governos para fortalecer suas políticas e realizar ações conjuntas, trazendo a experiência do setor privado para implementar as recomendações e o plano de ação 2018-2021 do ABD. A agenda do ABD continuará a evoluir à medida que forem estabelecidas parcerias público-privadas, assegurando que ela reflita as prioridades compartilhadas com o setor público para promover o crescimento e o desenvolvimento econômico.

O ABD está convencido de que a estratégia mais eficaz para a região é estabelecer parcerias público-privadas sólidas para facilitar a consecução dos objetivos descritos neste relatório e reitera a importância do

diálogo público-privado no processo das Cúpulas das Américas com vistas a aprofundá-lo nos próximos anos.

O ABD espera que suas recomendações possam ser úteis para formular acordos em torno de políticas que levem a um crescimento econômico sustentado com base no aumento da produtividade e competitividade, a fim de gerar mais investimento, melhor infraestrutura, acesso mais amplo a tecnologias digitais e desenvolvimento mais sustentável, tudo isso dentro de um quadro de transparência e integridade.



www.americasbd.org



APÊNDICE

CONTRIBUIÇÕES DO BID PARA AS RECOMENDAÇÕES DE 2015-2018

O ABD foi criado após a primeira Cúpula Empresarial das Américas (Cartagena, 2012), organizada em conjunto pelo BID e o Governo da Colômbia, para abrir um espaço de diálogo em apoio à colaboração público-privada e promover o desenvolvimento na região. Desde então, o BID tem liderado a organização das Cúpulas Empresariais com o respectivo país anfitrião a cada três anos. Em 2015, na preparação para a II Cúpula Empresarial das Américas no Panamá, o ABD conseguiu reunir o setor privado do continente em torno de um conjunto de recomendações apresentadas aos Chefes de Estado e de Governo. Essas propostas podem ser consultadas online em:



www.americasbd.org

De 2015 a 2018, o ABD, com o apoio do BID, manteve seu firme compromisso de apoiar os governos com a plena convicção de que o aumento da cooperação público-privada é a ferramenta mais eficaz para melhorar a vida das pessoas do continente. Em todos os grupos de trabalho do ABD, os membros participaram de reuniões ministeriais de alto nível por toda a região para identificar oportunidades para implementar as recomendações do ABD por meio de iniciativas governamentais novas ou em andamento.

Por exemplo, na área da facilitação do comércio, os membros do ABD participaram de um diálogo público-privado em Buenos Aires, Argentina (março de 2016), no qual os governos e o setor privado concordaram em um plano de ação para promover a rápida ratificação do Acordo de Facilitação do Comércio (AFC) da Organização Mundial do Comércio (OMC). Em apoio a esse plano, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) fez uma análise das lacunas relacionadas às medidas destinadas à implementação do AFC. A análise se baseou em um questionário distribuído entre os membros mutuários do BID e foi desenvolvida

com o apoio dos membros do grupo de trabalho da facilitação de comércio. Os resultados do questionário então foram usados para informar as recomendações do ABD, priorizadas pelo seu impacto no comércio. Na Argentina, o ABD e o BID também apoiaram a concepção de um guichê único para o comércio exterior, implementada em 2017.

No âmbito das reuniões anuais das Assembleias de Governadores do BID e da Corporação Interamericana de Investimentos, realizadas em Nassau, Bahamas (março de 2016), e em Assunção, Paraguai (março de 2017), bem como da XI Conferência Ministerial da OMC, organizada em Buenos Aires, Argentina (dezembro de 2017), os membros do ABD apresentaram a autoridades governamentais de alto escalão suas recomendações preliminares para promover os negócios e os investimentos na região.

Os membros do ABD participaram da Cúpula de Energia dos Estados Unidos, Caribe e América Central em Washington, DC (maio de 2016) e concordaram com os Chefes de Estado da América Central e do Caribe sobre a importância de desenvolver o acesso confiável à energia a custos acessíveis e com sustentabilidade ambiental, reformar a matriz energética e integrar os mercados de energia entre as duas regiões. Além disso, o ABD participou da III Reunião Ministerial da Parceria em Energia e Clima das Américas (ECPA) em Viña del Mar, Chile (setembro de 2017) para explorar com os Ministros de Energia oportunidades de promover a transição energética nas Américas.

O grupo de trabalho sobre Capital Humano e Inovação do ABD participou, juntamente com os Ministros e Vice-Ministros da Educação das Américas, do Dialogo Regional de Políticas Educacionais, realizado em Washington D.C. (novembro de 2016). Nesse evento, os membros do ABD destacaram e reafirmaram o compromisso contínuo do setor privado de ampliar a educação em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM, na sigla em inglês) e de aproveitar

as oportunidades do continente para não apenas fomentar a colaboração entre os países da região para a pesquisa em educação, mas também aumentar a mobilidade entre o meio acadêmico e o setor empresarial.

Após a Cúpula Empresarial do Panamá em 2015, os membros do ABD salientaram a importância de criar um centro regional para ajudar os países a preparar, desenvolver e monitorar projetos de infraestrutura. Esse centro também teria como objetivo facilitar a participação do setor privado por meio de parcerias público-privadas (recomendação contida no relatório do ABD apresentado no Panamá em 2015). O BID assentou as bases desse centro com o seu Mecanismo de Preparação de Projetos de PPP para a ALC.

No seguimento das atividades acima mencionadas, realizadas em 2016 e 2017, os membros do ABD organizaram duas reuniões plenárias em 2017 (Assunção, em março, e Miami, em outubro) para discutir, acordar e priorizar as recomendações dos grupos de trabalho e definir os planos de ação com o apoio técnico do BID.

Durante o processo de preparação para a VIII Cúpula das Américas, o ABD, por intermédio do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC), atuou como o mecanismo de consulta para o setor privado. Nesse contexto, uma versão preliminar das recomendações contidas neste relatório foi apresentada aos Coordenadores Nacionais da Cúpula de cada país representados na reunião do GRIC realizada em novembro de 2017, em Lima. Essas recomendações foram revisadas e atualizadas de modo a refletir os comentários recebidos dos governos.



ANEXO 1 – MEMBROS DO ABD

1. 360 Soluciones
2. 3M
3. AB InBev
4. ABB Group
5. ABCO Global
6. Abengoa
7. Acciona
8. Advanced Medical Technology Association (AdvaMed)
9. Airbnb
10. Albioma
11. Alicorp
12. Alpina Productos Alimenticios
13. Amazon
14. AmCham Argentina
15. American Action Forum
16. American National Standards Institute (ANSI)
17. Anglo American
18. Apple
19. APR Energy
20. Arcos Dorados
21. Asociación Argentina de Carreteras (AAE)
22. Asociación Automotriz del Perú (AAP)
23. Asociación Bancaria y de Entidades Financieras de Colombia (ASOBANCARIA)
24. Asociación Colombiana de Minería (ACM)
25. Asociación Colombiana del Petróleo (ACP)
26. Asociación de Administradoras de Fondos de Pensiones (AFP)
27. Asociación de Bancos de la Argentina (ABA)
28. Asociación de Bancos de México (ABM)
29. Asociación de Bancos del Perú (ASBANC)
30. Asociación de Bancos e Institutos Financieros de Chile (ABIF)
31. Asociación de Bancos Privados de Capital Argentino (ADEBA)
32. Asociación de Bancos Públicos y Privados de la República Argentina (ABAPPRA)
33. Asociación de Exportadores de Frutas de Chile (ASOEX)
34. Asociación de Exportadores del Perú (ADEX)
35. Asociación de Fábricas de Automotores (ADEFA)
36. Asociación de Gremios Productores Agrarios del Perú (AGAP)
37. Asociación de Industriales Latinoamericanos (AILA)
38. Asociación de Transportistas Argentinos de Carga Internacional (ATACI)
39. Asociación Latinoamericana de Internet (ALAI)
40. Asociación Nacional de Comercio Exterior (ANALDEX)
41. Asociación Nacional de Empresarios de Colombia (ANDI)
42. Asociación Nacional de Generadores (ANG)
43. Asociación Nacional de la Empresa Privada (ANEP)
44. Asociación Nacional de Laboratorios Farmacéuticos (ALAFARPE)
45. Asociación para el Fomento de la Infraestructura Nacional (AFIN)
46. Asociación Nacional de Generadores (ANG)

47. Asociación Nacional de la Empresa Privada (ANEP)
48. Asociación Nacional de Laboratorios Farmacéuticos (ALAFARPE)
49. Asociación para el Fomento de la Infraestructura Nacional (AFIN)
50. Atlantic LNG
51. Bahamas Electricity
52. Banque Nationale du Canada
53. Barbados Private Sector Association (BPSA)
54. Barrick Gold Corporation
55. Bechtel
56. Belize Chamber of Commerce & Industry (BCCI)
57. BHP Billiton
58. Blue Mountain Renewables
59. BMW Group Latin America and the Caribbean
60. Boeing
61. Bolsa de Valores de Lima (BVL)
62. Bolsa de Valores de Panamá
63. Boundary Stone Partners
64. Aliança Brasileira da Indústria Inovadora em Saúde (ABIIS)
65. BRF
66. Brigard & Urrutia
67. Cámara Argentina de Comercio y Servicios
68. Cámara Argentina de Empresarios Mineros (CAEM)
69. Cámara Argentina de la Construcción (CAMARCO)
70. Cámara Argentina de Prestadores de Servicios Internacionales Aeroexpresos (CAPSIA)
71. Câmara Brasileira de Logística e Infraestrutura (CAMARALOG)
72. Cámara de Comercio de Lima (CCL)
73. Cámara de Comercio e Industria de El Salvador (CAMARASAL)
74. Cámara de Comercio, Industriales y Agricultura (CCIAP)
75. Cámara de Exportadores de la República Argentina (CERA)
76. Cámara de Importadores de la República de Argentina (CIRA)
77. Cámara de Industria, Comercio, Servicios y Turismo de Santa Cruz – Bolivia (CAINCO)
78. Cámara de Industrias de Guatemala (CIG)
79. Cámara de Industrias y Producción (CIP)
80. Cámara de Informática y Comunicaciones de la República Argentina (CICOMRA)
81. Cámara Minera de Panamá (CAMIPA)
82. Cámara Nacional de Comercio y Servicios del Uruguay
83. Camposol
84. Canadian Council for the Americas (CCA)
85. Canadian Solar
86. Cargill
87. Caribbean Export Development Agency
88. Caribbean LED Lighting
89. Caribbean-Central American Action (CCAA)
90. Chambre du Commerce et d'industrie d'Haiti (CCIH)
91. Cheniere Energy
92. Chevron Corporation
93. Citi
94. Coca-Cola FEMSA
95. Colombina
96. ComexPeru
97. Comisión Intergremial para la Facilitación del Comercio e Integración e Integración en El Salvador (CIFACIL)
98. Comité Coordinador de Asociaciones Agrícolas, Comerciales, Industriales y Financieras (CACIF)
99. Compacto

100. Compañía de Minas Buenaventura
101. Confederação Nacional da Indústria (CNI)
102. Confederación de Empresarios Privados de Bolivia (CEPB)
103. Confederación de la Producción y el Comercio (CPC)
104. Confederación Nacional de Instituciones Empresariales Privadas (CONFIEP)
105. ConocoPhillips
106. Consejo Coordinador Empresarial (CCE)
107. Consejo Empresarial de América Latina (CEAL)
108. Consejo Empresarial Mexicano de Comercio Exterior, Inversión y Tecnología (COMCE)
109. Consejo Hondureño de la Empresa Privada (COHEP)
110. Consejo Nacional Agropecuario (CNA)
111. Consejo Nacional de la Empresa Privada (CONEP) – Panamá
112. Consejo Nacional de la Empresa Privada (CONEP) – República Dominicana
113. Consejo Superior de la Empresa Privada en Nicaragua (COSEP)
114. Consorcio Nobis
115. Continental Gold
116. COPA Holdings
117. Corporación Dinant
118. Corporación Lady Lee
119. Corporación Multi Inversiones (CMI)
120. Council of the Americas (COA)
121. Credicorp Capital
122. CT Strategies
123. Danone Group
124. Dell
125. Delta Air Lines
126. Dentons, LLP
127. Development Finance International (DFI)
128. DHL Express
129. Distribuidora de Electricidad DELSUR
130. ECODIT LLC
131. Ecopetrol
132. Empresa de Transmisión Eléctrica S.A. (ETESA)
133. Empresa Propietaria de la Red (EPR)
134. Enel
135. Enel Green Power Argentina
136. Energía del Caribe
137. Energía del Pacífico
138. Equifax
139. Estudio Lecueder
140. EXIM Inelco
141. Experian
142. ExxonMobil
143. Facebook
144. Fasken Martineau
145. Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)
146. Federación Argentina de Entidades Empresarias del Autotransporte de Cargas (FADEEAC)
147. Federación Colombiana de Logística (FEDELOG)
148. Federación de Asociaciones Nacionales de Agentes de Carga y Operadores Logísticos Internacionales de América Latina y el Caribe (ALACAT)
149. Federación de Cámaras de Comercio e Industrias de Honduras (FEDECAMARA)
150. Federación de Entidades Privadas de Centro América, Panamá y República Dominicana (FEDEPRICAP)
151. Federación de Instituciones Privadas de Educación Superior (FIPES)
152. Federación de la Producción, la Industria y el Comercio (FEPRINCO)
153. Federación Latinoamericana de Bancos (FELABAN)
154. FedEx
155. Ferreyros
156. Fiat Chrysler Automobiles (FCA)

- | | | | |
|------|---|------|--|
| 157. | Frigorífico Guaraní | 197. | Itaú BBA |
| 158. | Fundación para el Desarrollo de Guatemala (FUNDESA) | 198. | Jamaica Chamber of Commerce |
| 159. | Gas Natural Fenosa | 199. | Jamaica Public Service Company |
| 160. | General Dynamics | 200. | John Deere |
| 161. | General Electric | 201. | Kimberly-Clark |
| 162. | General Motors | 202. | Kinross |
| 163. | Global Alliance for Trade Facilitation (GATF) | 203. | KIO Networks |
| 164. | Global Bank | 204. | Laboratorio Productos Éticos |
| 165. | Global Express Association | 205. | LED Roadway Lighting |
| 166. | Goldcorp | 206. | LinkedIn |
| 167. | Goldwyn Global Strategies | 207. | Los Grobo SGR |
| 168. | Google | 208. | Lufussa |
| 169. | Grenada Chamber of Industry & Commerce (GCIC) | 209. | Lundin Mining Corporation |
| 170. | Grupo Arcor | 210. | Manchester Trade |
| 171. | Grupo Argos | 211. | Marfrig Global Foods |
| 172. | Grupo Aval | 212. | Mastercard |
| 173. | Grupo Aviatur | 213. | McKinsey Colombia |
| 174. | Grupo Britt | 214. | McLarty Associates |
| 175. | Grupo de Inversiones Suramericana (Grupo Sura) | 215. | Mercado Libre |
| 176. | Grupo Falabella | 216. | MetLife |
| 177. | Grupo Gloria | 217. | Mexichem |
| 178. | Grupo Grasco | 218. | Microsoft Corporation |
| 179. | Grupo Los Grobo | 219. | Minera San Cristóbal |
| 180. | Grupo Orbis | 220. | Mullikin Law Firm |
| 181. | Grupo Pantaleón | 221. | Nathan Associates |
| 182. | Grupo Puntacana | 222. | New Fortress Energy |
| 183. | Grupo Salem | 223. | Newmont Mining |
| 184. | Hecate Energy | 224. | NiQuan Energy |
| 185. | Hilanderías Fontibon | 225. | Nissan Mexicana |
| 186. | Iberdrola | 226. | Nokia |
| 187. | IBM Corporation | 227. | Novus Civitas |
| 188. | IC Power | 228. | OpenGov |
| 189. | INICIA | 229. | Orazul |
| 190. | Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) | 230. | Organización Carvajal |
| 191. | Intel Corporation | 231. | Organización Corona |
| 192. | Interconexión Eléctrica S.A. (ISA) | 232. | Panama Power Holdings, Inc |
| 193. | InterEnergy | 233. | Paypal |
| 194. | International Business-Government Counsellors, Inc. | 234. | PepsiCo |
| 195. | Invenergy | 235. | Peter Goudie Human Resources Consulting (PGHR) |
| 196. | Inversiones Bahía | 236. | Pricewaterhouse Coopers (PwC) |
| | | 237. | Procter & Gamble |
| | | 238. | Promigas |
| | | 239. | Prudential |

240. PSA Peugeot Citroën
241. Redondos
242. RELX Group
243. Renault
244. Rio Tinto
245. Royal Dutch Shell
246. RPC Consulting Group
247. S&P Global
248. Salesforce.com
249. Salog
250. SAP
251. Scania
252. Schweitzer Engineering Laboratories (SEL)
253. SeaLand
254. Sertrading
255. Siemens
256. Siemens Gamesa
257. Sociedad de Fomento Fabril (SOFOFA)
258. Sociedad Nacional de Minería (SONAMI)
259. Sociedad Nacional de Minería Petróleo y Energía (SNMPE)
260. Sociedad Portuaria de Cartagena
261. Softtek
262. Solar Dynamics
263. SolarCity
264. St. Kitts & Nevis Chamber of Industry & Commerce
265. St. Lucia Chamber of Commerce, Industry and Agriculture
266. St. Vincent & The Grenadines Chamber of Industry and Commerce
267. Standard & Poor's
268. Stefanini IT Solutions
269. Suriname Trade & Industry Association
270. Teka Capital
271. Telefónica
272. Terpel
273. Tesla
274. The Adecco Group
275. The AES Corporation
276. The Bahamas Chamber of Commerce and Employers Confederation (BCCEC)
277. The Coca-Cola Company
278. The Digit Group
279. The Dow Chemical Company
280. The Energy Chamber of T&T
281. The Private Sector Organization of Jamaica (PSOJ)
282. The TSL Group
283. Thermal Energy Partners
284. TNT
285. Tokai Ventures
286. Trade Facilitation Group
287. Transportes Universales SA (TUSA)
288. Trinidad & Tobago Chamber of Industry and Commerce
289. Trinidad & Tobago Manufacturers Association (TTMA)
290. U.S. Chamber of Commerce (USCC)
291. Uber
292. UBS
293. Unilever Latin America
294. Unión Costarricense de Cámaras y Asociaciones de la Empresa Privada (UCCAEP)
295. Unión Industrial Argentina (UIA)
296. UPS
297. Vale
298. Verizon
299. Vestas Wind Systems
300. Visa
301. Volkswagen
302. Walmart
303. Wasserman & Associates
304. WEG
305. Western Union
306. Xignux

ANEXO 2 - LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABD	Diálogo Empresarial das Américas
ADB	América Latina e Caribe
AEO	Fórum de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico
BIEC	Banco Interamericano de Desenvolvimento
COAC	Conselho Executivo interinstitucional de Fronteiras dos Estados Unidos
EC	Boas Práticas Regulatórias
EU	Comissão Europeia
FAO	Comitê Assessor das Operações Comerciais das Alfândegas dos Estados Unidos
FATF	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FCA	Autoridade de Conduta Financeira
FinTech	Fórum Econômico Mundial
GDP	Finanças e Tecnologia
GMO	Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro
GVC	Guichês Únicos de Comércio Exterior
ICT	Gigawatt-hora
IDB	Imposto sobre o Valor Agregado
IP	Curso Online Aberto
LAC	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MAS	Plataforma de Comércio Nacional
MOOC	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
MW	Operador Econômico Autorizado
NTP	Organização Mundial de Propriedade Intelectual
NQF	Organização das Nações Unidas
OECD	Proprietário Beneficiário Final
PPH	Propriedade Intelectual
PPP	Produto Interno Bruto
PROSUR	Procedimento Acelerado de Patentes
REFIT	Parceria Público-Privada
MSME	Sistema de Cooperação sobre Aspectos de Informação Operacional e Propriedade
UN	Industrial
VAT	Adequação e Eficácia da Regulamentação
WB	Tecnologia da Informação e Comunicação
WEF	Terawatt-hora
WIPO	União Europeia

NOTAS DE FIM DE TEXTO E REFERÊNCIAS

- ¹ CleanGovBiz – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (2013). Background brief: The rationale for fighting corruption. Disponível em <https://www.oecd.org/cleangovbiz/49693613.pdf>.
- ² Sumanjeet, R. (2015). Institutions, Transparency, and Economic Growth. *Emerging Economy Studies*. Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2394901515559272>.
- ³ Mauro, P. (1995). Corruption and Growth. *The Quarterly Journal of Economics*, 110 (3). Disponível em <https://eml.berkeley.edu/~saez/course131/Mauro95.pdf>.
- ⁴ Ver, por exemplo, De Rosa, D., Goooroochurn, N. e Gorg, H. Banco Mundial. (2010). Corruption and productivity: firm-level evidence from the BEEPS survey (English). Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/en/281701468251373866/Corruption-and-productivity-firm-level-evidence-from-the-BEEPS-survey>.
- ⁵ Fundo Monetário Internacional (FMI). (maio de 2016). IMF staff discussion note: Corruption: Costs and mitigating strategies. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2016/sdn1605.pdf>.
- ⁶ Suominen, K. Late. (2017). Accelerating digital trade in Latin America and the Caribbean. Disponível em http://late.online/en/wp-content/uploads/2017/03/Late_Study_Full_ENG.pdf.
- ⁷ Demirgüç-Kunt, A. e Klapper, L. Banco Mundial. (18 de maio de 2012). Latin America: Most still keep their money under the mattress. Disponível em <http://blogs.worldbank.org/latinamerica/latin-america-most-still-keep-their-money-under-the-mattress>.
- ⁸ Corbat, M. (25 de fevereiro de 2014). CEO Michael Corbat's Keynote at the Mobile World Congress. Apresentação no Congresso Mundial de Telefonia Móvel em Barcelona, Espanha. Disponível em <http://www.citigroup.com/citi/news/executive/140225Ea.htm>.
- ⁹ OCDE. (5 de março de 2013). Trade facilitation agreement would add billions to global economy, says OECD. Disponível em <http://www.oecd.org/trade/trade-facilitation-agreement-would-add-billions-to-global-economy-says-oecd.htm>.
- ¹⁰ OCDE. (junho de 2015). Implementation of the WTO Trade Facilitation Agreement: The Potential Impact on Trade Costs. Disponível em https://www.oecd.org/trade/WTO-TF-Implementation-Policy-Brief_EN_2015_06.pdf.
- ¹¹ Serebrisky, T. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (2014). Sustainable infrastructure for competitiveness and inclusive growth: IDB infrastructure strategy. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/6398>.
- ¹² Fórum Econômico Mundial (FEM). (s.d.). Electricity: generating value through digital transformation. Disponível em <http://reports.weforum.org/digital-transformation/electricity-generating-value-through-digital-transformation/>.
- ¹³ Instituto de Estatística da UNESCO. (março de 2017). Global investments in R&D. Disponível em <http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/fs42-global-investments-in-rd-2017-en.pdf>.
- ¹⁴ Dutta, S., Lanvin, B. e Wunsch-Vincent, S. (orgs.) (2017). The Global Innovation Index 2017: Innovation Feeding the World. Disponível em <https://www.globalinnovationindex.org/gii-2017-report>.
- ¹⁵ Ver, por exemplo, Lambsdorff, J. (2003). How Corruption Affects Productivity. *Kyklos*, 56(4). Disponível em <http://www.icgg.org/literature/Kyklos.pdf>.
- ¹⁶ Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. (setembro de 2013). Guidebook on anti-corruption in public procurement and the management of public finances: Good practices in ensuring compliance with article 9 of the United Nations Convention against Corruption. Disponível em https://www.unodc.org/documents/corruption/Publications/2013/Guidebook_on_anti-corruption_in_public_procurement_and_the_management_of_public_finances.pdf.
- ¹⁷ Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. (setembro de 2013). Guidebook on anti-corruption in public procurement and the management of public finances: Good practices in ensuring compliance with article 9 of the United Nations Convention against Corruption. Disponível em https://www.unodc.org/documents/corruption/Publications/2013/Guidebook_on_anti-corruption_in_public_procurement_and_the_management_of_public_finances.pdf.
- ¹⁸ CleanGovBiz – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (2013). Background brief: The rationale for fighting corruption. Disponível em <https://www.oecd.org/cleangovbiz/49693613.pdf>.
- ¹⁹ Suominen, K. Late. (2017). Accelerating digital trade in Latin America and the Caribbean. Disponível em http://late.online/en/wp-content/uploads/2017/03/Late_Study_Full_ENG.pdf.
- ²⁰ Demirgüç-Kunt, A. e Klapper, L. Banco Mundial. (18 de maio de 2012). Latin America: Most still keep their money under the mattress. Disponível em <http://blogs.worldbank.org/latinamerica/latin-america-most-still-keep-their-money-under-the-mattress>.
- ²¹ McKinsey Global Institute. (setembro de 2016). Digital finance for all: Powering inclusive growth in emerging economies. Disponível em <https://www.mckinsey.com/~media/McKinsey/Global%20Themes/Employment%20and%20Growth/How%20digital%20finance%20could%20boost%20growth%20in%20emerging%20economies/MG-Digital-Finance-For-All-Full-report-September-2016.ashx>.
- ²² McKinsey Global Institute. (setembro de 2016). Digital finance for all: Powering inclusive growth in emerging economies. Disponível em <https://www.mckinsey.com/~media/McKinsey/Global%20Themes/Employment%20and%20Growth/How%20digital%20finance%20could%20boost%20growth%20in%20emerging%20economies/MG-Digital-Finance-For-All-Full-report-September-2016.ashx..>
- ²³ Suominen, K. Late. (2017). Accelerating digital trade in Latin America and the Caribbean. Disponível em http://late.online/en/wp-content/uploads/2017/03/Late_Study_Full_ENG.pdf.
- ²⁴ Suominen, K. Late. (2017). Accelerating digital trade in Latin America and the Caribbean. Disponível em <http://late.online/en/>

wp-content/uploads/2017/03/Late_Study_Full_ENG.pdf.

²⁵ Serebrisky, T., Suárez-Alemán, A., Margot, D. e Ramirez, M.C. BID. (novembro de 2015). Financing infrastructure in Latin America and the Caribbean: How, how much and by whom?. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18235/0000212#sthash.sccdoOZl.dpuf>.

²⁶ Serebrisky, T., Suárez-Alemán, A., Margot, D. e Ramirez, M.C. BID. (novembro de 2015). Financing infrastructure in Latin America and the Caribbean: How, how much and by whom?. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18235/0000212#sthash.sccdoOZl.dpuf>.

²⁷ Volpe Martincus, C. BID. (dezembro de 2016). Out of the border labyrinth: an assessment of trade facilitation initiatives in Latin America and the Caribbean. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18235/0000548>.

²⁸ Masson, M., Priester, M. e Walter, M. BID. (dezembro de 2013). Incentivizing clean technology in the mining sector in Latin America and the Caribbean: The role of public mining institutions. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/6018>.

²⁹ Vieyra, J.C. e Masson, M. BID. (outubro de 2014). Transparent governance in an age of abundance. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/6681>.

³⁰ Agência Internacional de Energia. (s.d.) Monthly oil data service. Disponível em <https://www.iea.org/statistics/mods/>.

³¹ Vieyra, J.C. e Masson, M. BID. (outubro de 2014). Transparent governance in an age of abundance. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/6681>.

³² Balza, L., Espinasa, R. e Serebrisky, T. BID. (janeiro de 2016). Lights on: Energy needs in Latin America and the Caribbean to 2040. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/7361>.

³³ Paredes, J.R. BID. (dezembro de 2017). La red del futuro: Desarrollo de una red eléctrica limpia y sostenible para América Latina. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18235/0000937>.

³⁴ FEM. (s.d.) Electricity: generating value through digital transformation. Disponível em <http://reports.weforum.org/digital-transformation/electricity-generating-value-through-digital-transformation/>.

³⁵ Bruinsma, J. e Alexandratos, N. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). (2012). World agriculture towards 2030/2050: the 2012 revision. ESA Working Paper No.12-03. Disponível em <http://www.fao.org/docrep/016/ap106e/ap106e.pdf>.

³⁶ Truitt Nakata, G. e Zeigler, M. BID. (abril de 2014). The next global breadbasket: how Latin America can feed the world: A call to action for addressing challenges and developing solutions. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/6436>.

³⁷ Instituto de Estatística da UNESCO. (março de 2017). Global investments in R&D. Disponível em <http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/fs42-global-investments-in-rd-2017-en.pdf>.

³⁸ Sanguinetti, P. FEM e Project Syndicate. (20 de dezembro de 2016). Skilling up: human capital and Latin America. Disponível em <https://www.weforum.org/agenda/2016/12/skilling-up-human-capital-and-latin-america>.

³⁹ Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro. (outubro de 2014). Transparency and beneficial ownership. Disponível em <http://www.fatf-gafi.org/media/fatf/documents/reports/Guidance-transparency-beneficial-ownership.pdf>.

⁴⁰ Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro. (outubro de 2014). Transparency and beneficial ownership. Disponível em <http://www.fatf-gafi.org/media/fatf/documents/reports/Guidance-transparency-beneficial-ownership.pdf>.

⁴¹ Comunicado dos Líderes do G-20, Cúpula de Brisbane (novembro de 2014). G20 high-level principles on beneficial ownership transparency. Disponível em https://star.worldbank.org/star/sites/star/files/g20_high-level_principles_beneficial_ownership_transparency.pdf.

⁴² Grupo Multitemático do B-20 sobre Conduta Empresarial Responsável e Anticorrupção. (março de 2017). Promoting integrity by creating opportunities for responsible businesses. Disponível em https://www.b20germany.org/fileadmin/user_upload/documents/B20/b20-ctg-rbac-policy-paper.pdf.

⁴³ Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro (FATF). (outubro de 2014). Transparency and beneficial ownership. Disponível em <http://www.fatf-gafi.org/media/fatf/documents/reports/Guidance-transparency-beneficial-ownership.pdf>.

⁴⁴ Knobel, A. BID. (novembro de 2017). Regulation of Beneficial Ownership in Latin America and the Caribbean. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/8646>.

⁴⁵ Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. (setembro de 2013). Guidebook on anti-corruption in public procurement and the management of public finances: Good practices in ensuring compliance with article 9 of the United Nations Convention against Corruption. Disponível em https://www.unodc.org/documents/corruption/Publications/2013/Guidebook_on_anti-corruption_in_public_procurement_and_the_management_of_public_finances.pdf.

⁴⁶ Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. (setembro de 2013). Guidebook on anti-corruption in public procurement and the management of public finances: Good practices in ensuring compliance with article 9 of the United Nations Convention against Corruption. Disponível em https://www.unodc.org/documents/corruption/Publications/2013/Guidebook_on_anti-corruption_in_public_procurement_and_the_management_of_public_finances.pdf.

⁴⁷ OCDE. (24 de março de 2009). OECD principles for integrity in public procurement. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1787/9789264056527-en>.

⁴⁸ OCDE. (2 de dezembro de 2014). OECD foreign bribery report: an analysis of the crime of bribery of foreign public officials. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1787/9789264226616-en>.

⁴⁹ OCDE. (25 de outubro de 2011). Regulatory policy and governance: supporting economic growth and serving the public interest. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1787/9789264116573-en>.

⁵⁰ OCDE. (27 de setembro de 2010). Cutting red tape – why is administrative simplification so complicated? Looking Beyond 2010. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1787/9789264089754-en>.

⁵¹ Bielen, S., Marneffe, W., Poel, K., van Aarle, B. e Vereeck, L. (2014). Administrative simplification and economic growth: a cross country empirical study. Journal of Business Administration Research, 3. Disponível em <http://dx.doi.org/10.5430/jbar.v3n1p45>.

⁵² Comissão Europeia. (s.d.). REFIT – making EU law simpler and less costly. Disponível em https://ec.europa.eu/info/law/law-making-process/evaluating-and-improving-existing-laws/refit-making-eu-law-simpler-and-less-costly_en.

- ⁵³ Comissão Europeia. (24 de julho de 2014). Final report of the high level group: cutting red tape in Europe – legacy and outlook. Disponível em https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/final-report-of-the-high-level-group_july2014_en.pdf.
- ⁵⁴ Farias, P. e Zárate Moreno, A.M. (30 de novembro de 2017). ¿Regulaciones inteligentes o burocracia? El gran desafío de la región. Disponível em <https://blogs.iadb.org/gobernarte/2017/11/30/regulaciones-inteligentes-o-burocracia-el-gran-desafio-de-la-region/>.
- ⁵⁵ Farias, P., Goldsmith, S., Flumian, M., Mendoza, G., Wiseman, J., Porrúa, M. e Zanabria, G. (dezembro de 2016) Governments that serve: Innovations that improve service delivery to citizens. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18235/0000537>.
- ⁵⁶ Dassen, N., Vieyra, J.C., Molina, E., Ramírez Alujas, Á.V., Díaz Frers, L., Elena, S. e Riaño, J. BID. (outubro de 2012). Open government and targeted transparency: trends and challenges for Latin America and the Caribbean. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/3198?locale-attribute=en>.
- ⁵⁷ OCDE e BID. (6 de dezembro de 2016). Government at a glance: Latin America and the Caribbean 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1787/9789264265554-en>.
- ⁵⁸ Ver Open Data Charter. (s.d.). Home. Disponível em <https://opendatacharter.net/>.
- ⁵⁹ GovLab. (s.d.). Disponível em <http://www.thegovlab.org/>.
- ⁶⁰ Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. (setembro de 2013). Guidebook on anti-corruption in public procurement and the management of public finances: Good practices in ensuring compliance with article 9 of the United Nations Convention against Corruption. Disponível em https://www.unodc.org/documents/corruption/Publications/2013/Guidebook_on_anti-corruption_in_public_procurement_and_the_management_of_public_finances.pdf.
- ⁶¹ OCDE. (30 de novembro de 2015). G20/OECD Principles of Corporate Governance. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1787/9789264236882-en>.
- ⁶² OCDE. (30 de novembro de 2015). G20/OECD Principles of Corporate Governance. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1787/9789264236882-en>.
- ⁶³ OCDE. (setembro de 2015). G20/OECD Principles of Corporate Governance. Disponível em <https://www.oecd.org/daf/ca/Corporate-Governance-Principles-ENG.pdf>.
- ⁶⁴ APEC Medical Device Industry Associations. (2017). 2017 Report on code of ethics implementation. Disponível em <http://www.mcprinciples.org/CMFiles/Resources%202015/2017ReportDevices.pdf>.
- ⁶⁵ APEC Medical Device Industry Associations. (2017). 2017 Report on code of ethics implementation. Disponível em <http://www.mcprinciples.org/CMFiles/Resources%202015/2017ReportDevices.pdf>.
- ⁶⁶ APEC. (maio de 2011). The Kuala Lumpur principles of medical device sector codes of ethics. Disponível em http://mddb.apec.org/documents/2011/MM/SMEMM/11_smemm_009.pdf.
- ⁶⁷ APEC Biopharmaceutical Industry Associations. (2017). 2017 Report on code of ethics implementation. Disponível em <http://mcprinciples.org/CMFiles/Resources%202015/2017ReportBiopharm.pdf>.
- ⁶⁸ APEC Biopharmaceutical Industry Associations. (2017). 2017 Report on code of ethics implementation. Disponível em <http://mcprinciples.org/CMFiles/Resources%202015/2017ReportBiopharm.pdf>.
- ⁶⁹ APEC Biopharmaceutical Industry Associations. (2017). 2017 Report on code of ethics implementation. Disponível em <http://mcprinciples.org/CMFiles/Resources%202015/2017ReportBiopharm.pdf>.
- ⁷⁰ APEC Biopharmaceutical Industry Associations. (2017). 2017 Report on code of ethics implementation. Disponível em <http://mcprinciples.org/CMFiles/Resources%202015/2017ReportBiopharm.pdf>.
- ⁷¹ APEC Medical Device Industry Associations. (2017). 2017 Report on code of ethics implementation. Disponível em <http://www.mcprinciples.org/CMFiles/Resources%202015/2017ReportDevices.pdf>.
- ⁷² APEC Biopharmaceutical Industry Associations. (2017). 2017 Report on code of ethics implementation. Disponível em <http://mcprinciples.org/CMFiles/Resources%202015/2017ReportBiopharm.pdf>.
- ⁷³ APEC Medical Device Industry Associations. (2017). 2017 Report on code of ethics implementation. Disponível em <http://www.mcprinciples.org/CMFiles/Resources%202015/2017ReportDevices.pdf>.
- ⁷⁴ APEC Biopharmaceutical Industry Associations. (2017). 2017 Report on code of ethics implementation. Disponível em <http://mcprinciples.org/CMFiles/Resources%202015/2017ReportBiopharm.pdf>.
- ⁷⁵ APEC Medical Device Industry Associations. (2017). 2017 Report on code of ethics implementation. Disponível em <http://www.mcprinciples.org/CMFiles/Resources%202015/2017ReportDevices.pdf>.
- ⁷⁶ van Oranje, M. e Parham, H. (2009). Publishing what we learned: An assessment of the publish what you pay coalition. Disponível em <https://eiti.org/sites/default/files/documents/Publishing%20What%20We%20Learned.pdf>.
- ⁷⁷ van Oranje, M. e Parham, H. (2009). Publishing what we learned: An assessment of the publish what you pay coalition. Disponível em <https://eiti.org/sites/default/files/documents/Publishing%20What%20We%20Learned.pdf>.
- ⁷⁸ Vieyra, J.C. e Masson, M. BID. (outubro de 2014). Transparent governance in an age of abundance. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/6681>.
- ⁷⁹ Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas (EITI). (novembro de 2017). Factsheet. Disponível em https://eiti.org/sites/default/files/documents/eiti_factsheet_en_nov2017.pdf.
- ⁸⁰ Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas (EITI). Countries. Disponível em <https://eiti.org/countries>.
- ⁸¹ BID. (s.d.). Conoce que es Mapa Regalías. Disponível em <http://maparegalias.sgr.gov.co/#/>.
- ⁸² Moreno, L.A. FEM. (14 de dezembro de 2017). How tech can fight corruption in Latin America and the Caribbean. Disponível em <https://www.weforum.org/agenda/2017/12/how-technology-is-becoming-a-powerful-ally-in-the-fight-against-corruption-in-latin-america-and-the-caribbean>.
- ⁸³ Arisi, D., Cortés, A. e Vieyra, J.C. BID. (novembro de 2017). Colombia 2030: Mejorando la gestión del sector minero energético. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.18235/0000910>.
- ⁸⁴ BID. (s.d.). Countries that will implement the investment map in 2017. Disponível em <https://www.iadb.org/en/investmentmap>.

- ⁸⁵ BID. (s.d.). Countries that will implement the investment map in 2017. Disponível em <https://www.iadb.org/en/investmentmap>.
- ⁸⁶ Lafuente, M. (13 de julho de 2017). Reconstrucción con transparencia: la oportunidad para que Perú pueda reconstruir su infraestructura sin corrupción. Disponível em <https://blogs.iadb.org/gobernarte/2017/07/13/reconstruccion-transparencia-la-oportunidad-peru-pueda-reconstruir-infraestructura-sin-corrupcion/>.
- ⁸⁷ Redacción EC. (9 de junho de 2017). Estas son las claves de la reconstrucción con cambios. El Comercio. Disponível em <https://elcomercio.pe/peru/son-claves-reconstruccion-cambios-noticia-456272>.
- ⁸⁸ Fundo Monetário Internacional (FMI). (maio de 2016). Corruption: Costs and mitigating strategies. Disponível em http://www.imf.org/~media/websites/imf/imported-full-text-pdf/external/pubs/ft/sdn/2016/_sdn1605.ashx.
- ⁸⁹ Banco Mundial. (31 de outubro de 2017). Doing business 2018: Reforming to create jobs. Disponível em <http://www.doingbusiness.org/reports/global-reports/doing-business-2018>.
- ⁹⁰ Banco Mundial. (31 de outubro de 2017). Doing business 2018: Reforming to create jobs. Disponível em <http://www.doingbusiness.org/reports/global-reports/doing-business-2018>.
- ⁹¹ Lista de boas práticas regulatórias adaptada de: US Chamber of Commerce. (2017). The Bridge to cooperation: Good regulatory design. Disponível em https://www.uschamber.com/sites/default/files/good_regulatory_design_paper_-_4-24-2017_-_final.pdf.
- ⁹² LEED. (2018). Better buildings are our legacy. Disponível em <https://new.usgbc.org/leed>.
- ⁹³ LEED. (2018). What is LEED?. Disponível em <https://www.usgbc.org/help/what-leed>.
- ⁹⁴ Banco Mundial. (31 de outubro de 2017). Doing business 2018: Reforming to create jobs. Disponível em <http://www.doingbusiness.org/reports/global-reports/doing-business-2018>.
- ⁹⁵ Garrido, M., Koepke, L, Mena, A. F. e Macapagal, M. (2016). The Advancing MOOCs for Development Initiative: An examination of MOOC usage for professional workforce development outcomes in Colombia, the Philippines, & South Africa. Disponível em <https://www.irex.org/sites/default/files/node/resource/examination-mooc-usage-professional-workforce-development-outcomes-.pdf>.
- ⁹⁶ Suominen, K. Late. (2017). Accelerating digital trade in Latin America and the Caribbean. Disponível em http://late.online/en/wp-content/uploads/2017/03/Late_Study_Full_ENG.pdf.
- ⁹⁷ McKinsey Global Institute. (setembro de 2016). Digital finance for all: Powering inclusive growth in emerging economies. Disponível em <https://www.mckinsey.com/~media/McKinsey/Global%20Themes/Employment%20and%20Growth/How%20digital%20finance%20could%20boost%20growth%20in%20emerging%20economies/MG-Digital-Finance-For-All-Full-report-September-2016.ashx>.
- ⁹⁸ McKinsey Global Institute. (setembro de 2016). Digital finance for all: Powering inclusive growth in emerging economies. Disponível em <https://www.mckinsey.com/~media/McKinsey/Global%20Themes/Employment%20and%20Growth/How%20digital%20finance%20could%20boost%20growth%20in%20emerging%20economies/MG-Digital-Finance-For-All-Full-report-September-2016.ashx>.
- ⁹⁹ William Janis, W. e Shah, R. Better Than Cash Alliance (BTCA). (setembro de 2016). Accelerators to an inclusive digital payments ecosystem. Disponível em https://btca-prod.s3.amazonaws.com/documents/238/english_attachments/BTC_Accelerator_Report.pdf?1474430605.
- ¹⁰⁰ Suominen, K. Late. (2017). Accelerating digital trade in Latin America and the Caribbean. Disponível em http://late.online/en/wp-content/uploads/2017/03/Late_Study_Full_ENG.pdf.
- ¹⁰¹ eBay. (outubro de 2013). Commerce 3.0 for development: The promise of the global empowerment network. Disponível em https://www.ebaymainstreet.com/sites/default/files/eBay_Commerce-3-for-Development.pdf.
- ¹⁰² Suominen, K. International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD). (julho de 2017). Fueling trade in the digital era: Policy roadmap for developing countries. Disponível em https://www.ictsd.org/sites/default/files/research/suominen_fuelling_trade_in_the_digital_era_0.pdf.
- ¹⁰³ Suominen, K. Late. (2017). Accelerating digital trade in Latin America and the Caribbean. Disponível em http://late.online/en/wp-content/uploads/2017/03/Late_Study_Full_ENG.pdf.
- ¹⁰⁴ Suominen, K. Late. (2017). Accelerating digital trade in Latin America and the Caribbean. Disponível em http://late.online/en/wp-content/uploads/2017/03/Late_Study_Full_ENG.pdf.
- ¹⁰⁵ KPMG. (outubro de 2017). Value of Fintech. Disponível em <https://new.innovatefinance.com/wp-content/uploads/2017/11/value-of-fintech.pdf>.
- ¹⁰⁶ Her Majesty's Treasury e Baldwin, Harriet MP. (11 de maio de 2016). First ever FinTech bridge established between Britain and Singapore. Disponível em https://www.gov.uk/government/news/first-ever-fintech-bridge-established-between-britain-and-singapore?utm_content=buffera7f8a&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer&utm_term=BII%20List%20Fintech%20ALL.
- ¹⁰⁷ Serebrisky, T. BID. (2014). Sustainable infrastructure for competitiveness and inclusive growth. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/6398>.
- ¹⁰⁸ Serebrisky, T. BID. (2014). Sustainable infrastructure for competitiveness and inclusive growth. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/6398>.
- ¹⁰⁹ BID. (2015). Urban Dashboard. Disponível em <http://www.urbandashboard.org/iadb/index.html>.
- ¹¹⁰ Beckers, F. e Stegemann, U. McKinsey & Company. (novembro de 2013). A risk-management approach to a successful infrastructure project. Disponível em <https://www.mckinsey.com/industries/capital-projects-and-infrastructure/our-insights/a-risk-management-approach-to-a-successful-infrastructure-project#>.
- ¹¹¹ Serebrisky, T., Suárez-Alemán, A., Margot, D. e Ramirez, M.C. BID. (novembro de 2015). Financing infrastructure in Latin America and the Caribbean: How, how much and by whom?. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18235/0000212#sthash.sccdoOZl.dpuf>.
- ¹¹² Georgoulas, A., Meller, H., Mueller, S., Ramirez, M.C., Serebrisky, T. e Watkins, G.G. (setembro de 2017). Lessons from four decades of infrastructure project-related conflicts in Latin America and the Caribbean. Disponível em <http://dx.doi>.

org/10.18235/0000803.

¹¹³ Sustainable Infrastructure Foundation (SIF). (2017). About SOURCE. Disponível em <https://public.sif-source.org/about/about-source/>.

¹¹⁴ SIF. (2017). SOURCE Home Page. Disponível em <https://public.sif-source.org/>.

¹¹⁵ SIF. (s.d.). Innovating in the digital age to change the way infrastructure is developed. Disponível em <https://public.sif-source.org/wp-content/uploads/2018/01/INTRODUCTION-TO-SOURCE.pdf>.

¹¹⁶ Volpe Martincus, C. BID. (dezembro de 2016). Out of the border labyrinth: an assessment of trade facilitation initiatives in Latin America and the Caribbean. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18235/0000548>.

¹¹⁷ Volpe Martincus, C. BID. (dezembro de 2016). Out of the border labyrinth: an assessment of trade facilitation initiatives in Latin America and the Caribbean. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18235/0000548>.

¹¹⁸ Volpe Martincus, C. BID. (dezembro de 2016). Out of the border labyrinth: an assessment of trade facilitation initiatives in Latin America and the Caribbean. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18235/0000548>.

¹¹⁹ Volpe Martincus, C. BID. (dezembro de 2016). Out of the border labyrinth: an assessment of trade facilitation initiatives in Latin America and the Caribbean. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18235/0000548>.

¹²⁰ Bhunia, P. OpenGov. (6 de dezembro de 2017). What is Singapore's new national trade platform. Disponível em <https://www.opengovasia.com/articles/7802-what-is-singapores-new-national-trade-platform>.

¹²¹ Bhunia, P. OpenGov. (6 de dezembro de 2017). What is Singapore's new national trade platform. Disponível em <https://www.opengovasia.com/articles/7802-what-is-singapores-new-national-trade-platform> (estimativas convertidas de dólares de Singapura).

¹²² Secretaria de Tecnologia do Governo de Singapura. (s.d.) Fact sheet: National trade platform. Disponível em https://www.tech.gov.sg/-/media/GovTech/Media-Room/Media-Releases/2016/1007_Newly-launched-GovTech/4-National-Trade-Platform-Factsheet.pdf.

¹²³ Bhunia, P. OpenGov. (6 de dezembro de 2017). What is Singapore's new national trade platform. Disponível em <https://www.opengovasia.com/articles/7802-what-is-singapores-new-national-trade-platform>.

¹²⁴ Volpe Martincus, C. BID. (dezembro de 2016). Out of the border labyrinth: an assessment of trade facilitation initiatives in Latin America and the Caribbean. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18235/0000548>.

¹²⁵ OCDE. (16 de novembro de 2012). New SME policies needed to boost Latin America's growth, says OECD and ECLAC. Disponível em <http://www.oecd.org/economy/newsmepoliciesneededtoboostlatinamericagrowthsayoecdand eclac.htm>.

¹²⁶ Evdokia M. e Sorescu, S. OCDE. (4 de março de 2014). Trade facilitation indicators: The potential impact of trade facilitation on developing countries' trade. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1787/5k4bw6kg6ws2-en>.

¹²⁷ Nord Pool. (s.d.). The power market. Disponível em <https://www.nordpoolgroup.com/the-power-market/>.

¹²⁸ Echevarría, C., Jesurun-Clements, N., Mercado Díaz e J.E., Trujillo, C. BID. (abril de 2017). Integración eléctrica centroamericana: Génesis, beneficios y prospectiva del Proyecto SIEPAC: Sistema de Interconexión Eléctrica de los Países de América Central. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18235/0000667>.

¹²⁹ Echevarría, C., Jesurun-Clements, N., Mercado Díaz e J.E., Trujillo, C. BID. (abril de 2017). Integración eléctrica centroamericana: Génesis, beneficios y prospectiva del Proyecto SIEPAC: Sistema de Interconexión Eléctrica de los Países de América Central. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18235/0000667>.

¹³⁰ Paredes, J.R. BID. (dezembro de 2017). La red del futuro: Desarrollo de una red eléctrica limpia y sostenible para América Latina. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18235/0000937>.

¹³¹ Paredes, J.R. BID. (dezembro de 2017). La red del futuro: Desarrollo de una red eléctrica limpia y sostenible para América Latina. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18235/0000937>.

¹³² Paredes, J.R. BID. (dezembro de 2017). La red del futuro: Desarrollo de una red eléctrica limpia y sostenible para América Latina. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18235/0000937>.

¹³³ Balza, L., Espinasa, R. e Serebrisky, T. BID. (janeiro de 2016). Lights on: Energy needs in Latin America and the Caribbean to 2040. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/7361>.

¹³⁴ Viscidi, L., Sucre, C. e Karst, S. The Inter-American Dialogue e BID. (setembro de 2015). Natural gas market outlook: How Latin America and the Caribbean can benefit from the US shale boom. Disponível em <https://www.thedialogue.org/wp-content/uploads/2015/09/Natural-Gas-Market-Outlook.pdf>.

¹³⁵ Viscidi, L., Sucre, C. e Karst, S. The Inter-American Dialogue e BID. (setembro de 2015). Natural gas market outlook: How Latin America and the Caribbean can benefit from the US shale boom. Disponível em <https://www.thedialogue.org/wp-content/uploads/2015/09/Natural-Gas-Market-Outlook.pdf>.

¹³⁶ Paredes, J.R. BID. (dezembro de 2017). La red del futuro: Desarrollo de una red eléctrica limpia y sostenible para América Latina. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18235/0000937>.

¹³⁷ Majano, A.M. BID. (novembro de 2014). Study on the development of the renewable energy market in Latin America and the Caribbean. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/6711>.

¹³⁸ Balza, L., Espinasa, R. e Serebrisky, T. BID. (janeiro de 2016). Lights on: Energy needs in Latin America and the Caribbean to 2040. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/7361>.

¹³⁹ Balza, L., Espinasa, R. e Serebrisky, T. BID. (janeiro de 2016). Lights on: Energy needs in Latin America and the Caribbean to 2040. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/7361>.

¹⁴⁰ Majano, A.M. BID. (novembro de 2014). Study on the development of the renewable energy market in Latin America and the Caribbean. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/6711>.

¹⁴¹ Borges da Silva, L.E., Haddad, J., Horta Nogueira, L.A. e Lambert-Torres, G. (junho de 2015). BID. Energy efficiency for low carbon and green growth in Brazil. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/7102>.

¹⁴² FEM. (s.d.) Electricity: generating value through digital transformation. Disponível em <http://reports.weforum.org/digital->

transformation/electricity-generating-value-through-digital-transformation/.

¹⁴³ FEM. (s.d.) Electricity: generating value through digital transformation. Disponível em <http://reports.weforum.org/digital-transformation/electricity-generating-value-through-digital-transformation/>.

¹⁴⁴ Vieyra, J.C. e Masson, M. BID. (outubro de 2014). Transparent governance in an age of abundance. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/6681>.

¹⁴⁵ Agência Internacional de Energia. (s.d.) Monthly oil data service. Disponível em <https://www.iea.org/statistics/mods/>.

¹⁴⁶ Vieyra, J.C. e Masson, M. BID. (outubro de 2014). Transparent governance in an age of abundance. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/6681>.

¹⁴⁷ Masson, M., Priester, M. e Walter, M. BID. (dezembro de 2013). Incentivizing clean technology in the mining sector in Latin America and the Caribbean: The role of public mining institutions. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/6018>.

¹⁴⁸ Daniel, F. e Davis, R. Harvard Kennedy School, Corporate Social Responsibility (CSR) Initiative. (2014). Costs of company-community conflict in the extractive sector. Disponível em https://sites.hks.harvard.edu/m-rcbg/CSRI/research/Costs%20of%20Conflict_Davis%20%20Franks.pdf.

¹⁴⁹ Vieyra, J.C. e Masson, M. BID. (outubro de 2014). Transparent governance in an age of abundance. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/6681>.

¹⁵⁰ Daniel, F., e Davis, R. Harvard Kennedy School, Corporate Social Responsibility (CSR) Initiative. (2014). Costs of company-community conflict in the extractive sector. Disponível em https://sites.hks.harvard.edu/m-rcbg/CSRI/research/Costs%20of%20Conflict_Davis%20%20Franks.pdf.

¹⁵¹ Fraser, J. (2017). Peru Water Project: Cerro Verde Case Study — Mining-Community Partnership to Advance Progress on Sustainable Development Goal 6 (Access to Clean Water and Sanitation). Disponível em <http://cirdi.ca/wp-content/uploads/2017/09/Cerro-Verde-Case-Study-.pdf>.

¹⁵² Share America. (21 de dezembro de 2016). This Peruvian mine produces clean water for Arequipa. Disponível em <https://share.america.gov/peruvian-copper-mine-also-produces-clean-water/>.

¹⁵³ Fraser, J. (2017). Peru Water Project: Cerro Verde Case Study — Mining-Community Partnership to Advance Progress on Sustainable Development Goal 6 (Access to Clean Water and Sanitation). Disponível em <http://cirdi.ca/wp-content/uploads/2017/09/Cerro-Verde-Case-Study-.pdf>.

¹⁵⁴ Departamento de Estado dos Estados Unidos. (8 de dezembro de 2016). Winners for the 2016 Secretary of State's Award for Corporate Excellence. Disponível em <https://2009-2017.state.gov/r/pa/prs/ps/2016/12/264982.htm>.

¹⁵⁵ Bruinsma, J. e Alexandratos, N. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). (2012). World agriculture towards 2030/2050: the 2012 revision. ESA Working Paper No.12-03. Disponível em <http://www.fao.org/docrep/016/ap106e/ap106e.pdf>.

¹⁵⁶ Bruinsma, J. e Alexandratos, N. FAO. (2012). World agriculture towards 2030/2050: the 2012 revision. ESA Working Paper No.12-03. Disponível em <http://www.fao.org/docrep/016/ap106e/ap106e.pdf>.

¹⁵⁷ Truitt Nakata, G. e Zeigler, M. BID. (abril de 2014). The next global breadbasket: how Latin America can feed the world: A call to action for addressing challenges and developing solutions. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/6436>.

¹⁵⁸ Truitt Nakata, G. e Zeigler, M. BID. (abril de 2014). The next global breadbasket: how Latin America can feed the world: A call to action for addressing challenges and developing solutions. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/6436>.

¹⁵⁹ Truitt Nakata, G. e Zeigler, M. BID. (abril de 2014). The next global breadbasket: how Latin America can feed the world: A call to action for addressing challenges and developing solutions. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/6436>.

¹⁶⁰ Truitt Nakata, G. e Zeigler, M. BID. (abril de 2014). The next global breadbasket: how Latin America can feed the world: A call to action for addressing challenges and developing solutions. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/6436>.

¹⁶¹ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). (s.d.) Key facts on food loss and waste you should know!. Disponível em <http://www.fao.org/save-food/resources/keyfindings/en/>.

¹⁶² Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). (agosto de 2012). Portfolio performance report: Latin American and Caribbean division annual review 2011-2012. Disponível em <https://www.ifad.org/documents/10180/a16b850a-56b8-4a3a-8843-852a7e56d85e>.

¹⁶³ Arráiz, I., Calero, C., Jin, S. e Peralta, A. BID. (agosto de 2015). Planting the seeds: The impact of training on mango producers in Haiti. Working Paper. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/7184>.

¹⁶⁴ Arráiz, I., Calero, C., Jin, S. e Peralta, A. BID. (agosto de 2015). Planting the seeds: The impact of training on mango producers in Haiti. Working Paper. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/7184>.

¹⁶⁵ Arráiz, I., Calero, C., Jin, S. e Peralta, A. BID. (agosto de 2015). Planting the seeds: The impact of training on mango producers in Haiti. Working Paper. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/7184>.

¹⁶⁶ TechnoServe. (s.d.) The Haiti Hope Project. Disponível em <http://www.technoserve.org/our-work/projects/the-haiti-hope-project>.

¹⁶⁷ TechnoServe. (s.d.) The Haiti Hope Project. Disponível em <http://www.technoserve.org/our-work/projects/the-haiti-hope-project>.

¹⁶⁸ Arráiz, I., Calero, C., Jin, S. e Peralta, A. BID. (agosto de 2015). Planting the seeds: The impact of training on mango producers in Haiti. Working Paper. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/7184>.


¹⁶⁹ Truitt Nakata, G. e Zeigler, M. BID. (abril de 2014). The next global breadbasket: how Latin America can feed the world: A call to action for addressing challenges and developing solutions. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/6436>.

¹⁷⁰ Truitt Nakata, G. e Zeigler, M. BID. (abril de 2014). The next global breadbasket: how Latin America can feed the world: A call to action for addressing challenges and developing solutions. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/6436>.

- ¹⁷¹ The Innovation Policy Platform. (s.d.). IP and innovation in agriculture. Disponível em <https://www.innovationpolicyplatform.org/content/ip-and-innovation-agriculture>.
- ¹⁷² WEF e Deloitte. (janeiro de 2015). Bridging the skills and innovation gap to boost productivity in Latin America, The Competitiveness Lab: A World Economic Forum initiative. Disponível em http://www3.weforum.org/docs/WEF_Competitiveness_Lab_Latin_America_15.pdf.
- ¹⁷³ Crespi, G., Navarro, J.C. e Zuñiga, P. BID. (2010). Science, technology, and innovation in Latin America and the Caribbean: A statistical compendium of indicators. Disponível em <https://publications.iadb.org/handle/11319/3393?locale-attribute=en>.
- ¹⁷⁴ Escritório de Patentes e Marcas dos Estados Unidos. (s.d.). Patent Prosecution Highway (PPH) – Fast track examination of applications. Disponível em <https://www.uspto.gov/patents-getting-started/international-protection/patent-prosecution-highway-pph-fast-track>.
- ¹⁷⁵ Superintendência de Indústria e Comércio, Governo da Colômbia. (s.d.) Superintendencia de Industria y Comercio, la séptima Oficina de Patentes más ágil del mundo. Disponível em <http://www.sic.gov.co/node/6523>.
- ¹⁷⁶ Superintendência de Indústria e Comércio, Governo da Colômbia. (s.d.) Brasil se adhiere al Acuerdo del Procedimiento Acelerado de Patentes (PPH) del PROSUR. Disponível em <http://www.sic.gov.co/noticias/brasil-se-adhiere-al-acuerdo-del-procedimiento-acelerado-de-patentes-del-prosur>
- ¹⁷⁷ Sanguinetti, P. FEM e Project Syndicate. (20 de dezembro de 2016). Skilling up: human capital and Latin America. Disponível em <https://www.weforum.org/agenda/2016/12/skilling-up-human-capital-and-latin-america>.
- ¹⁷⁸ Sanguinetti, P. FEM e Project Syndicate. (20 de dezembro de 2016). Skilling up: human capital and Latin America. Disponível em <https://www.weforum.org/agenda/2016/12/skilling-up-human-capital-and-latin-america>.
- ¹⁷⁹ FEM. (13 de setembro de 2017). The global human capital report 2017. Disponível em <https://www.weforum.org/reports/the-global-human-capital-report-2017>.
- ¹⁸⁰ BID. (s.d.) BH-L1037: Skills for current and future jobs in the Bahamas. Disponível em <https://www.iadb.org/en/project/BH-L1037>.
- ¹⁸¹ BID. (s.d.) BH-L1037: Skills for current and future jobs in the Bahamas. Disponível em <https://www.iadb.org/en/project/BH-L1037>.
- ¹⁸² OCDE. (2013). New sources of growth: Knowledge-based capital. Disponível em <https://www.oecd.org/sti/inno/knowledge-based-capital-synthesis.pdf>.
- ¹⁸³ Transparência Internacional. (2013). Global corruption report: Education. Disponível em https://www.transparency.org/gcr_education.
- ¹⁸⁴ Verhulst, S. e Young, A. Open Data. (janeiro de 2016). Mexico's Mejora Tu Escuela: Empowering citizens to make data-driven decisions about education. Disponível em <http://odimpact.org/files/case-study-mexico.pdf>.







**Um estudo
apoiado pela
Accenture**

Copyright © 2018
Todos os direitos reservados.